Caixa. Solidez combina comigo.



caixa

Relatório & Contas 2025

Índice

Parte I - RELATÓRIO DE GESTÃO 3
Órgãos Sociais 4
Direções 5
Mensagem do Conselho de Administração 6
Principais Indicadores 11
1. Enquadramento Macroeconómico 12
1.1. Contexto Internacional 12
1.2. Contexto Nacional 15
2. A Caixa em 2025 20
2.1. Cultura Organizacional e Linhas Estratégicas 20
2.2. Destaques da Atividade em 2025 26
3. Desempenho da Caixa 27
3.1. Atividade Comercial 27
3.2. Áreas de Suporte ao Negócio 32
3.3. Gestão de Risco 37
3.4. Caixa Sustentável 43
4. Informação Financeira 47
4.1. Resultados 47
4.2. Balanço e Atividade 49
4.3. Indicadores Financeiros e Prudenciais 50
5. Eventos Subsequentes 51
6. Proposta de Aplicação dos Resultados 52
7. Notas Finais 53
8. Demonstrações Financeiras 54
Parte II – ANEXOS, RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS 57
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal
Relatório dos Auditores Externos
Anexo às Demonstrações Financeiras

Parte I - RELATÓRIO DE GESTÃO

No cumprimento dos preceitos estatutários da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (Caixa), vem o Conselho de Administração apresentar à Assembleia Geral, aos Acionistas, aos Clientes, aos Colaboradores e demais parceiros o Relatório e as Contas referentes ao exercício de 2025.

Caixa Económica de Cabo Verde, S.A.

Sociedade Comercial Anónima

Sede na Avenida Cidade de Lisboa, Chã de Areia, Cidade da Praia

Capital Social de 1.392.000.000$00

Matriculada na Conservatória dos Registos Comercial e Automóvel da Praia sob o número 336/1994/06/01

Órgãos Sociais

Mesa Assembleia

Presidente
Raquel Helena Lopes Spencer Medina

Vice-Presidente
Zilmar Darilson Silva Lopes

Primeiro Secretário
Dulce Sofia Dupret Fonseca

Conselho Administração

Presidente
Maria Helena Nobre de Morais Querido Semedo*

Vice-Presidente
Gilson Manuel Gomes Pina

Vogal
António Carlos Moreira Semedo

Vogal
Maria Júlia Mendes do Rosário Ferreira

Vogal
Adilson Vaz Cabral

Vogal
Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo

Vogal
Waldemar José Lima Fonseca Bento

Conselho Fiscal

Presidente
Vitalzinho Vieira Landim

Vogal
José Armindo Fernandes Duarte

Vogal
Sandra Marisa Semedo Monteiro Tavares

Suplente
Sheila Maritza Timas Pinto Monteiro Moeda

*A partir de 12 de dezembro de 2026, em substituição de Jailson da Conceição Teixeira de Oliveira.

Direções

Direção Financeira e Internacional	Diretor	Manuel Júnior
Direção de Informática, Comunicação e Segurança	Diretor	Abel Cardoso
Direção Comercial Norte	Diretor	Manuela Delgado
Direção Comercial Sul	Diretora	Denise Santos
Direção Administrativa e Recursos Humanos	Diretor	Emanuel Évora Gomes
Direção Operacional	Diretora	Ariana Ribeiro
Direção de Gestão de Risco	Diretor	João Carlos Lopes
Direção de Função Compliance	Diretor	Domingos Semedo
Direção de Auditoria Interna	Diretora	Carmen Varela
Gabinete de Acompanhamento e Recuperação de Crédito	Coordenador	Carlos Pereira
Gabinete de Assuntos Jurídicos	Coordenadora	Dulia Ferreira
Gabinete de Marketing	Coordenador	Helder Luz
Gabinete de Organização, Estudos e Projetos	Coordenador	José Luis Silva
Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão	Coordenadora	Vera Lima
Gabinete de Instalações e Avaliação Imobiliária	Coordenadora	Oriana Lima
Gabinete de Auditoria de Sistemas de Informação	Coordenador	Jorge Lima
Gabinete Secretariado e Relações-Públicas	Coordenadora	Nancy Cardoso

Mensagem do Conselho de Administração

Estimados Acionistas, Clientes e Parceiros,

A conjuntura externa para o ano de 2025 ficou marcada por um ritmo de crescimento mais moderado da economia mundial que em 2024, revelando ainda assim, alguma resiliência durante todo o período de desinflação vivido nos últimos 2 anos, apesar duma política monetária restritiva concertada a nível mundial, das tensões geopolíticas e de diversos outros fatores adversos, como a interrupção de produção e transporte de commodities, conflitos, fenómenos climáticos extremos, etc. O crescimento da economia mundial deverá 3,3 segundo as últimas projeções do FMI no World Economic Outlook.

Assistiu-se à recuperação progressiva das economias da Área do Euro e do Reino Unido, com um crescimento previsto do PIB para a Zona Euro de 1,2 por cento.

Para o Reino Unido, prevê-se um crescimento de 1,3 por cento em 2025.

Nos EUA registou-se uma desaceleração do crescimento da economia, com o PIB a crescer cerca 2,0 porcento em 2025.

A nível laboral, assistiu-se a uma robustez do mercado de trabalho na área do Euro, com a taxa de desemprego a manter-se em 6,5 por cento, nível historicamente baixo.

Nos Estados Unidos, assistiu-se a um abrandamento no mercado laboral, com uma taxa de desemprego a atingir 4,4 por cento em 2025, contra 4,1 por cento em 2024.

No Reino Unido, a taxa de desemprego deverá atingir 4,1 por cento em 2025 contra 4,3 por cento em 2024, evidenciando uma ligeira melhoria.

Verificou-se uma Redução do preço das matérias-primas não energéticas e instabilidade no preço da matérias-primas energéticas no mercado internacional, devendo o preço dos produtos alimentares caíram 4,5 por cento em 2025, contra 5,2 por cento em 2024, face às perspetivas de produção agrícola.

Registou-se assim a uma diminuição gradual da inflação nos principais parceiros de Cabo Verde, com o Índice de Preço no Consumidor prevista para a Área do Euro a fixar-se em 2,2% em 2025, contra 2,5 % em 2024. Para o Reino Unido, o IPC deverá se situar em 2,1 em 2025, contra 2,6 em 2024. Nos EUA deveremos ter 1,9% em 2025, contra 3% em 2024

Assistiu-se a um afrouxamento gradual da política monetária por parte do Banco Central Europeu em sintonia com as espectativas da Zona do Euro nesta matéria, o que deverá conduzir a uma redução das taxas de juro Euribor em 2025.

A conjuntura nacional foi caracterizada por um menor dinamismo da economia nacional, com o PIB a crescer 5,5% contra 7,2% em 2024;

Registou-se um abrandamento do crescimento da procura externa turística e do rendimento das famílias;

Conheceu-se um aumento de 2,8% da taxa de inflação homóloga e de 2,1% da taxa de media da inflação com referência a agosto 2025.

As contas externas tiveram uma evolução favorável no primeiro semestre de 2025, apresentando um superavit de 2,7% do PIB, explicado pelo aumento das exportações de serviço de turismo, dos transportes, fluxo de financiamento externo, etc.

A Nível da política monetária, o processo de normalização do diferencial entre as taxas de juro nacionais e as da zona Euro, iniciado pelo BCV em 2023, com o aumento sucessivo das taxas de juro de referência, consegui inverter o spread a favor das taxas nacionais e conduziu a uma redução das disponibilidades líquidas no exterior dos bancos comerciais e consequentemente o reforço das reservas externas do país. Face a essa a essa normalização, em dezembro de 2025 o BCV decidiu manter inalteradas as principais taxas de juro de referência.

As reservas cambiais externas do país atingiram 7,3 meses de importação em junho de 2025 evidenciado um aumento em relação ao período anterior.

O desemprego registou uma diminuição significativa em 2025, atingindo 7,5% segundo os dados do INE referentes ao primeiro semestre do ano.

O stock da Dívida Pública atingiu 99,8% do PIB em 2025, contra 110,1% em 2024, distribuída 66,5% do PIB em dívida externa e 33,3% do PIB em dívida interna, segundo os dados provisórios do 4º trimestre de 2025.

Dados de Agosto 2025 apontaram para uma contração de 1,7% do crédito interno líquido, explicado pela redução do crédito líquido ao setor público administrativo. Por sua vez, o crédito a economia cresceu 1,5% face a dezembro de 2024, valor ainda assim, abaixo dos 2,5% registado no período homólogo.

2025 ficou ainda marcado pela persistência de um nível ainda elevado de incertezas relacionadas com a evolução e as consequências da Guerra na Ucrânia, com a instabilidade no Médio Oriente, além da permanência das tenções geopolíticas entre as duas maiores economias e potencias militares mundiais, os EUA e a China.

A Caixa manteve a sua classificação de banco de "elevada importância sistémica" número 01, pelo Banco de Cabo Verde.

O Banco de Cabo Verde anunciou a 25 de novembro, a sua não oposição à venda pela Caixa Geral de Depósitos (**CGD**) da sua participação maioritária e de controlo de 59,81% do **capital social** do **BCA**, à Coris Holdings. S.A do Burkina Faso, tendo o processo ficado concluído em janeiro de 2026,

Persistiu a forte concorrência baseada no preço por parte de alguns bancos da praça. O preço e celeridade continuaram a ser os critérios mais importantes na escolha do banco, com impacto assinalável na evolução da carteira de crédito e na margem financeira dos bancos.

Manutenção da tendência geral de diminuição do nível de incumprimento do crédito.

Em 2025, a Caixa manteve, globalmente, a sua trajetória de crescimento, de consolidação e de reforço dos seus principais indicadores.

O seu Ativo Líquido registou um crescimento de 11,43% (+10.875.679 contos) em relação a dezembro de 2024 atingindo 106.050.507 contos, explicado sobretudo pelo crescimento da rubrica Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais e Crédito a clientes.

Os Depósitos Totais, incluindo os Títulos da Dívida Pública, conheceram um crescimento de 9,77% (+8.223.353 contos) atingindo 92.390.540 contos em dezembro de 2025, contra 84.167.187 contos em dezembro de 2024.

O Crédito Bruto Total Clientes, incluindo as obrigações "corporate" e Dívida Pública, registou um crescimento 6,51% (+4.350.933 contos), atingindo 71.197.907 contos em dezembro de 2025 contra 66.846.974 contos em dezembro de 2024, explicado principalmente pelo crescimento do crédito não titulado.

O Crédito Total Líquido, registou um crescimento de 7,64% (+4.773.931 contos, atingindo 67.238.137 contos em dezembro 2025, contra 62.464.206 contos em dezembro 2024.

O acompanhamento permanente da carteira de crédito, particularmente as grandes exposições, a prevenção e a gestão do incumprimento, bem como a busca de soluções para os ativos recebidos em pagamento continuaram a merecer uma atenção reforçada da Administração da Caixa Económica durante todo ano de 2025.

Os indicadores da qualidade da carteira de crédito, continuaram a registar melhoria, tendo o rácio de crédito vencido evidenciado uma diminuição de 0,85p.p., passando de 7,42% em 2024 para 6,57% em 2025.

O Resultado Líquido do Exercício atingiu o valor de 1919.896 contos em dezembro de 2025, traduzindo-se num crescimento de 5,84% (+106.020 contos) em relação a 2024.

A Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) em 2025 atingiu 19,27% contra 20,32% em 2024, evidenciando uma diminuição de 1,05 p.p.

Os Capitais Próprios da Instituição atingiram 10.469.752 contos em 2025, contra 9.457.440 contos em 2024, evidenciando um aumento de 1.012.312 contos (+10,70%), explicado pelo aumento das Outras Reservas e resultados Transitados e dos Resultados Líquidos.

O Rácio de Solvabilidade atingiu 26,34% em 2025, registando um aumento de (1,49p.p.) em relação a 2024, continuando significativamente superior ao mínimo regulamentar em vigor que é de 12%.

O rácio de "Cost to income", medida de eficiência dos bancos, fixou-se em 43,61%, registando uma diminuição assinalável de 1,94p.p. em relação a 2024

O Banco continua a ter condições prudenciais e liquidez confortáveis para financiar as necessidades de financiamento das famílias e das empresas cabo-verdianas, enquadráveis na sua Declaração de Apetite ao Risco.

O empenho, a dedicação e a competência de todos os Colaboradores constituíram os fatores determinantes de diferenciação e da melhoria do desempenho da Caixa, fato pelo qual expressamos aqui o nosso apreço e reconhecimento.

A Caixa continuará empenhada em criar as condições técnicas, organizacionais e humanas necessárias para a melhoria contínua do seu funcionamento e do seu desempenho.

Presidente - Maria Helena Nobre de Morais Querido Semedo

Vice-Presidente - Gilson Manuel Gomes Pina

Vogal - António Carlos Moreira Semedo

Vogal - Maria Júlia Mendes do Rosário Ferreira

Vogal - Adilson Vaz Cabral

Vogal - Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo

Vogal - Waldemar José Lima Fonseca Bento

Principais Indicadores

(montante em milhares de escudos – mCVE, exceto quando indicado de outra forma)	2025	2024	Var. anual	
Dimensão			mCVE / p.p.	%
Ativo Líquido	106 050 507	95 174 828	10 875 679	11,43 %
Capitais Próprios (Capital + Reservas + Resultado)	10 469 752	9 457 440	1 012 312	10,70 %
Crédito a Clientes (bruto)	71 411 986	66 866 052	4 545 934	6,80 %
Crédito a Clientes (líquido)	67 238 137	62 464 206	4 773 931	7,64 %
Recursos de Clientes	92 635 152	84 615 928	8 019 224	9,48 %
Número de Trabalhadores Ativos	383	372	11	2,96 %
Número de Agências e outras formas de representação	43	42*	1	2,38 %
- Agências	34	33	1	3,03 %
- Delegações nos Correios	9	9*	0	0 %
Número de Caixas automáticas ativas - *ATM*	47	47	0	0 %
Número de Terminais de Pagamento - *POS*	3 447	3 114	333	10,69 %
Rendibilidade				
Resultados Líquidos do Exercício	1 919 896	1 813 876	106 020	5,84 %
Cash Flow do Exercício	2 174 394	1 939 479	234 915	12,11 %
ROA (Resultado Líquido/Ativo Líquido Médio)	1,91 %	1,95 %	-0,04 p.p.	
ROE (Resultado Líquido/Capitais Próprios Médios)	19,27 %	20,32 %	-1,05 p.p.	
Prudenciais				
Fundos Próprios (Aviso nº 3/2007)	9 737 691	8 710 888	1 026 802	11,79%
Rácio de Solvabilidade (Aviso nº 4/2007)	26,34 %	24,85 %	1,49 p.p.	
Rácio do Imobilizado Líquido (F. Próprios/Imobilizado Líq.)	451,36 %	407,63 %	43,73 p.p.	
Rácio Transformação (Crédito/Depósitos _ótica Liquidez)	63,79 %	65,33 %	-1,55 p.p.	
Conversão Depósitos de Clientes em Crédito c/Títulos	77,39 %	79,63 %	-2,24 p.p.	
Liquidez Geral	37,66 %	34,02 %	3,64 p.p.	
Crédito Vencido/Crédito a Cliente (Bruto)	6,57 %	7,42 %	-0,85 p.p.	
Imparidades Crédito Vencido/Créd. Vencido (s/Títulos)	119,37 %	118,63 %	0,74 p.p.	
Imparidades Crédito Vencido/Créd. Vencido (c/Títulos)	129,73 %	127,34 %	2,38 p.p.	
Qualidade Crédito não Titulado - Vencido (Circular Série "A" nº248/2025) - novo	4,61 %	11,00 %**	-6,39 p.p.	
Qualidade Crédito não Titulado - Incumprimento (Circular Série "A" nº248/2025) - novo	4,11 %	10,56 %**	-6,45 p.p.	
Crédito em Incumprimento (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	5,91 %	14,94 %	-9,03 p.p.	
Crédito em Risco (Circular Serie A nº 198 de 20181221)	30,60 %	34,28 %	-3,68 p.p.	
Funcionamento				
- Custos Operativos/Produto Bancário (*Cost-to-income*)	43,61 %	45,55 %	-1,94 p.p.	
- Produto Bancário/Nº Médio Trabalhadores	11 351	10 338	1 013	9,80 %
- Margem Complementar/Custos com Pessoal	35,67 %	40,17 %	-4,50 p.p.	
- *Cash Flow*/ Nº Médio Trabalhadores	5 760	5 270	490	9,29 %
- *Cash Flow*/ Recursos Próprios médio	21,82 %	21,73 %	0,10 p.p.	
- *Cash Flow*/ Ativo Líquido Médio	2,16 %	2,08 %	0,08 p.p.	

*O número de delegações em 2024 foi ajustado. ** O número do ano anterior foi ajustado para permitir comparabilidade com a nova metodologia de reporte. Pontos percentuais (p.p.).

1. Enquadramento Macroeconómico

1.1. Contexto Internacional

Após o período subsequente à pandemia, marcado por um crescimento económico global relativamente resiliente e estável e por uma revisão em alta das perspetivas para a economia mundial por parte do Fundo Monetário Internacional (FMI), o ano de 2025 foi caracterizado por novos desenvolvimentos no contexto macroeconómico internacional. Em abril de 2025, a economia global foi afetada por um novo choque, associado ao aumento das tarifas comerciais por parte da administração dos Estados Unidos, que desencadeou uma rápida escalada das tensões comerciais e um acréscimo dos níveis de incerteza no comércio internacional. Não obstante, a celebração de acordos comerciais entre os Estados Unidos e alguns dos seus principais parceiros contribuiu para mitigar parte dos efeitos mais adversos e para reduzir gradualmente o nível de incerteza no ambiente económico global.

Nesse sentido, de acordo com os dados mais recentes do Fundo Monetário Internacional[1], ao longo de 2025 as tensões comerciais mantiveram-se relativamente contidas e as condições financeiras globais registaram um impacto menos adverso do que inicialmente previsto. Face a este contexto, a economia mundial revelou uma resiliência superior às expectativas, ajustando-se gradualmente a um enquadramento económico em transformação. Esta dinâmica foi apoiada, em particular, pelo aumento do investimento associado ao desenvolvimento da Inteligência Artificial (IA), pela melhoria das condições financeiras e pela adoção de políticas orçamentais expansionistas em algumas das principais economias.

Assim sendo, o FMI declara que o Produto Interno Bruto (PIB) mundial deverá crescer 3,3% em 2025, mantendo-se esta taxa em 2026 e abrandando ligeiramente para 3,2% em 2027. Face às projeções divulgadas em outubro de 2025, a previsão para 2026 foi revista em alta em 0,2 pontos percentuais (p.p.), mantendo-se inalterada a estimativa para 2027.

Nas economias avançadas, o crescimento deverá situar-se em 1,8% em 2026 e 1,7% em 2027. Nos Estados Unidos, sustentada por uma política orçamental expansionista, pela redução das taxas de juro e pela dissipação gradual do impacto das tensões comerciais, a economia deverá crescer 2,4% em 2026 e 2,0% em 2027. A projeção para 2026 foi revista em alta em 0,3 p.p. face à estimativa de outubro, refletindo uma procura interna mais resiliente do que anteriormente antecipado. Na Área do Euro, o crescimento deverá manter-se relativamente estável, situando-se em 1,3% em 2026 e 1,4% em 2027. No entanto, a região deverá beneficiar em menor grau do impulso associado ao aumento do

[1] *World Economic Outlook*, janeiro de 2026

investimento em inteligência artificial, enquanto os efeitos persistentes da subida dos preços da energia, na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia, continuarão a exercer pressão sobre a indústria transformadora. Adicionalmente, a apreciação do euro face às moedas de países exportadores de bens semelhantes poderá constituir um fator adicional de perda de competitividade para o setor exportador europeu.

No que respeita às economias emergentes e em desenvolvimento, o crescimento deverá manter-se ligeiramente acima de 4,0% em 2026 e 2027. Na China, o Produto Interno Bruto (PIB) deverá crescer 5,0% em 2025, tendo esta previsão sido revista em alta em 0,2 p.p. face às projeções divulgadas em outubro de 2025, refletindo um desempenho das exportações mais robusto do que o inicialmente estimado, bem como a implementação de um estímulo orçamental mais expressivo. Para 2026, o crescimento económico deverá situar-se em 4,5%, igualmente revisto em alta em 0,3 pontos percentuais, em parte devido aos efeitos dos acordos comerciais estabelecidos com os Estados Unidos. Contudo, para 2027 prevê-se um abrandamento do crescimento para 4,0%. Para a África Subsariana, o crescimento económico deverá igualmente acelerar, passando de 4,4% em 2025 para 4,6% em 2026 e 2027, sustentado por uma maior estabilidade macroeconómica e pela implementação de reformas estruturais em setores-chave da economia.

Projeções do FMI para o Crescimento Económico Mundial

PIB real (variação percentual anual %)	2024	2025E	2026P	2027P
Economia Mundial	**3,3**	**3,3**	**3,3**	**3,2**
Economias Avançadas	**1,8**	**1,7**	**1,8**	**1,7**
EUA	2,8	2,1	2,4	2,0
Japão	-0,2	1,1	0,7	0,6
Reino Unido	1,1	1,4	1,3	1,5
Zona Euro	**0,9**	**1,4**	**1,3**	**1,4**
Alemanha	-0,5	0,2	1,1	1,5
França	1,1	0,8	1,0	1,2
Itália	0,7	0,5	0,7	0,7
Espanha	3,5	2,9	2,3	1,9
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	**4,3**	**4,4**	**4,2**	**4,1**
Brasil	3,4	2,5	1,6	2,3
Rússia	4,3	0,6	0,8	1,0
Índia	6,5	7,3	6,4	6,4
China	5,0	5,0	4,5	4,0
África Sub-Sahariana	**4,1**	**4,4**	**4,6**	**4,6**
Nigéria	4,1	4,2	4,4	4,1
África do Sul	0,5	1,3	1,4	1,5

Fonte: FMI, *World Economic Outlook*, janeiro de 2026

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê que o comércio mundial, apesar de ter evidenciado resiliência e registado uma aceleração para 4,1% em 2025, impulsionada sobretudo pela antecipação de exportações para os Estados Unidos e pelo aumento do comércio de bens associados à inteligência artificial na Ásia, deverá abrandar para 2,6% em 2026 e recuperar moderadamente para 3,1% em 2027.

Quanto à inflação global, estima-se que atinja 4,1% em 2025 e que deverá desacelerar para 3,8% em 2026 e 3,4% em 2027, mantendo-se o arrefecimento da procura e a descida dos preços internacionais das matérias-primas energéticas. O FMI mantem inalteradas as projeções para a inflação face às de outubro, antecipando que nos Estados Unidos a inflação regresse de forma mais gradual aos objetivos do que noutras grandes economias.

No mercado de trabalho, as políticas de imigração mais restritivas nos Estados Unidos irão afetar negativamente a oferta de mão de obra estrangeira, mas atenuado pela desaceleração da procura por mão de obra, mantendo o desemprego estável. Na Área Euro prevê-se que a taxa de desemprego permaneça baixa, atingindo um nível historicamente baixo, o que contribuirá para suportar o crescimento salarial.

Relativamente à política monetária, até agosto de 2025 o Banco Central Europeu (BCE) e o Banco de Inglaterra mantiveram uma postura menos restritiva e a Reserva Federal do Estados Unidos (Fed) adotou uma abordagem mais cautelosa, mantendo as taxas estáveis. Em dezembro de 2025, o Banco de Inglaterra e o Fed reduziram as taxas e o BCE manteve as taxas. O Reino Unido e os Estados Unidos deverão continuar a baixar e na Área do Euro, a taxa diretora deverá permanecer inalterada. Quanto à política orçamental, nas economias avançadas deverá assumir uma orientação expansionista no curto prazo.

Os mercados financeiros apresentaram resiliência aos choques e um elevado apetite ao risco dos investidores nas principais economias avançadas, mas o FMI destaca sinais de alerta no sistema financeiro que poderão aumentar as vulnerabilidades e manter elevados os riscos para a estabilidade financeira global, como a excessiva valorização dos ativos de risco e depreciação do dólar norte-americano, com a dívida pública numa trajetória crescente e expansão dos intermediários financeiros não bancários e as *stablecoins* (criptoativos estáveis). As instituições financeiras não bancárias, especialmente os fundos de crédito privado, cresceram rapidamente nos últimos anos, aumentando os riscos à estabilidade financeira devido à menor transparência e à regulamentação menos rigorosa. A nível mundial, as instituições não bancárias detêm agora cerca de metade dos ativos financeiros mundiais.

A resiliência observada nos últimos anos, poderá ser interrompida por dinâmicas setoriais adversas ou por choques provenientes de fatores de risco estruturais persistentes. Assim, os **riscos** para o enquadramento da economia global permanecem inclinados em baixa: uma reavaliação das expectativas quanto ao crescimento da produtividade associado à inteligência artificial (IA) poderá conduzir a uma redução do investimento e desencadear uma correção abrupta nos mercados financeiros, cada vez mais sustentadas por um número reduzido de empresas tecnológicas; as tensões comerciais, poderão reacender-se, prolongando a incerteza e exercendo uma pressão mais significativa sobre a atividade económica; as tensões políticas internas; as confrontações militares, com a guerra no Irão ou tensões geopolíticas que poderão emergir, introduzindo novas camadas de incerteza e perturbar a economia global através do seu impacto nos mercados financeiros, nas cadeias de abastecimento e nos preços das matérias-primas; igualmente, défices orçamentais mais elevados e níveis elevados de dívida pública poderão pressionar as taxas de juro de longo prazo e, por essa via, deterioras as condições financeiras globais.

Em sentido favorável, a atividade económica poderá ser adicionalmente impulsionada pelo investimento associado à IA, podendo este transformar-se em crescimento sustentável, em caso de uma adoção mais rápida da IA se traduza em ganhos significativos de produtividade e num maior dinamismo empresarial. A atividade poderá igualmente beneficiar de um alívio sustentado das tensões comerciais. Num horizonte mais próximo, progressos tangíveis nas negociações comerciais poderão reduzir tarifas, reforçar a previsibilidade das políticas e apoiar ganhos de eficiência à escala global. Estes ganhos poderão ser mais expressivos se a cooperação for reforçada e abranger o comércio de serviços, o investimento direto estrangeiro e a tributação internacional.

1.2. Contexto Nacional

De acordo com as perspetivas do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a África Subsariana, a região deverá registar um crescimento económico resiliente, apesar de um contexto externo adverso. No que respeita à economia nacional, prevê-se que a atividade económica em Cabo Verde cresça 5,2% em 2025 e 4,8% em 2026.

Segundo os dados do Banco de Cabo Verde (BCV)[2], no primeiro semestre de 2025 a economia nacional registou um menor dinamismo do crescimento económico, marcado por um abrandamento da procura

[2] Relatório de Política Monetária outubro de 2025.

externa turística e do rendimento real das famílias, bem como, por uma menor confiança dos consumidores.

O PIB em volume no primeiro semestre aumentou em termos homólogos apenas 4,9%, contra o crescimento de 9,3% em 2024, em resultado de um menor contributo da procura interna, penalizado pela redução do consumo privado e público. Esta desaceleração reflete, essencialmente, uma contração do rendimento disponível real das famílias, agravado pelo aumento da inflação e abrandamento dos gastos públicos. Por sua vez, o investimento apresentou uma maior contribuição, com um aumento de 9,7% em volume, impulsionado pelo efeito da redução nos preços dos bens de capital. Quanto à procura externa líquida, aumentou 3,5 %, por conta da redução das importações de bens e serviços, atendendo que as exportações de bens e serviços também reduziram, com a queda das exportações de bens e abrandamento das exportações de serviços.

No terceiro trimestre de 2025, as contas trimestrais do Instituto Nacional de Estatística (INE), apontam para um crescimento do PIB em volume de 7,3% em termos homólogos. O crescimento deveu-se ao aumento do consumo público e investimento, registando uma aceleração face ao trimestre anterior. O consumo final (privado e público) teve uma variação homóloga positiva de 4,3% e o investimento registou uma variação homóloga positiva de 53,7%, em volume. Relativamente às exportações de bens e serviços, apresentaram uma variação homóloga negativa de 3,8% com a redução das exportações de bens e de serviços. Em contrapartida, as importações de bens e serviços, aumentaram 9,2% em termos homólogos.

As perspetivas do BCV em outubro de 2025 apontam para uma desaceleração do crescimento da economia nacional, estimado em 5,5% para 2025 e com uma projeção de 4,8% para 2026 e 5% para 2027. Face a abril de 2025, as projeções foram revistas em baixa, refletindo essencialmente o efeito da revisão em alta da inflação.

Nos primeiros meses de 2025, registou-se uma aceleração da inflação, na sequência do aumento dos preços das importações, influenciado sobretudo pela subida dos custos de frete e pelo aumento dos preços dos produtos alimentares no mercado internacional. Em dezembro de 2025, as taxas de inflação homóloga e média anual atingiram 3,3 % e 2,3 %, respetivamente, representando aumentos de 1,4 e 1 pontos percentuais face ao período homólogo.

Em resultado desta evolução, as previsões para a inflação média anual em 2025 e 2026 foram revistas em alta em 0,6 e 0,3 pontos percentuais, respetivamente. As perspetivas apontam para que a inflação média anual se situe em 2,4% em 2025, desacelerando posteriormente para 1,7% em 2026 e 1,0% em 2027, refletindo a persistência de um contexto de maior incerteza e dos riscos que continuam a pesar sobre as perspetivas económicas.

No mercado de trabalho, o INE anuncia que no primeiro semestre de 2025 a taxa de desemprego reduziu face ao período homologo em 10,1 %, atingindo 7,5 %. A taxa de atividade atingiu 60,9 %, evidenciando uma população ativa estimada de 228.139 indivíduos e registando um aumento de 5,7 % da população ativa, face ao mesmo período de 2024.

Nas contas externas, no primeiro semestre de 2025 a balança corrente apresentou um excedente de 7.991,4 milhões de escudos, correspondendo a 2,7% do PIB estimado para 2025. A evolução reflete, em larga medida, o crescimento das exportações de serviços de turismo e de transportes aéreos e das remessas dos emigrantes (embora em menor escala comparativamente ao período homólogo), o crescimento das transferências oficiais correntes e o abrandamento das importações de bens e serviços. Em virtude de as taxas de juro internas apresentarem-se mais atrativas e melhoria das condições de financiamento externo, a entrada dos fluxos de capitais no país aumentou, contribuindo para a redução dos ativos externos líquidos dos bancos comerciais. Assim, o *stock* das reservas externas líquidas atingiu 877,6 milhões de euros no final do primeiro semestre, permitindo garantir 7,3 meses das importações estimadas para 2025.

No quarto trimestre, manteve-se a evolução favorável das contas externas, com o stock de reservas internacionais líquidas a aumentar 122 milhões de euros, atingindo 1.064 milhões de euros, o que permitiu assegurar uma cobertura equivalente a 8,8 meses de importações de bens e serviços estimadas para 2025. Esta evolução foi suportada, em particular, pelo aumento das exportações de serviços de turismo, num contexto de crescimento esperado da procura externa turística, bem como pelo abrandamento das importações de bens e pelo aumento dos desembolsos líquidos da dívida externa pública no período.

No âmbito das contas públicas, em agosto de 2025 registaram um excedente comercial de 2.661 milhões de escudos, o que se compara com um défice de 941 milhões de escudos no período homólogo. Esta melhoria do saldo orçamental, traduz o aumento das receitas acima das despesas. Como tal as receitas públicas aumentaram 15% em termos homólogos, justificado pelo aumento das receitas de impostos, outras receitas e transferências (em donativos) e por sua vez, as despesas públicas aumentaram 6,6% em termos homólogos, devido ao abrandamento das despesas correntes. Os dados provisórios do 4º trimestre de 2025 apontam igualmente para um excedente orçamental, atingindo 1% do PIB, o que compara com o défice de 1,1% do PIB em igual período do ano passado. O stock da dívida pública atingiu 99,8% do PIB (período homologo 110,1%), distribuída 66,5% do PIB pela dívida externa e 33,3% do PIB pela dívida interna.

Principais Indicadores Económicos Nacionais

Indicadores	Unidade	2022	2023	2024E	2025P	2026P	2027P
					out-25		
Setor Real							
PIB real	var. em %	15,8	4,8	7,2	5,5	4,8	5,0
Setor Externo							
Saldo Corrente	em % do PIB	-3,5	-2,7	3,9	5,5	4,5	2,9
RIL/Importações	meses	6,0	6,2	6,5	7,9	7,6	6,9
Setor Monetário							
Índice Preço no Consumidor	v.m.a. em %	7,9	3,7	1,0	2,4	1,7	1,0
Ativo Externo Líquido	var. em %	8,4	17,4	24,5	9,1	4,1	-0,9
Crédito à Economia	var. em %	6,5	5,5	5,6	4,5	4,3	4,3

Fonte: BCV, Relatório de Política Monetária, outubro 2025[3]

Sistema Financeiro e Mercado Bancário

Em agosto de 2025 a oferta monetária registou um aumento de 2,9% face a dezembro de 2024, o que compara com o valor de 3,3% do período homólogo, considerando a redução dos ativos externos líquidos dos bancos comerciais em 40,3% e do crédito interno líquido em 1,7%. O crédito interno líquido registou um desempenho negativo, tendo em conta a redução do crédito líquido ao setor público administrativo em 18,5%, num contexto de redução de emissão de obrigações do tesouro e de outros créditos e aumento dos depósitos do setor público administrativo. Por sua vez, o crédito a economia aumentou 1,5% face a dezembro de 2024, valor abaixo dos 2,5% registado em período homólogo.

No último mês de 2025 manteve-se a tendência de expansão da oferta monetária, que registou um aumento de 10 % face a dezembro de 2024. Esta evolução foi sobretudo impulsionada pelo crescimento das disponibilidades líquidas sobre o exterior do Banco de Cabo Verde (BCV), que aumentaram 44,6%, bem como por um ligeiro acréscimo do crédito interno líquido, de 0,2%. No entanto, o crescimento do crédito interno líquido foi parcialmente atenuado pela redução do crédito líquido ao setor público administrativo, que diminuiu 23,6%. Por sua vez, o crédito à economia registou um crescimento de 4,8%, inferior ao observado no período homólogo do ano anterior, quando havia aumentado 5,6%.

Do lado do passivo, os passivos monetários registaram um crescimento de 14,1 % em termos homólogos, impulsionado sobretudo pelo aumento dos depósitos à ordem em moeda nacional e da moeda em circulação, que cresceram 14,0 % e 15,1 %, respetivamente. Por sua vez, os passivos quase monetários aumentaram 5,8 %, um ritmo inferior ao observado no período homólogo, em que se registou um

[3] E-Estimativa; P – Projeções; v.m.a. - var. média anual. Últimos dados disponíveis até data de execução do relatório

crescimento de 6,7 %, por conta da desaceleração no crescimento dos depósitos a prazo em moeda nacional, nos depósitos de emigrantes e nos depósitos de poupança.

No setor bancário, de acordo com o Boletim de Estabilidade Financeira de outubro de 2025, os indicadores relativos a junho de 2025 apontam para uma ligeira melhoria na qualidade da carteira de crédito. Os rácios de crédito vencido e de crédito em incumprimento situaram-se em 6,9% e 7,6%, respetivamente, registando reduções de 2,8 e 2,9 pontos percentuais face ao período homólogo. Ao nível da solvabilidade, o rácio de solvabilidade registou um aumento de 1,3 pontos percentuais, atingindo 23,8% em junho de 2025, enquanto o rácio de alavancagem se situou em 9,7%, refletindo o reforço e a consolidação estrutural dos fundos próprios do setor. No que se refere à liquidez, esta manteve-se em níveis elevados e confortáveis durante o primeiro semestre de 2025, evidenciado por um rácio de transformação de 55% e por um aumento de 16,6% do stock de ativos líquidos em termos homólogos. Não obstante estes desenvolvimentos positivos, o Banco de Cabo Verde (BCV) assinala a persistência de algumas vulnerabilidades estruturais no sistema bancário, destacando-se a elevada concentração de crédito e de depósitos em duas instituições, fator que poderá aumentar o risco de contágio no setor.

No domínio da política monetária, o processo de normalização iniciado pelo Banco de Cabo Verde (BCV) em maio de 2023, através do aumento das taxas de juro de referência, contribuiu para a redução das disponibilidades líquidas no exterior dos bancos comerciais. Este ajustamento resultou, desde abril de 2025, num diferencial positivo a favor das taxas de juro nacionais, invertendo a tendência de acumulação de disponibilidades líquidas em euros no exterior por parte dos bancos comerciais e contribuindo, simultaneamente, para o reforço das reservas externas do país. Neste contexto, em dezembro de 2025 o BCV decidiu manter inalteradas as principais taxas de juro de referência:

- Taxa de juro Diretora (TRM) em 2,5%;
- Taxa de juro da Facilidade Permanente de Cedência de Liquidez em 2,75%;
- Taxa da Facilidade Permanente de Absorção de Liquidez em 2,25%;
- Taxa de Redesconto em 3,5%;
- Coeficiente das Reservas Mínimas de Caixa (DMC) em 10%.

2. A Caixa em 2025

2.1. Cultura Organizacional e Linhas Estratégicas

A Caixa mantém uma posição de destaque no sistema bancário nacional, sendo uma das maiores instituições financeiras em Cabo Verde. Em dezembro de 2025, a Caixa detinha uma quota de mercado de 28,04% em termos de volume de negócio, a mesma do período homólogo do ano anterior. Destaca-se no segmento emigrante, com uma quota de mercado 32,39% nos depósitos. Na classificação dos Bancos Domésticos de Importância Sistémica realizada pelo BCV, em 2025 a Caixa foi reconhecida novamente, como um banco de elevada importância sistémica, obtendo a mais alta classificação entre os bancos nacionais.

O capital social manteve o valor de 1.392.000 mCVE, totalmente subscrito e realizado, representado por 1.392.000 ações, com o valor nominal de 1.000 escudos cada, estando a totalidade das ações cotadas em bolsa, mas com a seguinte distribuição:

Entidade	Nº de Ações	%
Instituto Nacional de Previdência Social	657 200	47,21%
Correios de Cabo Verde	210 749	15,14%
Outros Subscritores e Trabalhadores	524 051	37,65%
Total	**1 392 000**	**100,00%**

No âmbito da sua atividade, a Caixa promove o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares e procura desenvolver uma cultura organizacional forte, com base nos seguintes elementos estratégicos:

Missão

Prestar um serviço financeiro global de qualidade, contribuindo para o desenvolvimento económico sustentável do país e promover a inclusão financeira.

Visão

Ser reconhecido como o Banco de referência no sistema financeiro cabo-verdiano, sustentado na inovação tecnológica e comercial, com uma gestão prudente e criteriosa do risco, e que mais se identifique com Cabo Verde.

Valores

Integridade, Rigor, Diligência, Competência, Transparência e Responsabilidade.

O modelo de negócio da Caixa está orientado para a prestação de um serviço financeiro global de qualidade, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento económico sustentável do país e promover a inclusão financeira. As suas atividades e iniciativas estão estruturadas em três eixos estratégicos, que suportam os seus objetivos e pilares: Sustentabilidade, Inovação e Desenvolvimento Institucional.

A atividade da Caixa encontra-se centrada na banca comercial, disponibilizando um portfólio integrado de produtos e serviços através de uma estratégia omnicanal, orientada para o reforço da proximidade e do relacionamento com os clientes. Paralelamente, a instituição tem vindo a apostar de forma consistente no desenvolvimento de soluções digitais, consolidando a sua posição de referência no processo de transformação digital do setor financeiro em Cabo Verde.

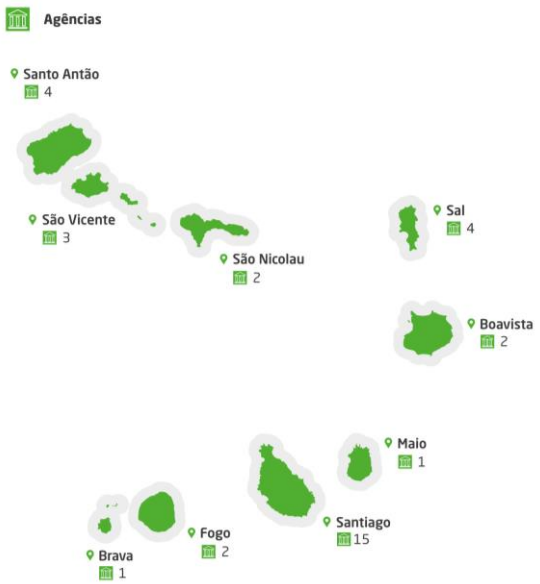
Rede de Cobertura

No final de 2025, a Caixa contava com uma rede composta por 34 agências e 9 delegações nos Correios de Cabo Verde, distribuídas pelas regiões Norte e Sul, com presença em todo o território nacional. A rede comercial integrava 255 colaboradores, representando um aumento de 14 colaboradores face a 2024. No total, o quadro de pessoal da instituição era constituído por 394 colaboradores, dos quais 240 (61%) do sexo feminino e 154 (39%) do sexo masculino.

Nas ilhas de Santiago e Sal, a Caixa dispõe de agências especializadas, orientadas para segmentos específicos de clientes. Entre estas destacam-se duas agências Caixa Empresas, dedicada ao atendimento e acompanhamento das empresas; uma agência Private Banking, vocacionada para clientes de elevado património; e uma agência Microcrédito, orientada para o apoio ao empreendedorismo e à criação do próprio emprego, com especial enfoque na promoção da inclusão financeira, nomeadamente das mulheres.

Com o objetivo de reforçar a oferta de produtos e serviços dirigidos ao segmento empresarial que contava com a agência Caixa Empresas Praia, na ilha de Santiago, em 2025 a Caixa procedeu à abertura da agência Caixa Empresas Santa Maria, na ilha do Sal. Paralelamente, os clientes localizados nas restantes ilhas e concelhos podem igualmente aceder aos serviços do Banco através da rede de agências existentes e dos canais digitais disponibilizados.

Cobertura de Agências por Ilhas



Ainda nos canais de distribuição, em 2025, a Caixa continuou o projeto de renovação da sua rede de terminais automáticas, com início em 2024, tendo sido efetuada a substituição de 23 caixas automáticas (ATM), perfazendo um total de 47 ATM operacionais, atingindo uma quota de mercado de 19,58 %. No total foram realizadas 4.255.003 operações nas ATM da Caixa, o que representa um crescimento de 6,7% em comparação com 2024, perfazendo o montante total movimentado de 17.546.059 mCVE. Relativamente aos terminais de pagamento (POS), o número de POS instalados aumentou para 3447, com um crescimento de 333 terminais (+10,7%) relativamente a 2024 e uma quota de mercado de 23,98%. No total foram realizadas 7.942.824 operações nos POS da Caixa, verificando um aumento de 12,2% em relação ao ano passado.

Banca Digital

Em 2025, a Caixa consolidou a sua proposta digital, reafirmando o seu compromisso estratégico com a transformação digital e a modernização contínua do modelo de serviço. Assim, foi feito o lançamento da nova versão do aplicativo (app) Caixa Mobile, a Caixanet Mobile, pela primeira vez com disponibilização da versão para as empresas, proporcionando uma maior agilidade na gestão de tesouraria. A oferta digital é ainda complementada pelo aplicativo Caixa Microcrédito, que amplia o acesso a soluções financeiras inovadoras, promovendo inclusão financeira, também com melhorias em 2025.

Canais Digitais da Caixa



Homebanking Caixanet
App Caixanet Mobile



App Caixa Microcrédito



Website da Caixa, Canal Youtube e Facebook Caixa Mobile

O negócio digital continuou a crescer quanto ao número de clientes, embora a um ritmo menos acelerado em 2025, registando um aumento de 6,91% nos contratos de adesão ao serviço Caixanet, face ao ano passado. Assim, o número de clientes digitais atingiu 117.958 utilizadores, com uma taxa de penetração dos canais digitais de 31,6%, num universo de 373.121 clientes ativos.

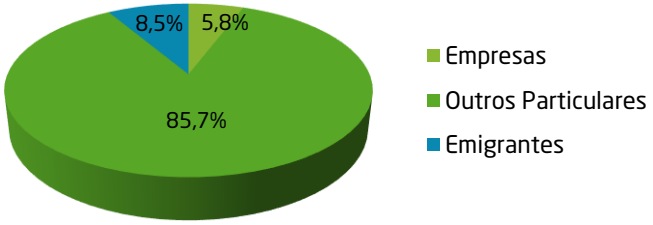
Clientes, Contas e Cartões

A Caixa afirma-se como uma instituição de referência no sistema financeiro nacional, sustentando a sua posição de liderança numa proposta de valor centrada no cliente e orientada para soluções diferenciadoras. Através de uma aposta estratégica, desenvolve ofertas específicas para cada perfil, garantindo proximidade e personalização do serviço prestado.

No segmento de particulares, a Caixa acompanha os clientes ao longo de todas as etapas do ciclo de vida. As Contas à Ordem para Emigrantes, disponíveis em moeda nacional e estrangeira, reforçam a ligação à diáspora e facilitam a gestão de fluxos internacionais. Para os mais jovens, a Continha da Caixa e a Conta Jovem promovem inclusão financeira precoce e fidelização futura. No segmento de elevado património, a Conta Private Banking assegura um serviço de excelência, com acompanhamento personalizado e soluções orientadas para a preservação e valorização do capital. No segmento empresarial, a Caixa consolida o seu posicionamento como parceiro estratégico das empresas. Assim, a Conta Gestão Integrada Tesouraria oferece uma solução robusta e eficiente para a gestão financeira, permitindo otimizar fluxos de caixa, aceder a financiamento de curto prazo, aceder a garantias bancárias e executar operações com rapidez e segurança.

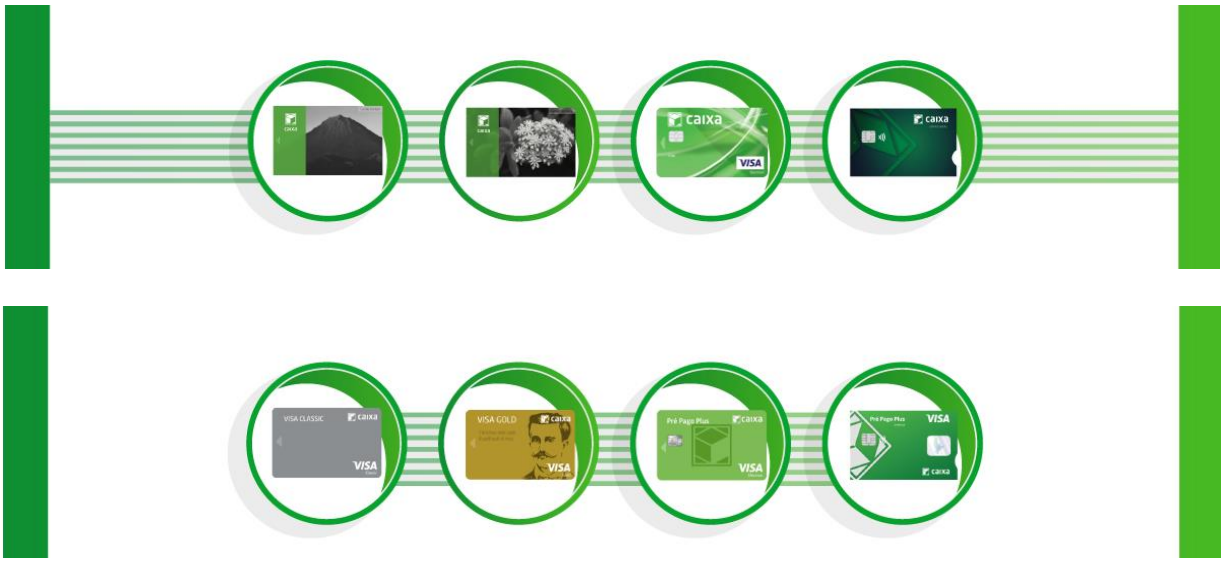


Nesse sentido, em 2025, o número de clientes aumentou para 373.121, assinalando um crescimento de +5,7%, distribuídos entre os segmentos de particulares e empresas. No segmento de particulares, a carteira da Caixa atingiu 351.508 clientes particulares, um crescimento de 5,0%, mais 16.780 clientes em relação a 2024, onde se incluem 31.859 clientes emigrantes, com um aumento de 5,4 %, mais 1.632 clientes. Quanto ao segmento empresarial, alcançou 21.613 clientes empresas, aumentando 17,3 %, mais 3.191 clientes. A carteira de clientes engloba na sua maioria os particulares, com um peso de 94,2% no total, onde se incluem os emigrantes com um peso de 8,5% do total.



Para movimentar as contas à ordem, a Caixa disponibiliza aos seus clientes cartões de débito, crédito e pré-pagos. Em 2025, a Caixa emitiu um total de 80.604 cartões de débito e 373 cartões de crédito, com um incremento de 18,49% nos cartões de débito e uma redução de -20,47% nos cartões de crédito face a 2024. Os cartões Visa Pré-pago Plus e Vinti4 apresentaram uma evolução bastante positiva em 2025, aumentando mais 6.509 e 5.981 cartões, respetivamente. A emissão do cartão Visa débito também apresentou uma evolução positiva, crescendo 2,32%, um crescimento mais moderado comparativamente ao período homólogo. O Visa Pré-pago Plus continua a ser amplamente aceite, sendo a opção preferida dos estudantes cabo-verdianos no exterior e para compras online, enquanto Visa Débito mantém sua popularidade para pagamentos internacionais, tendo em conta a sua praticidade.

Cartões da Caixa



2.2. Destaques da Atividade em 2025

No início de 2025, a Caixa esteve presente na 2ª Cimeira de Investimento e Financiamento Jovem na FIC, evento promovido pelo Ministério das Finanças e Fomento Empresarial, Casa do Empreendedor, Pró Empresa e outras instituições parceiras, com o objetivo de proporcionar uma plataforma onde os jovens possam expressar as suas ideias e projetos. A equipa comercial da Caixa promoveu as linhas de financiamento disponíveis para micro e pequenas empresas, principalmente para jovens e mulheres empreendedoras, além de outras linhas de crédito em vigor.





Em maio de 2025, a Caixa promoveu a campanha "Western Union Direto na Conta", que permite os clientes receberem e enviarem dinheiro de forma rápida e segura através de uma simples chamada telefónica para um número gratuito ou por meio dos aplicativos WhatsApp e Viber. Nesse sentido a Caixa, fez a lançamento do serviço no encontro de Emigrantes, promovido pela Câmara Municipal de São Filipe, no âmbito das comemorações da Festa da Bandeira de Nhô San Filipe 2025.

Em 2025, a Caixa lançou o novo aplicativo Caixanet Mobile, concebido numa arquitetura mais moderna, intuitiva e funcional, reforçando a sua estratégia de digitalização e proximidade ao cliente. Pela primeira vez, a aplicação passou a estar disponível tanto para os clientes particulares como para as empresas, ampliando o alcance da proposta digital do Banco e reforçando a autonomia na gestão financeira, a qualquer momento e em qualquer lugar.





A Caixa em 2025 foi distinguida com três prémios importantes na edição de 2025 dos Bolsa Awards, no âmbito das comemorações do 27.º aniversário da Bolsa de Valores de Cabo Verde (BVC). O evento visa reconhecer e homenagear os principais intervenientes do mercado de capitais nacional. A Caixa foi premiada nas categorias de Prémio Gold Governance 2024, Prémio Operador de Bolsa 2024 – Trading e Prémio Operador de Bolsa 2024 – Mercado Primário (Global).

Em 2025, a Caixa foi distinguida com o Prémio Escolha de Qualidade 2025 pela European Society For Quality Research, com sede em Lausanne, Suíça, pelo seu desempenho de excelência na área da Gestão da Qualidade. O Prémio Escolha de Qualidade, reconhece aqueles que possuem ética e iniciativas que demonstram um sucesso excecional na gestão da qualidade e que maximizam plenamente o potencial dos seus serviços, através de práticas orientadas para a qualidade. A ESQR, com sede na Suíça, é uma organização que se dedica ao estudo das técnicas de melhoria da qualidade, à pesquisa e ao reconhecimento. Dá uma contribuição positiva para a cultura da qualidade, através da sua convenção anual e cerimónia de atribuição de premio de qualidade. Ela reconhece a excelência, dissemina a inovação e o pensamento visionário, espalha o conhecimento, partilha práticas de avaliação da conformidade e facilita o networking.



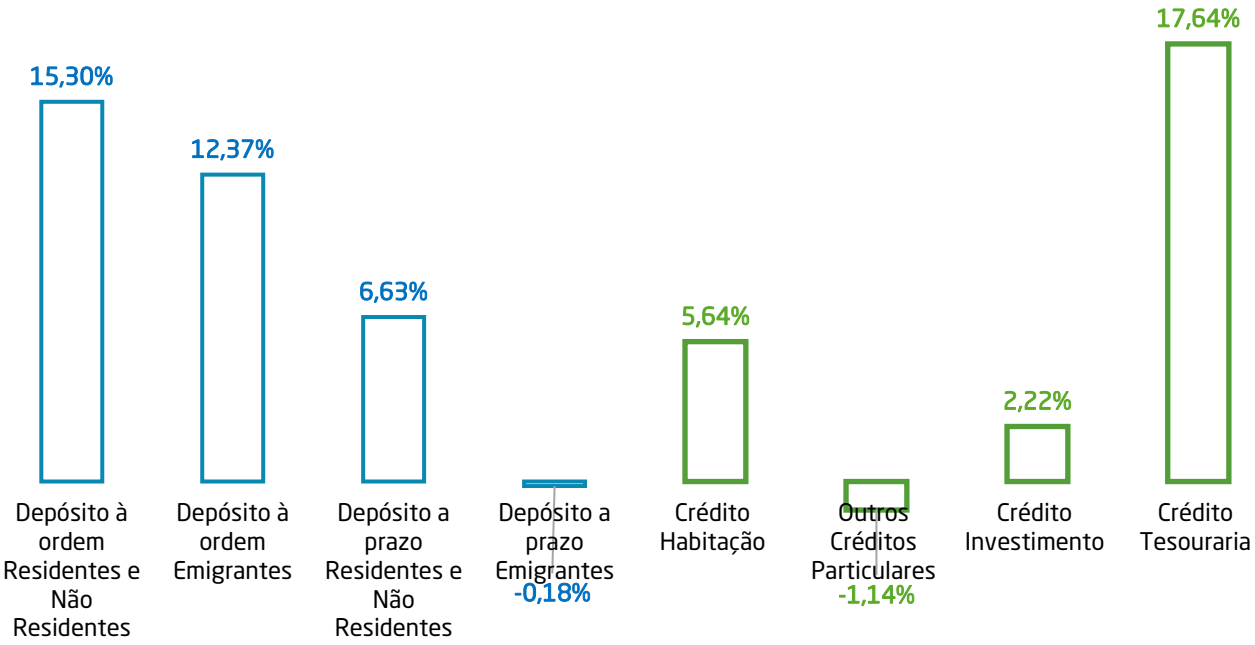
No âmbito da sua Política de Responsabilidade Social, em 2025, a Caixa manteve como prioridade a promoção da educação financeira realizando ao longo do ano um programa de Educação Financeira, com o objetivo de sensibilizar, para a importância da gestão responsável do dinheiro e do hábito de poupar. Destaque para os eventos: Um Dia com as Crianças, dedicada aos alunos das 3.ª e 4.ª classes da Escola de Ponta d'Água, na cidade da Praia; Caixa Promove Conversa Aberta sobre Educação Financeira para alunos do 12.º Ano na ilha do Sal; CAIXA DAY – Conversa Aberta com Alunos do 11º e 12º Ano Tarrafal de Santiago; Caixa - Feira de Profissões Centro Educativo Miraflores e Escola Técnica João Varela em Porto Novo; e Especial Educação Financeira: Um Dia com as Nossas Crianças, para os filhos do colaboradores, assumindo papéis de apresentadores e moderadores de painéis interativos sobre literacia financeira.



3. Desempenho da Caixa

3.1. Atividade Comercial

Em 2025, a atividade comercial da Caixa manteve uma trajetória de crescimento positiva, fechando o ano, mais uma vez, numa posição de destaque no mercado. O portfólio de produtos da Caixa, que incluí soluções[4] de depósito e crédito, apresentou as seguintes taxas de crescimento anual:



Nos produtos de depósitos, observou-se um crescimento mais expressivo nos depósitos à ordem, ao passo que os depósitos a prazo registaram uma evolução mais moderada. Relativamente aos produtos de crédito, sobressai o dinamismo do crédito de tesouraria, que apresentou um crescimento superior face às restantes tipologias de crédito. Os Outros créditos aos particulares apresentaram uma redução face ao ano anterior, dinâmica que reflete a redução da procura de outros créditos pelos particulares.

Depósitos de clientes

Os depósitos de clientes constituem a principal fonte de financiamento da Caixa, com um peso considerável no passivo da instituição. Em 2025, a carteira de depósitos dos clientes totalizou 92.390.559 mCVE, incrementando 9,77%, 8.223.352 mCVE, face a 2024.

[4] Produtos de depósito (depósitos de clientes, instituições de crédito e não inclui outros recursos e juros) e crédito (carteira de crédito a clientes e não inclui crédito titulado e juros a receber, despesas de crédito, receitas e custos diferidos).

O segmento dos particulares apresentou o maior peso na carteira, de 62,59%, com uma carteira de 57.825.527 mCVE, aumentando 7,49% em relação ao período homólogo de 2024. Quanto as empresas, apresentaram um peso de 37,41%, com uma carteira de 34.565.032 mCVE, aumentando 13,81% face ao ano anterior, conforme indicado no quadro abaixo.

Depósito de Clientes

Segmentos	dez-25		dez-24		Var. anual	
					mCVE	%
Particulares	57 825 527	**62,59%**	53 796 270	**63,92%**	4 029 257	**7,49%**
Empresas	34 565 032	**37,41%**	30 370 937	**36,08%**	4 194 095	**13,81%**
Total	**92 390 559**	**100,00%**	**84 167 207**	**100,00%**	**8 223 352**	**9,77%**

Nota: Inclui depósitos de clientes e instituições de crédito, títulos do mercado secundário e não inclui outros recursos e juros.

Nos particulares, destacam-se os emigrantes com uma forte ligação com a Caixa, o que se traduz na representatividade que este segmento tem na carteira de depósitos. A carteira de depósitos dos emigrantes cresceu 3,4%, 839.892 mCVE, com um peso de 27,66% e perfazendo uma carteira de 25.555.149 mCVE.

Créditos a Clientes

A atividade creditícia da Caixa, em 2025 considerando o crédito bruto onde estão incluídos os títulos *corporate* e da dívida pública, apresentou um crescimento robusto. A carteira de crédito (bruto) ascendeu a 71.197.907 mCVE, correspondendo a um aumento de 4.350.933 mCVE, 6,51%, face ao ano passado. O crédito a particulares, situou-se em 24.135.353 mCVE, aumentando 879.285 mCVE, 3,78%, em relação ao período homólogo. O crédito concedido a empresas ascendeu a 47.062.554 mCVE, verificando um aumento de 3.471.648 mCVE, 7,96%.

Crédito Bruto a Clientes

Segmentos	dez-25		dez-24		Var. anual	
					mCVE	%
Particulares	**24 135 353**	**33,90%**	**23 256 069**	**34,79%**	**879 285**	**3,78%**
Habitação	17 841 441	25,06%	16 889 302	25,27%	952 139	5,64%
Outros Fins	6 293 912	8,84%	6 366 767	9,52%	-72 854	-1,14%
Empresas	**47 062 554**	**66,10%**	**43 590 905**	**65,21%**	**3 471 648**	**7,96%**
Investimento[5]	17 597 055	24,72%	17 557 675	26,27%	39 380	0,22%

[5] Inclui os títulos *corporate*.

Tesouraria	8 056 321	11,32%	6 848 424	10,24%	1 207 897	17,64%
SP - Títulos de Dívida Pública	21 409 178	30,07%	19 184 807	28,70%	2 224 371	11,59%
Total	**71 197 907**	**100,00%**	**66 846 974**	**100,00%**	**4 350 933**	**6,51%**

Nota: Inclui carteira de crédito, títulos *Corporate* e Tesouro, mas não inclui juros a receber, despesas de crédito, receitas e custos diferidos.

No mercado do crédito habitação, manteve a trajetória ascendente em 2025, atingindo 17.841.441 mCVE e crescendo 952.139 mCVE, 5,64%, em relação a 2024. Destaca-se o contributo do crédito habitação a emigrantes, que cresceu 596.192 mCVE, 13,14%, impulsionado pelas condições especiais dos juros nos empréstimos. Contudo, o segmento das empresas acabou por apresentar um maior contributo para a evolução favorável do crédito, por conta do incremento do crédito tesouraria e dos títulos da divida pública de 1.207.897 mCVE (17,64%) e 2.224.371 mCVE (11,59%), respetivamente.

Qualidade da Carteira de Crédito

A carteira de crédito, com exclusão dos títulos, juros a receber, despesas de crédito, receitas e custos diferidos, inclui os créditos em situação normal e em situação vencida (crédito em incumprimento superior a 30 dias). Em 2025, a carteira de crédito normal totalizou 45.261.081 mCVE, apresentando uma melhoria face a 2024 de 2.669.177 mCVE, 6,27%.

Crédito Normal

Prazo	dez-25		dez-24		Var. anual	
					mCVE	%
Curto Prazo	3 073 929	6,79%	1 663 133	3,90%	1 410 796	84,83%
Médio e Longo Prazo	42 187 152	93,21%	40 928 771	96,10%	1 258 381	3,07%
Total	**45 261 081**	**100,00%**	**42 591 904**	**100,00%**	**2 669 177**	**6,27%**

Por sua vez, a carteira de crédito vencido da Caixa atingiu 3.184.095 mCVE, reduzindo -228.664 mCVE, -6,7%, relativamente ao período homólogo.

Crédito Vencido

Segmentos	dez-25		dez-24		Var. anual	
					mCVE	%
Particulares	**2 100 994**	**65,98 %**	**2 159 821**	**63,29 %**	**-58 827**	**-2,72 %**
Habitação	1 601 563	50,30 %	1 565 148	45,86 %	36 415	2,33 %
Outros Fins	499 431	15,69 %	594 672	17,42 %	-95 242	-16,02 %
Empresas	**1 083 101**	**34,02 %**	**1 252 938**	**36,71 %**	**-169 837**	**-13,56 %**
Investimento	680 999	21,39 %	791 905	23,20 %	-110 906	-14,00 %
Tesouraria	402 101	12,63 %	461 033	13,51 %	-58 931	-12,78 %
Total	**3 184 095**	**100 %**	**3 412 758**	**100 %**	**-228 664**	**-6,70 %**

O rácio de crédito vencido, medido pelo crédito vencido sobre o total de crédito (excluindo o crédito titulado), cifrou-se em 6,57%, com uma redução de -0,85 p.p., comparativamente a 7,42% em 2024. Para essa evolução contou-se com o contributo de recuperação de crédito, do abate de crédito e medidas de reestruturação de crédito.

Rácio de Crédito Vencido (mCVE)

Segmentos	dez-25				dez-24			
	Normal	Vencido	Total	% Vencido	Normal	Vencido	Total	% Vencido
Particulares	**22 034 360**	**2 100 994**	**24 135 354**	**8,71%**	**21 096 248**	**2 159 821**	**23 256 069**	**9,29%**
Habitação	16 239 878	1 601 563	17 841 441	8,98%	15 324 154	1 565 148	16 889 302	9,27%
Outros Fins	5 794 482	499 431	6 293 912	7,94%	5 772 094	594 672	6 366 767	9,34%
Empresas	**23 226 721**	**1 083 101**	**24 309 822**	**4,46%**	**21 495 656**	**1 252 938**	**22 748 594**	**5,51%**
Investimento	15 572 501	680 999	16 253 501	4,19%	15 108 265	791 905	15 900 170	4,98%
Tesouraria	7 654 220	402 101	8 056 321	4,99%	6 387 391	461 033	6 848 424	6,73%
Total	**45 261 081**	**3 184 095**	**48 445 176**	**6,57%**	**42 591 905**	**3 412 758**	**46 004 663**	**7,42%**

Ativos Financeiros

Nos últimos anos, a Caixa tem mantido níveis de liquidez sólidos e adequados ao cumprimento dos seus compromissos, sustentados por uma base de depositantes ampla e diversificada e pela qualidade dos seus ativos, sem necessidade de recurso ao mercado monetário interbancário.

Em 2025, decorrente das medidas de política monetária adotadas pelo BCV e baixa atratividade das taxas de juro das aplicações no exterior, a Caixa direcionou os fundos para o mercado interno resultando num significativo aumento dos depósitos no Banco de Cabo Verde.

Globalmente, a Caixa manteve uma posição de liquidez confortável, assegurando o cumprimento dos requisitos prudenciais.

No mercado aberto, as operações estiveram essencialmente associadas à emissão de Títulos de Regulação Monetária (TRM) e de Títulos de Intervenção Monetária (TIM). A Caixa participou na totalidade dos leilões de TRM, com aplicações de 281.000 mCVE, correspondendo a 23,4% do total das emissões, refletindo uma redução face ao período homólogo. No que respeita aos TIM, a participação atingiu 98,1%

dos leilões, com aplicações de 19.418.000 mCVE, equivalentes a 66% do total emitido, evidenciando um crescimento expressivo face ao ano anterior.

Adicionalmente, a Caixa aplicou excedentes de liquidez em depósitos overnight, que totalizaram 1.627.700.000 mCVE em 2025, traduzindo um aumento significativo face a 2024 (89%). Esta evolução reflete, por um lado, o aumento gradual das taxas de absorção de liquidez e, por outro, a maior atratividade das taxas praticadas pelo BCV comparativamente às observadas nos mercados externos.

No mercado primário de dívida pública, foram emitidos 15.956.000 mCVE em obrigações do tesouro e 8.601.700 mCVE em bilhetes do tesouro. A Caixa manteve uma participação relevante, subscrevendo para carteira própria 2.708.883 mCVE em bilhetes do tesouro (31,5% das emissões) e 4.800.714 mCVE em obrigações do tesouro (30% das emissões). Adicionalmente, foram subscritos 364.590 mCVE em obrigações corporate.

Em resultado destas operações, a carteira de títulos da Caixa atingiu 22.752.732 mCVE em dezembro de 2025, representando um aumento de 1.910.420 mCVE (+9,17%) face ao período homólogo, evolução explicada sobretudo pelo crescimento das obrigações do tesouro.

Intermediação Financeira

A Caixa presta serviços de intermediação de valores mobiliários na Bolsa de Valores de Cabo Verde, na qualidade de Operador de Bolsa, permitindo aos clientes investir em ações, obrigações e títulos do tesouro. As operações são realizadas através das plataformas Sifox e Blu-x e a emissão dos Títulos do Tesouro na plataforma da Bolsa de Valores de Cabo Verde (POS). O Banco assegura igualmente a custódia dos títulos e a gestão dos fluxos financeiros associados, incluindo o pagamento de juros e dividendos.

Durante o ano de 2025, foram registadas 434 ordens de compra e venda de títulos, distribuídas entre o mercado primário e secundário, das quais 315 resultaram em transações efetivas. No mercado primário, foram executadas 54 ordens, enquanto no mercado secundário foram concretizadas 261 operações.

No mercado primário, os clientes particulares subscreveram, através da Caixa, títulos no montante global de 200.169 mCVE, dos quais 195.219 mCVE em obrigações do tesouro e 4.950 mCVE em obrigações corporate. No mercado secundário, foram lançadas 304 ordens, tendo 261 sido executadas ou parcialmente executadas, correspondendo a 182 ordens de compra e 122 ordens de venda. Em termos de volume, as ordens de venda totalizaram 41.984 mCVE e as de compra 23.732,57 mCVE. Em 2025, o mercado secundário registou uma menor dinâmica, face a 2024 que registou a operação de alienação de participações do Estado na Caixa.

Em reconhecimento do seu desempenho no mercado de capitais, a Caixa foi distinguida com três prémios no Bolsa Awards 2025, iniciativa promovida pela Bolsa de Valores de Cabo Verde.

Adicionalmente, importa destacar que, em 2025, se encontrava em fase de finalização o desenvolvimento de uma nova plataforma de investimento para clientes, que permitirá a avaliação do perfil de risco dos investidores e a sua adequação aos produtos financeiros disponíveis, em linha com as exigências regulamentares e as melhores práticas de mercado.

3.2. Áreas de Suporte ao Negócio

Gestão da Qualidade

Com vista a consolidar o seu posicionamento como instituição de referência no sistema financeiro e a assegurar padrões elevados de qualidade no serviço prestado, em 2003, a Caixa instituiu o Gabinete de Organização, Estudos e Projetos, responsável pela coordenação e monitorização do Sistema de Gestão da Qualidade, alinhado com os requisitos da norma ISO 9001:2015. Em 2013, a Caixa obteve a certificação ISO 9001:2015, reconhecimento internacional de excelência em gestão da qualidade, reforçando o seu compromisso com a melhoria contínua, a eficiência dos processos e a satisfação dos clientes. Desde então, o Sistema de Gestão da Qualidade tem sido objeto de auditorias externas anuais de acompanhamento, garantindo conformidade com a norma e promovendo uma cultura organizacional orientada para desempenho, rigor e transparência.

No exercício de 2025, destaca-se, uma vez mais, a renovação da certificação ISO 9001:2015, tendo o processo de recertificação decorrido com registo de zero não conformidades na auditoria externa, o que evidencia a robustez e maturidade do Sistema de Gestão da Qualidade da Caixa, reforçado pelo prémio de qualidade de European Society for Quality research.

Durante o ano, foi igualmente assegurada a implementação e avaliação da eficácia das ações de melhoria desenvolvidas no âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, com enfoque na otimização dos processos internos, reforço do controlo operacional e maior orientação para o cliente.

No âmbito da gestão de projetos, entre os projetos prioritários, evidenciou-se a atualização da Intranet com o desenvolvimento de novos módulos, designadamente o Know How Caixa, Reembolso de Faturas e Ficha Informativa de Entidade, bem como atualização do módulo Digital Docs. Também, de forma a aumentar a satisfação do cliente, aliada a qualidade do serviço prestado, foi desenvolvido o projeto do Portal do cliente, que vai permitir satisfazer os pedidos dos clientes com qualidade e rapidez, em alternativa ao atendimento presencial. Estas iniciativas têm como objetivo permitir ganhos relevantes em termos de eficiência, redução de risco operacional e uniformização de procedimentos. A Caixa promove uma cultura de partilha de conhecimento interno, simplificação de fluxos documentais e melhoraria da interação com o cliente, promovendo maior agilidade e consistência no serviço prestado.

Por último, procedeu-se à revisão e rebranding do produto ABMT – Account Based Money Transfer (Western Union Direto na Conta), com o objetivo de modernizar a proposta de valor, reforçar a sua visibilidade comercial e alinhar o produto com a estratégia de posicionamento da Caixa enquanto instituição inovadora e orientada para soluções de pagamento rápidas e seguras.

O processo de Gestão Reclamações de Clientes, feita de acordo com as diretrizes do Banco de Cabo Verde, visa a identificação de eventuais fragilidades de controlo e promoção do cumprimento contínuo dos procedimentos internos, como também, a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados. Em 2025, deram entrada 30 reclamações nos diferentes canais de receção, que foram identificados, encaminhados e registados no portal do BCV. Em relação a 2024, o número de reclamações reduziu em 4 reclamações, indicando uma maior eficiência operacional e um melhor suporte ao cliente.

Recursos Tecnológicos e Informáticos

A área de Recursos Tecnológicos e Informáticos, em alinhamento com a Política da Qualidade e com a agenda estratégica de transformação digital, em 2025, prosseguiu a implementação de soluções orientadas para a modernização tecnológica, eficiência operacional e melhoria da experiência dos colaboradores e clientes.

No decurso do exercício, foi concretizada a implementação das novas máquinas AS400, proporcionando ganhos substanciais ao nível da performance e da redução do tempo de fecho operacional, assegurando simultaneamente maior estabilidade e elevada disponibilidade dos canais remotos aos clientes. Esta evolução reforça a robustez da infraestrutura tecnológica e a continuidade do serviço. Foi igualmente assegurada a implementação das mensagens MX - SWIFT, em conformidade com o normativo internacional, garantindo alinhamento com os padrões globais.

No domínio da gestão documental e melhoria dos processos internos, destacou-se a atualização da Intranet com introdução de novos módulos e atualização do módulo Digital Docs, que permitiram ganhos relevantes em termos de agilidade, rastreabilidade e consistência operacional. Paralelamente, foram desenvolvidos internamente, o Portal do Cliente, integrando o Portal do Investidor, funcionalidades de Suporte ao Cliente e o serviço de Senhas Online, consolidando uma abordagem digital integrada e centrada no utilizador.

Ao nível dos canais digitais, registou-se ainda, a atualização do Caixa Mobile, com lançamento da nova aplicação Caixanet Mobile agora com funcionalidades destinadas ao segmento empresarial e atualização da aplicação Microcrédito, ampliando funcionalidades, reforçando a segurança e promovendo uma maior autonomia na gestão das operações bancárias.

Marketing e Comunicação



Em 2025, a Caixa manteve uma estratégia de comunicação com foco nos canais digitais, com o objetivo de intensificar a cultura digital. A página da Caixa no *Facebook* tem um impacto significativo na comunicação digital da instituição, que inclui a disseminação de informações institucionais e sobre os produtos e serviços da Caixa a todos os segmentos.

Relativamente à oferta digital, em 2025 procedeu-se ao lançamento do novo aplicativo Caixanet mobile, mais moderno e funcional, que permite aceder às principais operações bancárias de forma simples, rápida, segura, através do telemóvel e agora disponível para os clientes empresas. O produto Caixa Microcrédito também foi reformulado com a atualização da aplicação Microcrédito, com o objetivo de reforçar o financiamento aos micro empreendedores, as micro e pequenas empresas e pessoas de baixo rendimento, normalmente excluídas do sistema financeiro tradicional.

Com o objetivo de elevar o nosso padrão de serviço, a Caixa avançou com o projeto Portal do cliente, que inclui as senhas on-line de atendimento, evitando aglomerações físicas e melhorando a experiência dos clientes, com o seu lançamento agendado para início de 2026.

Ainda a nível de serviços, foi feita a revisão e rebranding do serviço ABMT - Account Based Money Transfer (Western Union Direto na Conta), que é um serviço pioneiro e exclusivo da Caixa, com implementação do número gratuito 800 24 80, que permite aos clientes, através do telefone, receber ou enviar fundos no Western Union,

A Caixa também teve uma forte presença em eventos e feiras, com o objetivo do reforçar a marca e promover a proximidade junto dos clientes. Assim, destaca-se a participação nas feiras de automóveis Multimarcas em março e Automóvel Caetano em julho, a nível nacional. A nível internacional marcou presença na Feira SIEDCV- 2ª Edição, Salão Internacional dos Empresários da Diáspora realizado em Marseille, em dezembro.

A utilização dos canais tradicionais ainda é importante, tendo em conta o nosso público-alvo, por isso a estratégia de marketing da Caixa esteve focada em campanhas multiplataforma e de media cruzada, visto que os consumidores estão cada vez mais presentes em diversos canais. Sendo assim, foram realizadas campanhas utilizando os meios tradicionais como spot nas televisões, em referência o patrocínio do programa Nha Terra Nha Cretcheu na RTP Àfrica. Para complementar a cadeia de comunicação, a Caixa manteve o spot nas rádios, publicidade em jornais e revistas, televisões interativas nas agências e nos aeroportos da Praia, Mindelo e Espargos, assim como, painéis em locais estratégicos como polidesportivos e escolas. Houve uma preocupação em ativar a marca nos vários eventos

patrocinados pela Caixa, de forma a promover a construção de confiança e lealdade dos clientes, contribuindo para o aumento da preferência e identidade a marca. Em destaque, a ativação da marca no Gimno Desportivo, nos eventos Kriol Jazz Festival e Kavala Fresk Festival, eventos de lançamento de livros, entre outros. Também a Caixa reforçou a sua presença em revistas internacionais, como a Forbes e a Global Investor.

Gestão de Recursos Humanos

A Caixa reconhece que a igualdade de género e a inclusão são dimensões estratégicas da sua sustentabilidade e boa governação, sendo objeto de acompanhamento sistemático no quadro da sua estrutura organizacional. Em 2025, definiu o Plano de Igualdade e Inclusão, que concretiza, de forma estruturada, os princípios subjacentes à política interna de gestão de recursos humanos, reforçando o compromisso com a diversidade, a igualdade de oportunidades e a valorização dos colaboradores.
A instituição apresenta indicadores sólidos de equilíbrio de género e práticas consistentes de valorização dos seus colaboradores. O posicionamento alcançado resulta de políticas que integram a igualdade, a diversidade e o bem-estar como dimensões estratégicas da sustentabilidade organizacional.

Quadro de Pessoal

Em 2025, o quadro de pessoal da Caixa ganhou mais 11 colaboradores em relação ao ano passado, atingindo um total de 394 colaboradores (2,96%). Assim, registou-se um aumento do número de efetivos em 1,2%, o número de contratados em 25% e manteve-se o número de colaboradores em licença sem vencimento. A área comercial continuou a absorver a maior parte dos recursos humanos, com um peso de 65%, aumentando em relação ao ano 2024 que atingiu 63%.
Relativamente à distribuição por género, contou-se com 240 colaboradores do género feminino e 154 do género masculino. O peso das mulheres aumentou para 61% (60% em 2024) e peso dos homens reduziu para 39% (40% em 2024), refletindo uma estrutura organizacional equilibrada e um compromisso sustentado com a diversidade de género.
Relativamente à admissão de pessoal, em 2025 foram admitidos 24 novos colaboradores e em termos de integração, foram integrados no quadro de pessoal 7 colaboradores.
A idade média dos colaboradores na Caixa manteve-se nos 45 anos, mas continua a refletir um efetivo ainda jovem e com alguma experiência acumulada. A idade máxima passou de 71 para 69 anos e a mínima aumentou para 23 anos. Alguns trabalhadores já entraram na idade de reforma, mas preferem continuar no ativo.

Principais Indicadores	2025
Colaboradores	394 (mais 11)
Mulheres	61 %
Homens	39 %
Antiguidade (média)	15 anos
Colaboradores efetivos	348 (mais 4)
Horas Formação	23 785 horas (mais 13 331 horas)
Cargos Liderança	53 % mulheres
Órgãos Gestão	43 % mulheres

Liderança e Capacitação

Em 2025, a equipa de liderança permaneceu constituída por 66 Colaboradores, e a presença feminina em posições de chefia e coordenação atingiu 53% dos cargos de liderança, reforçando o papel ativo das mulheres na gestão e na tomada de decisão. Nos órgãos sociais, 6 dos 14 membros são do sexo feminino, assegurando uma relação de equilíbrio de género também ao nível da governação da Instituição.

O índice de tecnicidade situou-se em 69% comparativamente ao valor de 68% em 2024, demonstrando que a maioria dos colaboradores possui formação superior, o que evidencia uma aposta consistente na qualificação técnica e académica.

Em 2025, apostou-se na formação externa no país, com destaque para a formação de língua inglesa e oportunidades de formação apresentadas pela ATTF Luxembourg (House of Training) e ações de formação externa no estrangeiro - Portugal, no âmbito da cooperação com instituições financeiras parceiras. Durante o ano, foram realizadas um total de 25 ações de formação, abrangendo um universo de 691 colaboradores. O volume de formação foi de 23.785 horas e um investimento de 6.539 mCVE, revelando um aumento em 1.056 mCVE face a 2024.

A Caixa assume o compromisso na valorização dos seus recursos humanos, de modo que os colaboradores continuem o seu aprendizado e adquirem novas competências, tornando-se em melhores profissionais.

Desenvolvimento Profissional e Remuneração

O desenvolvimento profissional dos colaboradores da Caixa efetua-se através da promoção, progressão, mudança de carreira, entre outros. O bom desempenho, entre outros critérios, permite o acesso à evolução na carreira. Assim, em 2025 o total de 171 colaboradores (142 em 2024) tiveram direito à progressão/promoção, com a taxa de cobertura das promoções (número de efetivos promovidos/ progredidos sob o número total de efetivos) atingindo 43%, o que corresponde a uma taxa de progressão/promoção de 97%.

Relativamente à remuneração, em 2025, registou-se uma atualização salarial de 1,5%, com o aumento da massa salarial em 3,95% em termos brutos, comparativamente a 2024, refletindo as promoções/ progressões, aumento salarial, pagamentos de subsídio de estudos e contas-finais dos reformados e desvinculados.

Saúde e Bem-estar

A Caixa enquanto entidade patronal, continua a ser reconhecida pelo seu elevado comprometimento com o bem-estar dos colaboradores em diversas áreas, abaixo evidenciados:

- Saúde: acordos e parcerias com clínicas de prestação de serviço de saúde e plafond para reembolsos das despesas de saúde (colaboradores e agregado familiar), subsídio para a saúde mental dos colaboradores e subsídio de ginástica;
- Financiamentos: linhas de crédito para os funcionários com taxa especiais;
- Estudo: subsídio de estudo para os colaboradores e os filhos.

3.3. Gestão de Risco

A gestão dos riscos na Caixa, está suportada por uma Política de Risco que incorpora as diretrizes definidas pelo Banco de Cabo Verde (BCV), em particular, os requisitos estabelecidos no Aviso nº 4/2017, bem como, outros princípios e boas prática de gestão de riscos. Assim, a gestão dos riscos é efetuada de forma centralizada pela Direção de Gestão de Risco (DGR), que tem como principal missão a avaliação e o controlo dos riscos financeiros e não financeiros que poderão afetar o negócio da Instituição. A DGR deverá assegurar a aplicação de um sistema de Gestão de Riscos, através do acompanhamento contínuo da sua adequação e eficácia, bem como aplicação de medidas para corrigir eventuais deficiências.

Sistema de Gestão de Riscos

A Caixa adota um sistema de gestão global de riscos, consubstanciado num conjunto integrado de processos de carácter permanente que asseguram uma compreensão apropriada da natureza e da magnitude dos riscos adjacentes à atividade desenvolvida, possibilitando assim, uma implementação adequada da estratégia e o seu cumprimento. Neste contexto, a Instituição dedica um esforço contínuo nas ações de gestão de riscos, tendo em vista uma gestão adequada e eficaz do risco assente na identificação, avaliação e monitorização da exposição dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacionais, entre outros.

Modelo de Governação

O modelo de governação e responsabilidades adotado pela Caixa, contempla a participação dos seguintes órgãos: Conselho de Administração, Comissão Executiva, Direção de Gestão de Risco, Direção de Compliance, Direção de Auditoria Interna, Comités de Risco e Comité ALCO - Gestão de Ativos e Passivos. Não obstante, a Gestão de Riscos é responsabilidade de todos os colaboradores e deve ser aplicada a toda a Instituição, nas suas várias áreas e níveis, a qualquer momento, bem como às funções, atividades e projetos específicos.

Apetência ao Risco

A Caixa adota uma Framework de Apetite ao Risco (RAF sigla em inglês) que pretende quantificar o nível de risco que a instituição está preparada para aceitar na prossecução dos seus objetivos estratégicos. O RAF é estabelecido tendo em conta a estratégia global do negócio, os objetivos e as expectativas dos acionistas. Também deve ter em conta a capacidade de recursos e tecnologia necessários para gerir e monitorizar o risco, o rating da instituição e o horizonte temporal.

A Framework de Apetite ao Risco engloba a identificação de métricas que podem ser quantitativas ou qualitativas, e por cada métrica são definidos limites específicos de apetite ao risco que a Caixa deve cumprir.

Na estrutura da Caixa, cabe ao Conselho de Administração (CA) aprovação da Declaração de Apetite ao Risco (RAS) que deverá ter por base um envolvimento alargado da Comissão Executiva (CE), da Direção de Gestão de Risco (DGR) e dos Diretores/Coordenadores de outras áreas funcionais e de negócio, estando prevista a sua revisão anualmente. Por sua vez, a sua monotorização e reporte está confiada à Direção de Gestão de Risco.

A RAS é constituída por um conjunto de indicadores considerados relevantes e representativos dos riscos classificados como materiais no processo de identificação dos riscos. Para cada indicador/métrica são estabelecidos até 4 parâmetros:

- Objetivo - nível de risco ótimo estabelecido a nível do planeamento, por forma a cumprir com os objetivos estratégicos;
- Tolerância – nível de risco considerado preocupante e relevante para a Caixa, que pode resultar na definição de medidas corretivas;
- Limite – indica um nível de risco que representa uma ameaça séria ao negócio e por isso requer uma ação imediata;
- Trigger – representa um nível de risco associado à necessidade de lançamento de medidas extraordinárias ou do Plano de Recuperação.

Identificação e categoria dos Riscos

De acordo com o BCV, o Sistema de Gestão de Riscos da Caixa deve tomar em consideração as seguintes categorias de risco: risco de crédito, risco de alavancagem excessiva, risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional, risco de *compliance*, risco dos sistemas de informação, risco de estratégia e de reputação, bem como outros riscos que se possam revelar materiais. Para cada uma destas categorias são estabelecidas políticas específicas e mecanismos de controlo adequados, que permitem avaliar a evolução do risco e adotar medidas corretivas sempre que necessário.

Gestão de Riscos em 2025

Risco Crédito

O Risco de crédito é resultante da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respetivas obrigações financeiras nos termos contratados, à desvalorização de contrato de crédito decorrentes da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A estratégia de gestão de risco de crédito da Caixa assegura uma adequada identificação, avaliação, monitorização e mitigação dos riscos associados às operações de crédito. O processo consiste na análise e concessão de crédito, através da avaliação da capacidade financeira dos clientes, da análise do perfil de risco das operações e da apreciação da qualidade das garantias apresentadas. Este processo é suportado por políticas e procedimentos internos que definem critérios de elegibilidade, limites de exposição e mecanismos de aprovação de crédito, assegurando uma adequada segregação de funções e níveis de decisão. Após a concessão, a carteira de crédito é objeto de monitorização contínua, através do acompanhamento da evolução da situação financeira dos clientes, do comportamento de pagamento das operações e da análise periódica dos principais indicadores de qualidade da carteira. Este acompanhamento permite identificar atempadamente eventuais sinais de deterioração do risco de crédito e adotar medidas de mitigação adequadas.

No âmbito do reconhecimento contabilístico do risco de crédito, a Caixa constitui imparidades de acordo os princípios previstos na norma IFRS 9, que introduz o modelo de perdas esperadas de crédito (Expected Credit Loss – ECL). A IFRS 9 aplica a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral. Os ativos financeiros sujeitos as imparidades são classificadas por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial e não em função do risco de crédito à data de reporte:

- *Stage 1*: os ativos financeiros são classificados em *stage 1* sempre que não se verifique um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes

ativos é reconhecida a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses posteriores à data de relato;

- *Stage 2*: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos financeiros são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos ("*lifetime*");
- *Stage 3*: os ativos classificados neste *stage* apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, em resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, a perda esperada de imparidade de crédito é reconhecida em resultados do exercício durante a vida residual expetável dos ativos financeiros.

A determinação das imparidades da carteira de crédito é efetuada com base em duas abordagens complementares: análise individual e análise coletiva, de acordo com a natureza e o perfil de risco das exposições.

São objeto de análise individual os clientes que se encontram numa das seguintes condições:

- Entidades com crédito em incumprimento - "Exposure At Default" (EAD) global (incluindo todos os contratos) - superior a 30.000 mCVE;
- Entidades com EAD em *stage* 3 (incluindo todos os contratos em stage 3) superior a 15.000 mCVE;

As operações que não são sujeitas a análise individual de imparidade são agrupadas tendo em conta as suas características de risco e sujeitas a análise coletiva de imparidade.

Análise de Crédito e Imparidades

No final de 2025, a carteira da Caixa, excluído os títulos, apresentava uma exposição total de 62.161.001 mCVE, que correspondeu a imparidades na ordem dos 3.800.877 mCVE, apresentando um decréscimo de -248.322 mCVE (menos 6,1%) comparativamente a dezembro 2024. Não obstante a redução do crédito vencido em 2025, esta redução deve-se essencialmente aos abates de crédito efetuados em dezembro de 2025.

Em termos de distribuição, as imparidades encontram-se concentradas sobretudo no *stage* 3 representando 83,9% do total, refletindo uma redução de 119.357 mCVE (menos 3,61%) comparativamente a dezembro 2024. Quanto ao *stage* 2 apresentou um peso de 2,0% no total, apresentando um redução face a 2024 de menos 145.693 mCVE (65,84%). Por último, o *stage* 1 apresentou um peso de 14,2% no total, aumentando 16.728 mCVE, (3,21%) relativamente a 2024.

Analisando por segmento de clientes, 2.549.042 mCVE das imparidades (67,06%) encontravam-se constituídas na carteira do segmento das empresas e 805.588 mCVE (21,19%) no segmento dos particulares no crédito habitação.

Por tipologia de análise, 60,49% do cálculo de imparidade foi efetuado através da análise individual e 39,51% através da análise coletiva. Comparativamente a dezembro de 2024, a imparidade individual reduziu 249.731 mCVE (menos 9,8%) e a imparidade coletiva aumentou 1.409 mCVE (0,09%).

Em 2025, os indicadores de apetite ao risco da Caixa continuaram a apresentar resultados confortáveis, e dentro dos limites estabelecidos.

Evolução dos Principais Indicadores do Risco Crédito

Tipo de Risco	Métrica	dez-25	dez-24
Risco de Crédito	Rácio de Crédito Vencido	6,57 %	7,42 %
	Rácio Solvabilidade	26,34 %	24,85 %
	Qualidade Carteira NPL	4,11 %	10,56 %
	Concentração devedores (10 maiores)	26,99 %	27,58 %
	Concentração Risco	12,90 %	13,67 %
	Crédito Vencido/Ativo Líquido	3,0 %	3,6 %
	Rácio de Cobertura de Crédito Vencido	119,37 %	118,63 %

Risco de Mercado, Liquidez e Taxa Juro

O risco de mercado é o risco resultante da probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço do mercado dos instrumentos da carteira de negociação, nomeadamente provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio. Por sua vez, o risco de liquidez, refere-se ao risco inerente a atividade bancária, que consiste na possibilidade de ocorrência de incapacidade por parte da instituição em cumprir com as obrigações e os compromissos financeiros que assumiu, por falta de fundos disponíveis. O risco de taxa de juro é resultante da exposição da situação financeira da instituição aos movimentos adversos nas taxas de juro nos mercados.

Em 2025, a gestão do risco de mercado, do risco de liquidez e do risco de taxa de juro, foi baseada no acompanhamento regular dos fluxos de caixa, na manutenção de níveis adequados de ativos líquidos e na diversificação das fontes de financiamento. Assim, os principais indicadores dos riscos de mercado, de liquidez e de taxa de juro da Caixa, evoluíram favoravelmente, comparativamente ao ano anterior. Os principais indicadores estão em linha com o histórico da Caixa e dentro dos limites do Apetite ao Risco e com as principais indicações técnicas nacionais e internacionais. Os indicadores de apetite ao risco evidenciam uma posição globalmente sólida relativamente à liquidez, com o custo de funding controlado, concentração de depósitos dentro da tolerância e o rácio de transformação em níveis confortáveis.

Risco Operacional

Risco resultante da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, de pessoas e de sistemas ou de eventos externos. O processo de gestão do risco operacional adotado pela Caixa é assente no modelo das três linhas de defesa, que consiste em identificar e atribuir responsabilidades específicas às Unidades Orgânicas, de forma que as tarefas essenciais de gestão do risco operacional sejam realizadas de forma integrada e coordenada. A Caixa monitoriza o comportamento dos indicadores chaves de risco e os limites a exposição, com métricas quantitativas, incluindo a definição de níveis de tolerância sustentados em informações históricas.

O risco operacional é controlado e acompanhado pela Direção de Gestão de Risco, mas é apoiada por diversas áreas que fazem parte do processo de gestão de risco e controlo interno. A Caixa introduziu medidas que permitiram mitigar o risco de fraudes com cartões, como o bloqueio e desbloqueio dos cartões nos serviços de Caixanet e Caixanet mobile, envio de sms token nas operações on-line e parcerias em projetos com a Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento (SISP). Também, a Caixa manteve a implementação da solução de sistemas automáticos de acionamento de geradores garantindo a continuidade dos serviços, estando já implementada em algumas agências.

Em 2025, os indicadores do risco operacional apresentavam-se dentro dos limites de exposição e do intervalo dos limites ou trigger de tolerância aprovados.

Riscos de Sustentabilidade

A Caixa integra os riscos sociais, ambientais e climáticos (riscos SAC) na sua estrutura global de gestão de riscos. Estes riscos são considerados determinantes para a solidez financeira da instituição, a sua reputação, a sua resiliência a longo prazo e a criação de valor sustentável. A sua gestão é conduzida de forma integrada, estruturada e proporcional, articulando-se com as demais políticas e processos de gestão de risco da Instituição e compreende a identificação, avaliação, mitigação, monitorização e reporte dos riscos decorrentes tanto das atividades próprias da Instituição como dos projetos, operações, contrapartes e cadeias de valor com que esta se relaciona.

A integração dos riscos sociais, ambientais e climáticos no sistema de gestão de riscos contribui também para a melhoria da qualidade das decisões estratégicas e financeiras da Caixa, reforçando a sua capacidade de antecipar tendências, responder a desafios emergentes e alinhar a sua atuação com os objetivos nacionais de desenvolvimento sustentável e com os compromissos internacionais assumidos por Cabo Verde.

Fatores de risco para 2026

O enquadramento de risco para 2026 caracteriza-se por um contexto internacional marcado por elevada incerteza geopolítica, volatilidade nos mercados energéticos, fragmentação económica global e

aceleração dos riscos tecnológicos e climáticos. Estes fatores configuram um ambiente em que os choques externos poderão transmitir-se rapidamente às economias mais abertas e dependentes de fluxos internacionais.

No caso específico de Cabo Verde, o perfil de risco permanece fortemente condicionado pela elevada exposição a fatores externos, em particular pela dependência do setor do turismo, pelas importações energéticas e pela vulnerabilidade estrutural a choques climáticos e logísticos. Assim, alterações na procura turística internacional, aumentos significativos nos preços da energia ou perturbações nas cadeias de transporte marítimo e aéreo poderão ter impacto relevante sobre o crescimento económico, a balança externa e o desempenho financeiro das empresas e das famílias.

Adicionalmente, persistem riscos associados à situação fiscal e ao desempenho das empresas públicas, que podem traduzir-se em pressões adicionais sobre as finanças públicas e sobre o sistema financeiro. No setor bancário, a concentração setorial da carteira de crédito em atividades ligadas ao turismo, construção e serviços conexos constitui igualmente um fator de atenção, uma vez que poderá amplificar os efeitos de eventuais choques externos sobre a qualidade do crédito.

Neste contexto, torna-se fundamental reforçar a monitorização preventiva dos principais indicadores de risco macroeconómico e financeiro, bem como manter políticas prudenciais adequadas ao nível da gestão da liquidez, concentração setorial do crédito, avaliação da capacidade de geração de cash-flow dos mutuários e robustez operacional das instituições.

Em síntese, o ano de 2026 deverá continuar a ser caracterizado por um crescimento económico global moderado, porém sujeito a riscos relevantes, sendo essencial que a Caixa mantenha uma abordagem prudente, assente numa gestão ativa dos riscos, numa adequada diversificação da carteira e numa monitorização contínua dos sinais de alerta associados ao contexto económico internacional e nacional.

3.4. Caixa Sustentável

A Caixa assume uma missão estratégica no desenvolvimento económico e social do país, promovendo a inclusão financeira, apoiando políticas públicas e contribuindo para a melhoria das condições de vida da população. Consciente do seu papel sistémico no sistema financeiro nacional e do impacto das suas atividades sobre a sociedade e o ambiente, reconhece a responsabilidade social, ambiental e climática como parte integrante da sua missão e um pilar estruturante da sua governação, da sua gestão de riscos e da sua estratégia de negócio.

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática da Caixa, formaliza os compromissos da mesma nestas matérias, estabelecendo princípios, linhas de orientação e mecanismos que orientam a sua atuação. Constitui um instrumento estratégico, complementar e estruturante do compromisso com

o desenvolvimento sustentável, centrando-se especificamente nas dimensões social, ambiental e climática da sua atuação.

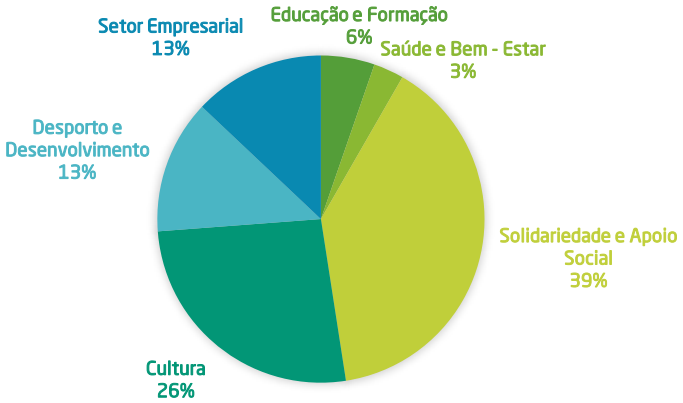
A Caixa tem vindo a materializar os compromissos expressos na sua política através de iniciativas concretas que promovem a inclusão financeira, a literacia financeira, a igualdade de género, a transição energética e o apoio ao desenvolvimento comunitário, em alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com as melhores práticas internacionais.

Anualmente a Caixa apoia e patrocina iniciativas e projetos sociais, comunitários e de desenvolvimento local, de preservação dos ecossistemas, conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais.



No exercício de 2025, destacou-se os apoios às causas sociais, em particular a campanha de Solidariedade e Apoio à População de São Vicente, em resposta as intensas chuvas ocorridas em 11 de agosto de 2025, que provocaram perdas humanas e materiais, bem como danos significativos nas infraestruturas da cidade do Mindelo. Adicionalmente, a Caixa promoveu uma campanha interna, envolvendo colaboradores da Caixa a nível nacional, para a recolha de vestuário e produtos alimentares não perecíveis, destinados à população afetada. Os bens recolhidos foram entregues à Loja Social da Câmara Municipal de São Vicente, reforçando o apoio direto às comunidades impactadas.

Nesse sentido, em 2025 os apoios e patrocínios atingiram o valor total de 23.212 mCVE, conforme indicado abaixo, registando um crescimento de 7.691 mCVE, (+ 50%) relativamente ao ano a 2024.



Alinhamento da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática da Caixa com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e com as melhores práticas internacionais

Inclusão Financeira	A Caixa promove a bancarização e a inclusão financeira de todos os cabo-verdianos através do acesso a contas à ordem sem custos de manutenção (se as mesmas permanecerem ativas) e facilita o acesso às mesmas através dos canais digitais. Desenvolve produtos e serviços para os clientes de baixo rendimento e ainda transmite conceitos e ensinamentos de gestão de pequenos negócios, poupança e investimentos. Contribui para o desenvolvimento das comunidades locais, através do Microcrédito, que carateriza-se por pequenos empréstimos concedidos as pessoas de baixo rendimento e sem acesso ao crédito bancário tradicional, destinados a promover as suas atividades geradoras de rendimento.
Saúde e Bem-Estar	A cada colaborador é atribuído um plafond para despesas de saúde e consultas para os mesmos e familiares mais um subsídio de promoção de mente saudável, promovendo o bem-estar emocional dos colaboradores. Em maio de 2025, reconhecido como o mês do trabalhador e do aniversário da caixa, foram realizadas diversas atividades e convívio entre colaboradores, sob o lema "Caixa Unida é + Forte", a nível nacional.
Literacia Financeira	Promover a Educação Financeira tem sido um assunto de maior importância e um dos objetivos estratégicos da Caixa, enquanto entidade preocupada com a inclusão financeira. Nesta medida, entre várias outras iniciativas em prol da promoção da literacia e educação financeira, destaca-se a gestão da página Educação Financeira (https://www.caixa.cv/financial-education), que visa transmitir informações pertinentes aos clientes e ao público em geral, contribuindo para uma vida financeira mais saudável. Igualmente disponibiliza gratuitamente no *website* os ebooks "Educação Financeira - descompliCAIXA" e "A Poupança do Zito" que mostram a importância de uma gestão adequada das finanças pessoais.
Igualdade de género	A Caixa promove a igualdade do género e ambiente de trabalho inclusivo. Recorre a práticas de recrutamento não discriminatórias, promovendo a aprendizagem na instituição e a igualdade remuneratória em termos de carreira para homens e mulheres. Em 2025, no mês de março, dedicado à Mulher, a Caixa promoveu uma palestra subordinada ao tema "Saúde da Mulher", com transmissão online via Microsoft Teams, para todos os colaboradores, a nível nacional. Paralelamente, na Página de Educação Financeira, foi divulgado o artigo "O Impacto da Educação Financeira na Autonomia Financeira da Mulher", com o objetivo de promover competências que contribuam para decisões financeiras mais informadas. Constitui um dos objetivos do microcrédito, contribuir para a melhoria da situação socioeconómica de agregados familiares liderados por mulheres, incentivando a criação e ou a melhoria dos seus negócios, criação de autoemprego, além de promover a inclusão financeira. Em relação à distribuição dos microcréditos por género, os clientes de sexo feminino representam mais de 50% do total.
Energia limpa e acessível	A Caixa compromete-se a reduzir o impacto ambiental direto das suas operações, adotando medidas de eficiência energética, gestão sustentável de resíduos, uso racional da água e transição para fontes de energia renovável nas suas infraestruturas e atividades, incluindo a instalação de painéis solares, a redução do consumo de papel e a digitalização de processos, contribuindo para a diminuição da pegada ecológica da instituição. Promoção de Eficiência Energética no edifício Sede da Caixa com instalação de painéis solares e aquisição de energia renovável produzido por terceiros, permitindo uma energia limpa e renovável e previsto alargamento da implementação de painéis solares para outras agências; redução do uso de papel, privilegiando o digital como as ferramentas Digital Docs e Nova Intranet da Caixa; Igualmente compromete-se a desenvolver produtos e serviços financeiros inovadores que incentivem a mitigação de emissões e a adaptação climática, apoiando empresas, famílias e comunidades na adoção de práticas resilientes e sustentáveis. Disponibiliza Cartões feitos com material reciclado, de forma a reduzir a pegada ambiental e apoiar a transição verde. Compromete-se a apoiar e financiar projetos e iniciativas que contribuam para a transição para uma economia de baixo carbono, incluindo energias renováveis, eficiência energética, mobilidade sustentável e soluções baseadas na natureza. Disponibiliza financiamento aos seus clientes como as Linhas de Crédito

	Energias Renováveis para a aquisição de equipamentos que reduzem o consumo energético e que protegem o meio ambiente e Crédito Renovação Táxi com taxas atrativas para viaturas elétricas ou mistas.
Desenvolvimento dos Colaboradores	Aos seus colaboradores atribui um subsídio de estudo e o estatuto de trabalhador-estudante promovendo a igualdade de oportunidades, acesso à educação e aprendizagem contínua. Prática uma política de remuneração competitiva. Anualmente ministra ações de formação em áreas relevantes promovendo a capacitação dos seus colaboradores, aquisição e aperfeiçoamento de competências. Em 2025, foram ministradas 23.785 horas de formação e 171 colaboradores beneficiaram de progressões e promoções.
Desenvolvimento institucional	A Caixa aposta num modelo de governação baseado num conjunto claro de regras, procedimentos e processos, de forma a defender a ética e a conduta empresarial, bem como o compromisso com a sustentabilidade. Através da Direção de Função Compliance, a Caixa analisa e controla os riscos de compliance e garante a conformidade na implementação das normas e leis vigentes no mercado financeiro e da segurança da informação (ISO27001). Apoia na prevenção da lavagem de capitais e no combate ao financiamento do terrorismo, no alerta à prevenção de fraude e outros ilícitos financeiros, promovendo a redução dos fluxos financeiros ilegais. A Caixa compromete-se a respeitar e proteger os direitos humanos em todas as suas atividades e relações comerciais, assegurando que os seus produtos, serviços e parcerias não estão associados a práticas abusivas ou violadoras de direitos fundamentais. Recusa relações comerciais com clientes, fornecedores ou parceiros envolvidos em práticas ilegais, abusivas ou contrárias aos direitos humanos, incluindo trabalho infantil, trabalho forçado, tráfico de pessoas e discriminação.
Parcerias e meios de implementação	A Caixa realiza parcerias globais para concretização efetiva das iniciativas de responsabilidade social e de sustentabilidade. No âmbito do programa STEM, para além de fornecer a infraestrutura, também propõe disponibilizar dados e informações essenciais para ajudar as fintechs a desenvolver e implementar soluções inovadoras, bem como financiar soluções que se mostrem inovadoras e de interesse para a banca, decorrente do lançamento do Fintech Islandz Hub, como o primeiro espaço totalmente dedicado ao desenvolvimento e promoção do setor fintech no país, em colaboração entre a PROEMPRESA e Cabo Verde Digital. Em 2025, a Caixa reforçou a sua intervenção no domínio da educação e capacitação, destacando-se o apoio ao concurso "Olimpíadas de Conhecimento Geral – Ano Letivo 2024/2025", promovido pela Delegação do Ministério da Educação de São Lourenço dos Órgãos, na ilha de Santiago, entre outras iniciativas orientadas para a promoção do conhecimento. Adicionalmente, a Instituição celebrou um protocolo de parceria com a NOSI - Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, no âmbito do Programa de Estágios Profissionais financiado pelo Governo, visando o acolhimento de estagiários e a implementação de um programa de ação conjunta entre as entidades.

4. Informação Financeira

4.1. Resultados

Em 2025, a Caixa obteve um resultado líquido do exercício de 1.919.896 milhares de escudos (mCVE), resultando num incremento de 106.020 mCVE (mais 5,8%) face ao montante alcançado no ano passado. Esta evolução é suportada, essencialmente pelo crescimento da margem financeira, tendo conta que a margem complementar apresentou uma variação negativa.

Evolução dos Resultados

RUBRICAS	2025	2024	Var. anual	
			mCVE	%
Juros e rendimentos similares	4 869 238	4 329 837	539 401	12,5%
Juros e encargos similares	956 326	927 324	29 001	3,1%
Margem Financeira	3 912 912	3 402 512	510 400	15,0%
Rendimentos e instrumentos de capital	23 717	33 928	-10 210	-30,1%
Rendimentos de serviços e comissões (liq.)	88 388	99 140	-10 752	-10,8%
Resultados de ativos financeiros ao justo valor através outro rendimento integral	0	-110	110	-100,0%
Resultados em operações financeiras	96 887	110 428	-13 541	-12,3%
Resultados de alienação de ativos	23 308	26 621	-3 313	-12,4%
Outros resultados de exploração	139 759	131 832	7 927	6,0%
Margem Complementar	372 059	401 838	-29 779	-7,4%
Produto Bancário	4 284 971	3 804 350	480 621	12,6%
Gastos com Pessoal	1 043 143	1 000 367	42 776	4,3%
Gastos Gerais Administrativos	699 518	614 769	84 749	13,8%
Amortizações	126 204	117 826	8 378	7,1%
Total Custos Operativos	1 868 865	1 732 962	135 903	7,8%
Provisões e Imparidade (liq.)	128 294	7 777	120 517	1549,7%
Resultado antes de impostos	2 287 812	2 063 611	224 201	10,9%
Impostos correntes	392 335	290 877	101 458	34,9%
Impostos diferidos	-24 419	-41 142	16 723	-40,6%
Imposto sobre lucros	367 916	249 735	118 181	47,3%
Resultado Líquido do Exercício	1 919 896	1 813 876	106 020	5,8%
Cash Flow do Exercício	2 174 394	1 939 479	234 915	12,1%

Produto Bancário

O produto bancário da Caixa foi predominantemente composto pela margem financeira, que representou 91,3% do total, enquanto a margem complementar contribuiu com apenas 8,7%. A margem financeira apresentou uma evolução favorável, atingindo 3.912.912 mCVE, o que representou um aumento de 510.400 mCVE (15,0%) em relação ao ano anterior, impulsionado pelo aumento dos proveitos com juros de crédito a clientes e com as aplicações financeiras no Banco de Cabo Verde e Instituições de Crédito no Estrangeiro.

Por outro lado, a margem complementar registou uma redução de 29.779 mCVE (menos 7,4%), determinada pelo decréscimo dos resultados de reavaliação cambial, principalmente redução nos ganhos da moeda dólar, tendo em conta o comportamento volátil da moeda ao longo de 2025 e redução das taxas de juros internacionais. Esta evolução foi igualmente influenciada pelo aumento das comissões Visa suportadas e pela redução dos rendimentos provenientes de empresas participadas.

Custos Operativos

Os custos operativos fixaram-se em 1.868.865 mCVE, refletindo um aumento de 135.903 mCVE (+7,8%) em relação ao período homólogo:

- os custos com o pessoal aumentaram 42.776 mCVE (4,3%), tendo em conta os aumentos verificados na remuneração base, noutras remunerações e nos subsídios;
- os gastos gerais administrativos aumentaram 84.749 mCVE (13,8%), impulsionados pelo aumento dos custos com a assistência técnica, ATM, promoção da instituição e serviços judiciais;
- as amortizações (6,8%) aumentaram +8.378 mCVE (7,1%).

Provisões e Imparidades

As provisões e imparidades líquidas do exercício totalizaram 128.294 mCVE, traduzindo num aumento face a 2024 de 120.517 mCVE (1.549,73%), determinado pelo aumento das imparidades líquidas dos bens em dação. Assim, as dotações líquidas de reversões e recuperações de imparidade para crédito a clientes líquidas atingiram 94.132 mCVE comparativamente a 92.549 mCVE atingido em 2024 e as dotações líquidas de reversões e recuperações de imparidade líquidas para carteira de bens em dação atingiu 34.162 mCVE comparativamente ao valor de -101.770 mCVE em 2024.

Provisões e Imparidade Líquidas	2025		2024		Var. anual	
					mCVE	%
Crédito a Clientes	94 132	73,37%	92 549	1190,09%	1 583	1,71%
Imóveis	34 162	26,63%	-101 770	-1308,66%	135 932	134%
Diversos	0	0,00%	16 997	218,57%	-16 997	-100%
Total	128 294	100,00%	7 777	100,00%	120 517	1 549,73%

Os resultados parcelares (amortizações, provisões, imparidades e resultados) conduziram a um aumento do Cash-Flow do Exercício em 234.915 mCVE (12,1 %), fixando-se nos 2.174.394 mCVE.

4.2. Balanço e Atividade

Ativo Líquido

Em 2025, o ativo líquido totalizou 106.050.507 mCVE, representando um aumento de 10.875.679 mCVE (+11,43%) em relação a 2024, quando atingiu 95.174.828 mCVE. Esse crescimento foi impulsionado pelo aumento dos valores em caixa e das disponibilidades em Bancos Centrais e, sobretudo, pelo aumento do crédito a cliente bruto.

A carteira de crédito a clientes líquido atingiu 67.238.137 mCVE, o que correspondeu a um aumento de 7,64 %, mais 4.773.931 mCVE, face ao período homólogo. Destaca-se o crescimento do crédito titulado de 9,17%, mais 1.910.420 mCVE, por conta dos títulos do estado e do crédito a clientes em 2.439.896 mCVE, que cresceu em todos os segmentos, mas com destaque para o crescimento do crédito a empresas e entidades públicas.

Os outros ativos, embora com um peso reduzido no ativo total, reduziram 24,27%, menos 372.687 mCVE em relação a 2024. Evolução foi penalizada pela redução das outras operações ativas a regularizar em menos 257.763 mCVE. Os outros ativos são compostos, na sua maioria, pelos bens recebidos por recuperação de créditos (63,26%) e bonificações a receber do Estado (20,3%). Os bens recebidos em dação em termos líquidos reduziram -44.381 mCVE em 2025, relativamente a 2024.

Passivo

Em dezembro de 2025, o passivo ascendeu a 95.580.755 mCVE, aumentando 9.863.367 mCVE (11,51%) em relação a 2024. Os recursos de clientes representavam 98,7 % do passivo da Caixa, atingindo 84.615.928 mCVE, com um crescimento de 8.019.224 mCVE (9,48 %). Em 2025, a Caixa manteve a sua posição de liderança tanto nos depósitos totais de clientes, com uma quota de mercado em dezembro de 2025 de 31,93%, com destaque para o segmento dos emigrantes, onde detém uma quota de 42,86%.

4.3. Indicadores Financeiros e Prudenciais

Rendibilidade e Eficiência

Os principais indicadores de rentabilidade refletem, em certa medida, o desempenho da Caixa em 2025. A rentabilidade dos ativos (ROA) atingiu 1,91%, registando uma redução de 0,04 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior e a rentabilidade do capital próprio (ROE), também reduziu 1,05 p.p., alcançando 19,27%. Contudo, os resultados apresentam-se como sólidos e satisfatórios.

Nos indicadores de eficiência, o rácio de *Cost-to-income* reflete uma melhoria, passando de 45,55% em 2024 para 43,61% em 2025, menos 1,94 p.p., com a evolução do produto bancário a superar os custos de estrutura. A produtividade dos colaboradores, medida pelo produto bancário sob o número médio de colaboradores ativos, passou de 10.338 mCVE em 2024 para 11.351 mCVE em 2025, registando um aumento de 1.013 CVE (9,80 %).

Indicadores de Rendibilidade e Eficiência	2025	2024	Var. anual	
			mCVE/p.p.	%
Resultado do Exercício/ Recursos Próprios Médios (ROE)	19,27 %	20,32 %	-1,05 p.p.	
Resultado do Exercício/ Ativo Líquido Médio (ROA)	1,91 %	1,95 %	-0,04 p.p.	
Cash Flow do Exercício/ Recursos Próprios Médios	21,82 %	21,73 %	0,10 p.p.	
Cash Flow do Exercício/ Ativo Líquido Médio	2,16 %	2,08 %	0,08 p.p.	
Margem Complementar/Custo Com Pessoal	35,67 %	40,17 %	-4,50 p.p.	
Custos Operativos/ Produto Bancário (Cost to Income)	43,61 %	45,55 %	-1,94 p.p.	
Produto Bancário/ Nº Médio Trabalhadores (mCVE)	11 351	10 338	1 013	9,80 %
Cash Flow do Exercício/ Nº Médio Trabalhadores (mCVE)	5 760	5 270	490	9,29 %

Solvabilidade

No que respeita a solidez e sustentabilidade financeira, a Caixa tem cumprido os parâmetros prudenciais estabelecidos pelo Banco de Cabo Verde, com todos os rácios a situarem acima dos mínimos exigidos. Os Fundos Próprios da instituição atingiram 9.737.691 mCVE, exibindo um acréscimo de 1.026.802 mCVE (11,79 %) comparativamente ao período homólogo. Assim, o rácio de solvabilidade situou-se nos 26,34%, evidenciando um acréscimo de 1,49 p.p. e o rácio de cobertura de imobilizado por sua vez alcançou 451,36%, acima em 43,73 p.p. face a 2024.

Rácios Prudenciais	2025	2024	Var. anual	
			mCVE/p.p.	%
Fundos Próprios (mCVE)	9 737 691	8 710 888	1 026 802	11,79%
Rácio de Solvabilidade	26,34 %	24,85 %	1,49 p.p.	
Rácio Fundos Próprios/Imobilizado Líquido	451,36 %	407,63 %	43,73 p.p.	

Qualidade dos Ativos

Ao nível da qualidade dos ativos manteve-se a tendência de melhoria, com o rácio de crédito em risco a reduzir-se face a dezembro de 2024 em 3,68 p.p. e o rácio de crédito em incumprimento em 9,03 p.p., resultado de uma ação combinada de recuperações, reestruturações, dação e *write-offs*. Assim, a cobertura do crédito em incumprimento por imparidades atingiu 130,98%, assinalando um reforço de 72,96 p.p., em relação a dezembro de 2024. Por sua vez, a cobertura do crédito em risco por imparidade manteve-se praticamente a mesma, situando-se nos 25,32%.

Qualidade de crédito	2025	2024	var. 2025	
Crédito em Incumprimento (Circular Serie A nº 198/2018)	5,91%	14,94%	-9,03	p.p
Crédito em Risco (Circular Serie A nº 198/2018)	30,60%	34,28%	-3,68	p.p
Cobertura Crédito em Incumprim por imparidade	130,98%	58,02%	72,96	p.p
Cobertura de crédito em risco por imparidade	25,32%	25,29%	0,03	p.p

Liquidez

Em 2025, a Caixa continuou a apresentar níveis confortáveis de disponibilidade de liquidez, com o rácio de liquidez geral a situar-se nos 37,66%, um aumento de 3,64 p.p. face a 2024 e por sua vez, o rácio de conversão depósitos de clientes em crédito incluído os títulos reduziu de 79,63% para 77,48%. Quanto ao rácio de transformação, medido pela relação do crédito face aos depósitos, situou-se em 63,79%, menos 1,55 p.p. face a 2024.

5. Eventos Subsequentes

Não ocorreram quaisquer factos subsequentes a 31 de dezembro de 2025, que requeiram registo ou divulgação nas demonstrações financeiras.

6. Proposta de Aplicação dos Resultados

Considerando:

I. Que o Resultado Líquido do exercício de 2025 ascendeu ao valor de 1.919.895.890$00;

II. Que a Instituição se encontra cotada na Bolsa de Valores de Cabo Verde e a importância da política de dividendos como sinal para o mercado;

III. A necessidade de o Banco manter um nível de Fundos Próprios adequado para fazer face às necessidades de capital resultantes do seu plano de expansão de negócio, nomeadamente o seu plano de investimentos em novas instalações, das exigências regulamentares em termos de Rácio de Solvabilidade e em conformidade com a sua importância sistémica;

IV. Os riscos e incertezas associados aos feitos da prolongação da guerra na Ucrânia assim como da guerra no medio oriente, severamente agravados pela guerra no Irão;

O Conselho de Administração apresenta a seguinte proposta afetação dos resultados,

Reservas Obrigatórias (10%)	191.989.589$00
Resultados Transitados (55%)	1.055.570.301$00
Dividendos (483$00 por ação)	672.336.000$00
Total	**1.919.895.890$00**

7. Notas Finais

O Exercício de 2025 caracterizou por um abrandamento do crescimento da economia nacional, face ao seu desempenho nos anos anteriores.

O desempenho da Caixa no exercício económico 2025 esteve em linha como o dos anos anteriores, com uma evolução assinalável dos seus principais indicadores, reforçando a sua robustez e a sua importância no financiamento do desenvolvimento do país e no sistema bancário nacional.

A Instituição continua a registar níveis históricos para alguns indicadores chaves para a avaliação duma instituição bancária, nomeadamente, Ativo Líquido, os Capitais Próprios, o crescimento da carteira de crédito, o rácio de crédito vencido, o "Cost to Income", etc.

Os resultados alcançados, devem-se, essencialmente, à confiança dos nossos clientes e Parceiros, que, inquestionavelmente, contribuíram para o desempenho da instituição, para o seu engrandecimento e a consolidação da sua posição no sistema financeiro, na economia nacional e na sociedade cabo-verdiana, pelo que manifestamos o nosso agradecimento.

O Conselho de Administração agradece, ainda, especialmente:

As autoridades oficiais, pelo exercício da sua missão governativa em prol do desenvolvimento de Cabo Verde e do seu sistema financeiro, num contexto de risco crescente e de grandes incertezas;

O Banco de Cabo Verde, pelo profissionalismo, competência, rigor, compreensão no exercício da sua atividade de supervisão.

Os senhores acionistas, pela confiança, apoio e compreensão demonstrados;

Os membros do Conselho Fiscal, pela ação engajada e atenta desenvolvida no acompanhamento da atividade da instituição;

A todos os colaboradores, pelo empenho e dedicação que dispensaram no desempenho das suas atribuições, ao longo do exercício, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento, o desempenho e os resultados alcançados pela Instituição.

8. Demonstrações Financeiras

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (mCVE)

ATIVO	2025			2024	Variação	
	Ativo Bruto	Prov., Imparid. e Amort.	Ativo líquido	Ativo líquido	mCVE	%
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	18 742 532	0	18 742 532	8 991 894	9 750 638	108,44%
Disponibilidades em outras instit.de crédito	2 319 952	0	2 319 952	3 995 285	-1 675 334	-41,93%
Ativos financeiros disponíveis para venda	4 023	200	3 823	3 823	0	0,00%
Aplicações em instituições de crédito	14 236 145	0	14 236 145	15 872 477	-1 636 332	-10,31%
Crédito Clientes	71 411 986	4 173 850	67 238 137	62 464 206	4 773 931	7,64%
Propriedades de investimento	3 333	2 548	786	923	-137	-14,89%
Outros ativos tangíveis	4 138 306	2 179 146	1 959 160	1 963 617	-4 457	-0,23%
Ativos intangíveis	360 597	336 844	23 753	4 973	18 780	377,64%
Investimentos em filiais, assoc e emp. conjunto	166 399	0	166 399	169 541	-3 142	-1,85%
Ativos por impostos diferidos	197 051	0	197 051	172 632	24 419	14,15%
Outros ativos	2 256 213	1 093 443	1 162 770	1 535 457	-372 687	-24,27%
TOTAL DO ATIVO	**113 836 538**	**7 786 031**	**106 050 507**	**95 174 828**	**10 875 679**	**11,43%**

PASSIVO	2025	2024	Variação	
			mCVE	%
Recursos de bancos centrais	700 053	0	700 053	0,00
Recursos de outras instituições de crédito	398 023	225 256	172 767	76,70%
Recursos de clientes e outros empréstimos	92 635 152	84 615 928	8 019 224	9,48%
Provisões	75 620	75 620	0	0,00%
Passivos por impostos correntes	133 743	68 380	65 362	95,59%
Outros passivos	1 638 165	732 203	905 962	123,73%
TOTAL DO PASSIVO	**95 580 755**	**85 717 388**	**9 863 367**	**11,51%**
Capital	1 392 000	1 392 000	0	0,00%
Outras reservas e resultados transitados	7 157 856	6 251 564	906 292	14,50%
Resultado do exercício	**1 919 896**	**1 813 876**	**106 020**	**5,84%**
TOTAL CAPITAIS PRÓPRIOS	10 469 752	9 457 440	1 012 312	10,70%
TOTAL DO PASSIVO + CAPITAL	**106 050 507**	**95 174 828**	**10 875 679**	**11,43%**

DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADOS (mCVE)

DEMOSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2025	2024	Variação mCVE	Variação %
Juros e rendimentos similares	4 869 238	4 329 837	539 401	12,46%
Juros e encargos similares	956 326	927 325	29 001	3,13%
Margem financeira	**3 912 912**	**3 402 512**	**510 400**	**15,00%**
Rendimentos de instrumentos de capital	23 717	33 928	**-10 211**	**-30,10%**
Rendimentos de serviços e comissões	359 957	326 691	33 266	10,18%
Encargos com serviços e comissões	271 569	227 551	44 018	19,34%
Resul.ativos financeiros JV através rend.integral	0	-110	110	-100,00%
Resultados de reavaliação cambial	96 887	110 428	**-13 541**	**-12,26%**
Resultados de alienação de outros ativos	23 308	26 621	-3 313	-12,45%
Outros resultados de exploração	139 759	131 832	7 927	6,01%
Produto bancário	**4 284 971**	**3 804 350**	**480 621**	**12,63%**
Custo com pessoal	1 043 143	1 000 367	42 776	4,28%
Gastos gerais administrativos	699 518	614 769	84 749	13,79%
Amortizações do exercício	126 204	117 826	8 378	7,11%
Provisões líquidas de reposições e anulações	0	16 997	-16 997	-100,00%
Imparidade outros activos financ. liq. rever. e recup.	94 132	92 549	1 583	1,71%
Imparidade outros activos liq. reversões e recuperaç	34 162	-101 770	135 932	-133,57%
Resultado antes de impostos	**2 287 812**	**2 063 611**	**224 201**	**10,86%**
Impostos				
Correntes	392 335	290 877	101 458	34,88%
Diferidos	-24 419	-41 142	16 723	-40,65%
Resultados após impostos	**1 919 896**	**1 813 876**	**106 020**	**5,84%**

O Conselho de Administração

Presidente - Maria Helena Nobre de Morais Querido Semedo

Vice-Presidente - Gilson Manuel Gomes Pina

Vogal - António Carlos Moreira Semedo

Vogal - Maria Júlia Mendes do Rosário Ferreira

Vogal - Adilson Vaz Cabral

Vogal - Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo

Vogal - Waldemar José Lima Fonseca Bento

Parte II – ANEXOS, RELATÓRIOS E PARECERES ÀS CONTAS

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos do estipulado no artigo 333º e 335º do Código das Sociedades Comerciais, do artigo 22º dos Estatutos da Caixa e dos normativos do Banco de Cabo Verde, cumpre ao Conselho Fiscal emitir o relatório anual sobre a atividade de fiscalização desenvolvida e dar o parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração, incluindo a Proposta de aplicação de resultados, e as demonstrações financeiras da Caixa Económica de Cabo Verde, SA (Caixa), relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O Conselho Fiscal acompanhou as atividades de gestão do Banco, na periodicidade que entendeu conveniente, a evolução da atividade da Caixa, através de contatos de carácter informativo com a gestão executiva e responsáveis funcionais, nomeadamente:

i. procedeu à verificação dos documentos de prestação de contas, preparadas numa base regular, bem como a razoabilidade dos registos e documentações contabilísticas relevantes e da execução orçamental;
ii. tomou conhecimento das principais decisões da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Comissão Executiva, lavradas nas atas das respetivas reuniões;
iii. apreciou o plano estratégico para o período de 2025 a 2028;
iv. reuniu com a Comissão Executiva, tendo este órgão apresentado o balanço das atividades realizadas durante o exercício de 2025;
v. reuniu com as Direções da Caixa (com a exceção da Direção Comercial) e com os responsáveis do Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão e o Gabinete de Organização, Estudo e Projetos, tendo feito o devido seguimento das atividades realizadas pelas referidas unidades funcionais, dos principais desafios e dificuldades;
vi. acompanhou os trabalhos realizados pelos auditores externos, através de reuniões com o p*artner* e o responsável pelos trabalhos de auditoria, tendo obtido os esclarecimentos necessários sobre o plano de trabalho, nomeadamente, a abordagem de auditoria, a avaliação de riscos, testes e avaliação aos controlos, testes substantivos e conclusões;
vii. analisou os relatórios de atividades emitidos pelas Direções de Gestão de Risco, de Comunicação Informação e Segurança (DCIS), da Função de *Compliance*, de Auditoria Interna e pelo Gabinete de Organização, Estudos e Projetos;
viii. analisou a troca de correspondência com o Banco de Cabo Verde no âmbito do processo de supervisão;
ix. procedeu às verificações que entendeu pertinentes, nomeadamente no que concerne ao cumprimento das obrigações fiscais, tendo solicitado e obtido as trocas de correspondências com a Administração Fiscal.
x. em cumprimento ao Aviso 04/2017 do Banco de Cabo Verde – Sistema de Controlo Interno, emitiu o seu parecer sobre o Relatório do Sistema de Controlo Interno da Caixa para o período de junho de 2025 a maio de 2026;



xi. dando cumprimento ao estipulado no número 2 do artigo 2º do Aviso nº 7/2017, de 7 de setembro, emitiu o seu parecer sobre o Relatório do Governo Societário relativamente ao exercício de 2025;
xii. apreciou o Relatório do Auditor Externo sobre o sistema de controlo interno subjacente ao processo de preparação e divulgação de informação financeira da Caixa, com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2024, emitida em dezembro de 2025, com o objetivo de fazer o devido seguimento do plano de ação para a correção das situações identificadas.

O Conselho Fiscal apreciou o Relatório do Conselho de Administração ("Relatório") e pôde constatar que o mesmo reflete o conteúdo das demonstrações financeiras e satisfaz, no fundamental os requisitos legais da sua elaboração, estipulados no artigo 72º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal apreciou as demostrações financeiras da Caixa que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 106.050.507 m.CVE e um total de capital próprio de 10.469.752 m.CVE, incluindo um resultado líquido de 1.919.896 m.CVE), as demonstrações dos resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

O Conselho Fiscal apreciou o relatório de auditoria das demonstrações financeiras, emitido pela Deloitte – Sociedade de Auditores Certificados, Lda., com o qual concordou e da qual resultou a emissão de uma opinião não modificada, tendo tomado boa nota das matérias relevantes de auditoria, relacionados com (i) a Imparidade para crédito a clientes e garantias prestadas e (ii) Imparidade para imóveis recebidos por recuperação de crédito.

No âmbito da responsabilidade pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Caixa, o Conselho Fiscal verificou que:

i. as Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
ii. as políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados são adequadas;
iii. o Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Caixa, evidenciando os aspetos mais significativos;
iv. a proposta de aplicação de resultados encontra-se em conformidade com as disposições legais e estatutárias, bem como as recomendações da autoridade de supervisão.

Nesta conformidade, o Conselho Fiscal entende que a análise efetuada proporciona uma base aceitável para expressar o parecer sobre os documentos a serem apresentados pelo Conselho de Administração à Assembleia Geral.

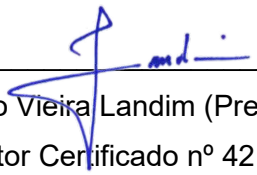
Nestes termos, o Conselho Fiscal é de parecer que:

i. seja aprovado o Relatório do Conselho de Administração;
ii. sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras;
iii. seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados.

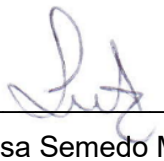
Finalmente, o Conselho Fiscal deseja agradecer ao órgão de gestão, aos responsáveis funcionais do Banco e aos auditores externos pela colaboração prestada no exercício das suas atribuições.

Praia, 07 de julho de 2026

O Conselho Fiscal,



Vitalzinho Vieira Landim (Presidente)
Auditor Certificado nº 42



Sandra Marisa Semedo Monteiro Tavares (Vogal)
Contabilista Certificado nº524



José Armindo Fernandes Duarte (Vogal)
Contabilista Certificado nº220

Relatório dos Auditores Externos

Deloitte – Sociedade de Auditores
Certificados, Lda.
Apartado 25 Palmarejo
Cx. Postal 7953-121
Cidade da Praia, Ilha de Santiago
Cabo Verde

Tel: +(351) 210427500
www.deloitte.com/africa-lusofona

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de escudos de Cabo Verde – m.CVE)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. ("Caixa"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 106.050.507 m.CVE e um total de capital próprio de 10.469.752 m.CVE, incluindo um resultado líquido de 1.919.896 m.CVE), as demonstrações dos resultados e do outro rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde para o setor bancário (Notas 1 e 2).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" deste relatório. Somos independentes da Caixa de acordo com os requisitos do Código de Ética do International Ethics Standard Board for Accountants (IESBA) e com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Cabo Verde e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

"Deloitte", "nós" e "nossos" refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, aceda a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting | Technology & Transformation e Advisory | Strategy, Risk & Transactions a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com 180 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 460.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade por Quotas | NIF: 295928590 | Capital social: 1.000 CVE
Sede: Apartado 25 Palmarejo, Cx. Postal 7953-121, Cidade da Praia, Ilha de Santiago, Cabo Verde

© 2026. Para informações, contacte Deloitte – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	**Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados**
Imparidade para risco de crédito a clientes e garantias prestadas (Notas 2.d), 3.a), 8, 19, 34 – Risco de crédito)	
Em 31 de dezembro de 2025, as perdas acumuladas por imparidade para crédito a clientes e garantias prestadas registadas pela Caixa ("perdas por imparidade para risco de crédito a clientes") ascendem a 3.800.877 m.CVE. As perdas por imparidade para risco de crédito a clientes representam a estimativa do órgão de gestão da Caixa das perdas esperadas para a sua carteira de crédito na data de referência das demonstrações financeiras, considerando os requisitos da Norma IFRS 9 – "Instrumentos Financeiros". As perdas por imparidade para risco de crédito a clientes são determinadas através de análise individual para clientes de elevada exposição e/ou risco e através de análise coletiva para as exposições sujeitas a análise individual para as quais não foi atribuída imparidade individual e para as restantes exposições que não são objeto de análise individual, conforme descrito na Nota 2. d) do Anexo às demonstrações financeiras. A determinação das perdas por imparidade para risco de crédito a clientes através de análise individual tem inerente uma forte componente julgamental por parte do órgão de gestão sobre a informação disponível, nomeadamente na identificação de incrementos significativos de risco de crédito e indícios de imparidade e na estimativa do valor atual do montante que a Caixa espera recuperar do crédito, a qual incorpora também pressupostos acerca de valorização de colaterais, de acontecimentos futuros que poderão não se concretizar da forma esperada e reflete as intenções do órgão de gestão em cada momento quanto à gestão e detenção futura dos créditos.	• Análise das atividades de controlo relevantes implementadas pela Caixa no processo de identificação e apuramento das perdas por imparidade para risco de crédito a clientes. • Seleção de uma amostra aleatória de clientes objeto de análise individual de imparidade pela Caixa, considerando a respetiva classificação por *stage*. • Para a amostra selecionada de clientes objeto de análise individual de imparidade pela Caixa, análise da razoabilidade da estimativa das perdas por imparidade para risco de crédito registadas nas demonstrações financeiras com base na revisão dos julgamentos da Caixa sobre a informação disponível quanto à situação económica e financeira dos clientes e perspetivas sobre a evolução da sua atividade, valorização dos colaterais que prestaram e também das intenções do órgão de gestão relativas à gestão e detenção futura desses créditos. • No que respeita à imparidade coletiva: (i) entendimento das principais características do modelo de imparidade e análise crítica da razoabilidade das metodologias e pressupostos utilizados pela Caixa; (ii) validação, numa base de amostragem, dos principais *inputs* utilizados no cálculo da imparidade coletiva; (iii) análise da classificação das exposições creditícias em *stages*; (iv) recálculo, numa base de amostragem, da imparidade coletiva, considerando os parâmetros de risco apurados pela Caixa e os *stages* em que as exposições estão classificadas.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	**Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados**
Imparidade para risco de crédito a clientes e garantias prestadas (Notas 2.d), 3.a), 8, 19, 34 – Risco de crédito) (cont.)	
As perdas por imparidade para risco de crédito a clientes determinadas no âmbito da análise coletiva baseiam-se num modelo complexo, uma vez que considera no cálculo da imparidade diversas variáveis, nomeadamente, características das operações, classificação das exposições creditícias em *stages*, incluindo a avaliação da existência de incremento significativo de risco desde o reconhecimento inicial e de indícios de imparidade e parâmetros de risco, tais como a probabilidade de incumprimento e taxas de perda em caso de incumprimento (*loss given default*). Diferentes julgamentos ou pressupostos utilizados na análise de imparidade e diferentes estratégias de recuperação condicionam a estimativa dos fluxos de recuperação e o momento previsto para o seu recebimento, podendo ter impacto relevante na determinação das perdas por imparidade para risco de crédito.	• Revisão das divulgações constantes das demonstrações financeiras relacionadas com estas matérias, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.

A Barros

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
Imparidade para imóveis recebidos por recuperação de crédito (Notas 2.f), 3.b), 15 e 19)	
Em 31 de dezembro de 2025, a rubrica "Outros ativos – bens arrematados" inclui 1.829.007 m.CVE relativos a imóveis recebidos por recuperação de crédito, para os quais as perdas acumuladas por imparidade ("perdas por imparidade para ativos recebidos por recuperação de crédito") registadas pela Caixa ascendem a 1.093.443 m.CVE. Os referidos imóveis são registados de acordo com o normativo contabilístico aplicável (ao menor entre o valor contabilístico e o justo valor deduzido dos respetivos custos de venda). A valorização destes imóveis registada nas contas da Caixa em 31 de dezembro de 2025 encontra-se suportada em avaliações realizadas por peritos avaliadores externos e/ou internos, as quais incorporam diversos pressupostos, que dependem das características específicas de cada ativo e da estratégia da Caixa para a sua comercialização. A utilização de diferentes pressupostos, nomeadamente decorrentes da evolução do mercado imobiliário ou alterações na estratégia de venda, podem ter impactos relevantes na valorização destes imóveis e consequentemente na determinação das respetivas perdas por imparidade.	• Análise das atividades de controlo relevantes implementadas pela Caixa no processo de valorização de imóveis recebidos por recuperação de crédito. • Análise, para uma amostra selecionada de imóveis, dos relatórios de avaliação dos peritos avaliadores externos e/ou internos e de eventuais contratos promessa de compra e venda. Para a amostra selecionada de imóveis, análise das certidões de teor da Conservatória do Registo Predial mais recentes disponíveis. • Análise, para uma amostra selecionada de vendas de imóveis ocorridas em 2025, dos respetivos contratos de venda, bem como análises retrospetivas de vendas realizadas em anos anteriores. • Revisão das divulgações constantes das demonstrações financeiras relacionadas com esta matéria, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.

Outra informação

O órgão de gestão é responsável pela preparação de outra informação da Caixa. A outra informação compreende o Relatório de Gestão, o qual não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras da Caixa não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da nossa auditoria às demonstrações financeiras da Caixa, a nossa responsabilidade consiste em fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o conhecimento que obtivemos no decurso da auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

A Barros

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Caixa de acordo com os princípios geralmente aceites em Cabo Verde para o setor bancário e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro.

Quando preparar as demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que tenha intenção de liquidar a Caixa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Caixa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Caixa;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Caixa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Caixa descontinue as suas atividades;

A Barros

– avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Adicionalmente, declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

Das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública ou quando, em circunstâncias raras, determinamos que a matéria não deve ser divulgada no nosso relatório porque, fazendo-o, existem consequências adversas que se espera possam ser maiores que os benefícios do interesse público.

Lisboa, 30 de junho de 2026

Deloitte – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
Representada por Argentina Farahilda Lima Barros
Cédula Profissional na OPACC n.º 3

Deloitte – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.
Representada por Pedro Miguel Gonçalves Carreira Mendes

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

ATIVO	Notas	2025	2024
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	18 742 532	8 991 894
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	2 319 952	3 995 285
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	6	3 823	3 823
Aplicações em instituições financeiras	7	14 236 145	15 872 477
Crédito a clientes	8	44 673 909	41 821 297
Títulos de dívida	9	22 564 227	20 642 908
Propriedades de investimento	10	786	923
Outros ativos tangíveis	11	1 959 160	1 963 617
Outros ativos intangíveis	12	23 753	4 973
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	13	166 399	169 541
Ativos por impostos diferidos	14	197 051	172 632
Outros ativos	15	1 162 770	1 535 457
Total do ativo		**106 050 507**	**95 174 828**
PASSIVO			
Recursos de bancos centrais	16	700 053	-
Recursos de outras instituições financeiras	17	398 023	225 256
Recursos de clientes e outros empréstimos	18	92 635 152	84 615 928
Provisões	19	75 620	75 620
Passivos por impostos correntes	14	133 743	68 380
Outros passivos	20	1 638 165	732 203
Total do passivo		**95 580 755**	**85 717 388**
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Social	21	1 392 000	1 392 000
Outras reservas e resultados transitados	21	7 157 856	6 251 564
Resultado do exercício	21	1 919 896	1 813 876
Total do capital próprio		**10 469 752**	**9 457 440**
Total do passivo e do capital próprio		**106 050 507**	**95 174 828**

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

	Notas	2025	2024
Juros e rendimentos similares	23	4 869 237	4 329 837
Juros e encargos similares	24	(956 326)	(927 324)
MARGEM FINANCEIRA		3 912 912	3 402 512
Rendimentos de instrumentos de capital	13	23 718	33 928
Rendimentos de serviços e comissões	25	359 957	326 691
Encargos com serviços e comissões	25	(271 569)	(227 551)
Resultados de ativos financeiros ao JV através outro rendimento integral		-	(110)
Resultados de reavaliação cambial	26	96 887	110 428
Resultados de alienação de outros ativos	27	23 545	26 621
Outros resultados de exploração	28	139 521	131 832
PRODUTO BANCÁRIO		4 284 971	3 804 350
Custos com pessoal	29	(1 043 143)	(1 000 367)
Gastos gerais administrativos	30	(699 518)	(614 769)
Amortizações do exercício	10/11/12	(126 204)	(117 826)
Provisões líquidas	19	-	(16 997)
Imparidade do crédito líquida	19	(94 132)	(92 549)
Imparidade de outros ativos líquida	19	(34 162)	101 770
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		2 287 812	2 063 611
Impostos			
Correntes	14	(392 335)	(290 877)
Diferidos	14	24 419	41 142
		(367 916)	(249 735)
Resultado e rendimento integral do exercício		1 919 896	1 813 876
Número médio de ações ordinárias emitidas		1 392 000	1 392 000
Resultado por Acão		1,38	1,30

As notas
exas fazem parte integrante desta
demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

	Notas	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimento de juros e comissões	22/7/8/9	5 527 580	4 656 528
Pagamento de juros e comissões	23/16/17	(1 211 213)	(1 154 876)
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à atividade operacional	28/29	362 541	238 595
Pagamentos ao pessoal e fornecedores		(1 742 661)	(1 615 136)
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	14	(580 450)	(541 903)
Pagamentos relativos a locações		(14 560)	(22 970)
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais		2 341 238	1 560 237
(Aumentos) diminuições nos ativos operacionais:			
Aplicações em instituições de crédito	7	1 608 983	2 332 344
Créditos sobre clientes	8	(3 989 555)	(3 770 121)
Outros ativos	15	2 341	(224 148)
		(2 378 230)	(1 661 924)
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:			
Recursos de Bancos Centrais e outras instituições de crédito	16	804 499	(52 035)
Recursos de clientes	17	8 075 783	2 733 830
Outros passivos	19	188 304	158 351
		9 068 586	2 840 147
Caixa líquida das atividades operacionais		9 031 594	2 738 459
Fluxos de caixa de atividades de investimento			
(Aumentos) diminuições nos ativos de investimento:			
Dividendos de associadas e empreendimentos conjuntos	13	23 718	33 928
Ativos intangíveis	12	(25 464)	-
Outros ativos tangíveis	11	(70 505)	101 331
Receitas de venda de ativos tangíveis	11	23 545	30 285
Caixa líquida das atividades de investimento		(48 706)	165 544
Fluxos de caixa de atividades de financiamento			
Dividendos distribuídos	21	(907 584)	(751 680)
Caixa líquida das atividades de financiamento		(907 584)	(751 680)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes		8 075 304	2 152 323
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		12 987 180	10 834 857
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		21 062 484	12 987 180

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

	Notas	Capital	Reserva legal	Outras reservas	Resultado do exercício	Capital Próprio
Saldos em 31 de Dezembro de 2023		1 392 000	1 005 086	4 494 978	1 503 179	8 395 243
Aplicação do resultado do exercício de 2023:						
Incorporação em reservas	21		150 318	601 181	(751 499)	
Distribuição de dividendos	21				(751 680)	
Rendimento integral do exercício	21				1 813 876	
Saldos em 31 de Dezembro de 2024		1 392 000	1 155 404	5 096 159	1 813 876	9 457 439
Aplicação do resultado do exercício de 2025:						
Incorporação em reservas	21		181 388	724 904	(906 292)	
Distribuição de dividendos	21				(907 584)	
Rendimento integral do exercício	21				1 919 896	
Saldos em 31 de Dezembro de 2025		1 392 000	1 336 792	5 821 064	1 919 896	10 469 752

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. (Caixa) é uma instituição bancária e de crédito, a qual dispõe de uma rede de 34 agências e 9 delegações para a realização das suas operações, tendo por objeto o exercício de todas as atividades bancárias e operações legalmente autorizadas aos bancos, podendo ainda adquirir participações em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

A Caixa foi transformada em sociedade anónima pelo Decreto-Lei nº 54/93 de 31 de agosto, no âmbito do processo de privatização das instituições financeiras e sociedades financeiras com capitais públicos, conforme a resolução nº 46/99, de 27 de setembro, do Conselho de Ministros. Neste processo, o Agrupamento constituído pela Caixa Económica Montepio Geral S.A., pela IMPAR – Companhia Cabo-verdiana de Seguros, S.A.R.L. e por um Grupo Local, constituído por um conjunto de 51 empresários e quadros nacionais, deteve a maioria do capital social da Caixa até setembro de 2009.

A partir desta data, a Geocapital, Gestão de Participações, S.A., adquiriu as participações da Caixa Económica Montepio Geral S.A. e Montepio Geral – Associação Mutualista. Em 2017, o Instituto Nacional de Previdência Social adquiriu as participações da IMPAR – Companhia Cabo-verdiana de Seguros, S.A.R.L. e de um grupo de acionistas privados, num total 200.211 ações, passando a deter 47,21% do capital da Caixa (Nota 20).

Em dezembro de 2019 o Estado de Cabo Verde adquiriu, através do Ministério das Finanças, a totalidade de ações da Geocapital, Gestão de Participações, S.A., passando assim o Estado a assumir, direta, ou indiretamente o controlo acionista da instituição. Apesar de o capital social da Caixa em 2023 não ter sofrido qualquer alteração, no início de 2024 o Estado vendeu, através da Bolsa de Valores de Cabo Verde, a totalidade da sua participação direta no capital da Caixa Económica

O capital social da Caixa está representado por 1.392.000 ações, com valor nominal de 1.000 escudos cada, as quais se encontram integralmente admitidas à cotação na Bolsa de Valores de Cabo Verde.

A Caixa tem por objeto o exercício de todas as atividades bancárias e operações legalmente autorizadas aos bancos, podendo ainda adquirir participações em sociedades com objeto diferente do acima referido, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Caixa foram preparadas com base nos livros e registos contabilísticos mantidos nos termos do Aviso n.º 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde, baseados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

As NIRF incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de escudos, arredondados ao milhar mais próximo, e foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade das operações e do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente outros ativos financeiros ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral. A Caixa não tem projetos ou intenções de ações que possam pôr em causa a continuidade das suas operações.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Caixa na preparação das demonstrações com referência a 31 de dezembro de 2025 são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de dezembro de 2024. As políticas contabilísticas materiais são descritas na Nota 2.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que a Caixa efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de

proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as atuais estimativas e julgamentos.

As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras da Caixa em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2026, e estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração da Caixa admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS MATERIAIS

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, sendo registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde ao *fixing* do BCV no último dia útil de cada mês. As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como ações, classificados como ao justo valor através de outro rendimento integral, que são registadas em capital próprio até à sua alienação.

Nos exercícios de 2025 e 2024, o câmbio do Escudo de Cabo Verde face ao Euro manteve-se fixo em 1 Euro/110,265 Escudos de Cabo Verde. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o câmbio (*fixing*) face ao Dólar Norte-Americano (USD) era de 93,787 e 105,668, respetivamente.

c) Ativos financeiros

A IFRS 9 prevê a classificação dos ativos financeiros segundo três critérios:

1. O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
2. O tipo de instrumentos financeiros isto é (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
3. As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as principais categorias de ativos financeiros previstas na IFRS 9 resumem-se da seguinte forma:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (2) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida – deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – "*Hold to Collect*".

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (2) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral ("FVTOCI"), a menos que seja

designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – "*Hold to Collect & Sale*".

- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor por contrapartida de resultados ("FVTPL").

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio e derivados, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

Os instrumentos de dívida detidos pela Caixa são mensurados ao custo amortizado dado que são geridos sob um modelo de negócio de "*Hold to Collect*" e que apresentam fluxos de caixa que representam apenas capital e juros.

Ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui o crédito a clientes (incluindo crédito titulado a empresas), valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em "Outros ativos". Inclui ainda os títulos de dívida emitidos pelo Estado de Cabo Verde uma vez que foram adquiridos em mercado primário pela Caixa essencialmente para detenção até à maturidade, e que não existe mercado secundário ativo.

No reconhecimento inicial, estes ativos são registados ao custo, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são mensurados em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

Crédito vencido e anulações de capital e juros

Os juros de créditos são anulados no próprio dia da data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados, exceto em circunstâncias excecionais se existirem evidências concretas quanto ao seu recebimento, sendo registados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

De acordo com as políticas em vigor na Caixa, a totalidade do capital em dívida de operações com prestações em atraso é classificado em crédito vencido 30 dias após o seu vencimento, com exceção de operações em que as prestações em atraso sejam apenas de juros.

Desreconhecimento de ativos financeiros

a) A Caixa desreconhece um ativo financeiro quando, e apenas quando:
- os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou
- transfere o ativo financeiro tal como definido nas alíneas b) e c) abaixo e a transferência satisfaz as condições para o desreconhecimento de acordo com a alínea d)

b) A Caixa transfere um ativo financeiro se, e apenas se, se verificar uma das situações seguintes:
- transferir os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro; ou
- retiver os direitos contratuais de receber os fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro, mas assumir uma obrigação contratual de pagar os fluxos de caixa a um ou mais destinatários num acordo que satisfaça as condições previstas na alínea c).

c) Quando a Caixa retém os direitos contratuais de receber os fluxos resultantes de caixa de um ativo financeiro (o «ativo original»), mas assume uma obrigação contratual de pagar esses fluxos de caixa a uma ou mais entidades (os «destinatários finais»), o Banco trata a transação como uma transferência de um ativo financeiro se, e apenas se, todas as três condições que se seguem forem satisfeitas:

- A Caixa não tem qualquer obrigação de pagar quantias aos destinatários finais a menos que receba quantias equivalentes resultantes do ativo original. Os adiantamentos a curto prazo pela entidade com o direito de total recuperação da quantia emprestada acrescida dos juros vencidos às taxas de mercado não violam esta condição;

- A Caixa está proibida pelos termos do contrato de transferência de vender ou penhorar o ativo original que não seja como garantia aos destinatários finais pela obrigação de lhes pagar fluxos de caixa; e

- A Caixa tem uma obrigação de remeter qualquer fluxo de caixa que receba em nome dos destinatários finais sem atrasos significativos. Além disso, não tem o direito de reinvestir esses fluxos de caixa, exceto no caso de investimentos em dinheiro ou seus equivalentes (tal como definido na IAS 7 Demonstrações dos Fluxos de Caixa) durante o curto período de liquidação entre a data de recebimento e a data da entrega exigida aos destinatários finais, e os juros recebidos como resultado desses investimentos são passados aos destinatários finais.

d) Quando a Caixa transfere um ativo financeiro (ver alínea b) acima), deve avaliar até que ponto retém os riscos e benefícios decorrentes da propriedade desse ativo. Neste caso:

- se a Caixa transferir substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo financeiro, desreconhece o ativo financeiro e reconhece separadamente como ativos ou passivos quaisquer direitos e obrigações criados ou retidos com a transferência;

- se a Caixa retém substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo financeiro, continua a reconhecer o ativo financeiro;

- se a Caixa não transferir nem retiver substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo financeiro, deve determinar se reteve o controlo do ativo financeiro. Neste caso:

  - se a Caixa não reteve o controlo, deve desreconhecer o ativo financeiro e reconhecer separadamente como ativos ou passivos quaisquer direitos e obrigações criados ou retidos com a transferência;

  - se a Caixa reteve o controlo, deve continuar a reconhecer o ativo financeiro na medida do seu envolvimento continuado no ativo financeiro.

e) A transferência dos riscos e benefícios referida no ponto anterior é avaliada por comparação da exposição da Caixa, antes e depois da transferência, à variabilidade das quantias e momentos de ocorrência dos fluxos de caixa líquidos resultantes do ativo transferido.

f) A questão de saber se a Caixa reteve ou não o controlo (ver alínea d) acima) do ativo transferido depende da capacidade daquele que recebe a transferência para vender o ativo. Se aquele que recebe a transferência tiver capacidade prática para vender o ativo na sua totalidade a um terceiro não relacionado e for capaz de exercer essa capacidade unilateralmente e sem necessitar de impor restrições adicionais à transferência, considera-se que a entidade não reteve o controlo. Em todos os outros casos, considera-se que a entidade reteve o controlo

Crédito abatido ao ativo

A Caixa reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expetativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pelo Banco se revelarem infrutíferas. Os créditos abatidos ao ativo são registados em contas extrapatrimoniais.

Periodicamente, a Caixa abate ao ativo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao ativo são refletidas na demonstração de resultados na rubrica "Outros Resultados de Exploração".

Comissões

As comissões relativas a operações de crédito, que correspondem essencialmente a comissões de abertura e gestão do crédito, são reconhecidas pela aplicação do método da taxa efetiva ao longo do período da vida das operações, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas, sendo registadas na rubrica "Juros e rendimentos similares – Comissões recebidas associadas ao custo amortizado".

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

Ativos ao justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, que correspondem a ações de empresas, deverão ser mensurados ao justo valor. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, em "Reservas de reavaliação". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registados nas rubricas "Resultados de ativos justo valor através de outro rendimento integral" ou "Imparidade de outros ativos financeiros, líquida de reversões e recuperações", respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2024, os ativos ao justo valor através de outro rendimento integral correspondem a ativos não co5ados, e cujo justo valor não foi possível de ser mensurado com fiabilidade, pelo que a Caixa manteve o valor existente (Nota 7).

Os dividendos e outros rendimentos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital" quando é estabelecido o direito da Caixa ao seu recebimento.

d) Imparidade de ativos financeiros

Empréstimos e contas a receber

A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral. Encontram-se também abrangidos pelo conceito de perdas esperadas da IFRS 9 os ativos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, locações financeiras, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados ao justo valor.

Os ativos financeiros sujeitos as imparidades são classificadas por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial e não em função do risco de crédito à data de reporte:

- *Stage 1*: os ativos financeiros são classificados em *stage 1* sempre que não se verifique um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos é reconhecida a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses posteriores à data de relato;
- *Stage 2*: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos financeiros são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos ("*lifetime*");
- *Stage 3*: os ativos classificados neste *stage 3* apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, em resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, a perda esperada de imparidade de crédito é reconhecida em resultados do exercício durante a vida residual expetável dos ativos financeiros.

Principais drivers no cálculo das perdas esperadas

Para os ativos financeiros classificados em *stages* 1 e 2, a mensuração de perdas esperadas é o resultado do produto entre (i) a probabilidade de *default* (PD) do instrumento financeiro, (ii) a perda, dado o *default* (LGD) e (iii) a exposição na data do *default* (EAD), descontado à taxa de juro efetiva do contrato até à data de reporte. Para os ativos financeiros classificados em *stage* 3, a mensuração de perdas esperadas é o resultado do produto entre (i) a LGD do instrumento financeiro e (ii) a EAD.

Como mencionado anteriormente, a principal diferença entre as perdas de imparidade mensuradas para ativos financeiros classificados nos *stages 1* e *2* é o respetivo horizonte temporal no cálculo da PD. As perdas esperadas para os ativos financeiros em *stage 1* são calculadas com recurso a uma PD a 12 meses, enquanto as perdas esperadas em *stage 2* utilizam uma PD *lifetime*.

As PD utilizadas na mensuração das perdas esperadas da carteira de crédito são estimadas com recurso a informação histórica da ocorrência de *defaults* (*through-the-cycle*) e são ajustadas de modo a refletir o ponto atual do ciclo económico (*point-in-time*).

AS LGD utilizadas na mensuração das perdas esperadas da carteira de crédito são estimadas com recurso a informação histórica de perdas nos eventos de *default*.

Na mensuração das perdas esperadas da carteira de títulos mensurados ao custo amortizado são utilizadas PD e LGD de mercado disponibilizadas por agências de notação de risco internacionais.

Aumento significativo do risco de crédito e definição de default

A avaliação do aumento significativo do risco de crédito requer a aplicação de uma forte componente de julgamento. A passagem dos ativos financeiros do *stage 1* para *o stage 2* ocorre no momento que o seu risco de crédito aumenta significativamente quando comparado com o risco de crédito na data do seu reconhecimento inicial. O aumento significativo do risco de crédito é determinado através da análise de indicadores quantitativos e qualitativos internos utilizados pela Caixa na gestão de risco de crédito, verificando-se assim o alinhamento dos requisitos contabilísticos com as políticas de gestão de risco de crédito instituídas pela Caixa.

A IFRS 9 assume como pressuposto refutável que os ativos financeiros com pelo menos 30 dias de atraso devem estar classificados em *stage 2*, isto é, evidenciando a ocorrência de um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. A Caixa não refuta este pressuposto.

A Caixa identifica o aumento significativo do risco de crédito através dos seguintes critérios:

- Atraso superior a 30 dias;
- Reestruturações por dificuldades financeiras;
- Saldos irregulares na Central de Risco de Crédito do Banco de Cabo Verde que representem mais de 20% da exposição do cliente;
- As operações/ clientes que tenham sido classificadas em stage 3 à data de relato anterior; e
- Contágio de operações;

Na carteira de títulos mensurados ao custo amortizado a Caixa identifica o aumento significativo do risco de crédito através de degradações significativas do *rating* da contraparte entre a data de originação e a data de reporte dos títulos.

As transições de ativos financeiros do *stage 2* para o *stage 3* ocorrem quando estes se encontrem em *default*.

A IFRS 9 não apresenta uma definição objetiva de *default*, contudo, assume um pressuposto refutável de que o *default* ocorre no momento em que uma exposição apresenta mais de 90 dias de atraso. A Caixa não refuta este pressuposto, sendo que a definição de *default* do Caixa contempla os seguintes critérios:

- Atraso superior a 90 dias;
- Capital abatido;
- Múltiplas reestruturações;
- Contágio de operações.

Estimativa das perdas de crédito esperadas – Análise individual

São objeto de análise individual os Clientes que se encontrem numa das seguintes condições:

- Entidades com EAD global (incluindo todos os contratos) superior a 30.000.000 CVE;
- Entidades com EAD em stage 3 (incluindo todos os contratos em stage 3) superior a 15.000.000 CVE;

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, a Caixa avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objetiva de imparidade e, para os casos em que existe essa evidência, determina as perdas por imparidade em termos individuais, considerando, entre outros aspetos, as intenções do órgão de gestão em cada momento quanto à gestão e detenção futura dos créditos e a existência, natureza e valorização dos colaterais associados a cada crédito.

Estimativa das perdas de crédito esperadas – Análise coletiva

As operações que não são sujeitas a análise individual de imparidade são agrupadas tendo em conta as suas características de risco e sujeitas a análise coletiva de imparidade. A carteira de crédito da Caixa encontra-se dividida por stages e de acordo com os seguintes segmentos:

− Particulares – Habitação;

− Particulares – Consumo rendas;

− Particulares – Revolving;

− Empresas (com e sem garantias reais hipotecárias)

− Produtores individuais;

− Setor público.

Os principais inputs utilizados no cálculo das perdas de crédito esperadas numa base coletiva incluem as seguintes principais variáveis:

– Probabilidade de Incumprimento (PD);

– Perda dado o Incumprimento (LGD); e,

– Exposição dado o Incumprimento (EAD).

As curvas de PD são calculadas tendo por base a informação histórica da carteira de crédito da CECV. O comportamento das operações de crédito no passado, representado pelas default rates (DR) estimadas, é usado para estimar a performance futura das operações com caraterísticas similares.

A LGD é a magnitude da perda que se espera que ocorra caso a exposição entre em incumprimento. A Caixa estima os parâmetros de LGD com base no histórico de taxas de recuperação após a entrada em default dos clientes. O modelo de LGD considera também a probabilidade de cura e para os não curados a recuperação através dos colaterais reais hipotecários associados aos créditos.

Informação Forward-looking

A mensuração das perdas de crédito esperadas para cada *stage* e a avaliação do aumento significativo do risco de crédito deve considerar não só informação sobre acontecimentos passados, mas também as condições atuais e previsões fundamentadas e razoáveis sobre eventos e condições económicas futuras (i.e. informação *forward-looking*).

Contabilidade de cobertura

O novo modelo de contabilidade de cobertura da IFRS 9 visa não só simplificar o processo de criação e manutenção das relações de cobertura, mas também alinhar a contabilização destas relações com as atividades de gestão de risco de cada instituição, alargar a elegibilidade de um maior número de instrumentos cobertos e de cobertura, mas também tipos de risco.

A nova norma ainda não contempla regras para a contabilização de coberturas denominadas de *macro-hedging*, sendo que estas se encontram a ser definidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Em virtude desta limitação da IFRS 9, e no que se refere à contabilidade de cobertura, é permitido às instituições optarem por manter os princípios contabilísticos da IAS 39 (apenas para a contabilidade de cobertura) até à conclusão do projeto de *macro-hedging* pelo IASB.

A Caixa não aplica contabilidade de cobertura, pelo que nesta componente os novos requisitos da IFRS 9 não irão originar qualquer impacto nas demonstrações financeiras da Caixa.

Operações de Recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do Balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar.

A diferença entre o valor da renda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

e) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem essencialmente os recursos de clientes.

Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

A Caixa procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados, extintos ou expiram.

f) Ativos recebidos por recuperação de créditos

A IFRS 5 – Ativos não correntes detidas para venda e unidades operacionais descontinuadas é aplicável a ativos não correntes isolados, a grupos de ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) e a operações descontinuadas. Estes ativos são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e passivos e os ativos ou grupos de ativos estão disponíveis para venda imediata, sujeita aos termos de venda habitualmente aplicáveis a estes tipos de ativos e a sua venda seja altamente provável, de acordo com o definido na IFRS 5.

No decurso da sua atividade corrente de concessão de crédito, a Caixa incorre no risco de não conseguir que todo o seu crédito seja reembolsado. No caso de créditos com colateral, a Caixa procede à execução desses bens em dação/adjudicação para liquidação do crédito concedido.

Estes ativos são registados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor de entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação, líquido de imparidade. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor de entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados.

Sempre que o justo valor líquido dos custos de venda e manutenção (incluindo *haircuts* definidos pelo Banco Central de Cabo Verde) apurado seja inferior ao valor pelo qual o mesmo está reconhecido nas Demonstrações Financeiras da Caixa, é registada uma perda por imparidade no montante do decréscimo de valor apurado. As perdas de imparidade são registadas por contrapartida de resultados do exercício. Caso o justo valor líquido dos custos de venda, em momento posterior ao reconhecimento de imparidades, indique um ganho, a Caixa poderá refletir esse ganho até ao montante máximo da imparidade que tenha sido constituída sobre esse ativo.

As avaliações periódicas dos imóveis são realizadas por peritos avaliadores independentes especializados neste tipo de serviços

g) Locações

- Contratos de locação – identificação dos ativos

No início do contrato, avalia-se se um contrato é ou contém uma locação, devendo este verificar cumulativamente três condições fundamentais:

1. o contrato identifica um, ou mais, bens locados;
2. a entidade obtém a maioria dos benefícios económicos decorrentes da utilização do ativo locado; e
3. a entidade detém o direito de controlar o ativo subjacente, durante o período de vigência do contrato, por contrapartida do pagamento.

- Como Locatário

Enquanto locatário, a Caixa procede ao registo de um ativo de direito de uso e um passivo de locação na data de início da respetiva operação:

1. O passivo de locação - é mensurado pelo valor presente do das rendas futuras a incorrer com o contrato, descontando os pagamentos pela taxa de desconto implícita no contrato, caso a mesma seja determinável. Quando a taxa implícita não esteja disponível ou possa ser mensurada, deverá ser utilizada uma taxa de juro incremental.
   Os pagamentos considerados no apuramento do passivo de locação são: (i) pagamentos fixos, (ii) pagamentos variáveis dependentes de um índice ou taxa (caso os pagamentos considerados variáveis não dependam de um índice ou taxa, os mesmos devem ser reconhecidos na demonstração de resultados no momento em que são incorridos), e (iii) o montante relativo ao exercício da opção de compra, caso seja razoavelmente certo que a Caixa o irá exercer.

   O passivo é remensurado sempre que ocorra a alteração de uma das seguintes variáveis: (i) alteração do valor dos pagamentos variáveis dependentes de um índice ou taxa (unicamente para o período em questão), (ii) alteração da avaliação quanto à decisão de exercer, ou não, a opção de compra sobre o ativo subjacente, (iii) alteração do valor residual do ativo, ou (iv) alteração do termo do contrato. Caso se verifique uma alteração do prazo do contrato ou uma alteração da avaliação do exercício da opção de compra (pontos (ii) e (iv)), uma nova taxa de desconto deverá ser apurada para a remensuração do passivo.

   Quando o passivo de locação é reavaliado, a respetiva diferença proveniente da reavaliação é efetuada por contrapartida do ativo de direito de uso, ou é registado em resultados se o valor contabilístico do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero.

2. Ativo de direito de uso - O ativo relativo ao direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, correspondendo ao valor inicial do passivo de locação, ajustado por eventuais pagamentos ocorridos até a data de início, adicionado de quaisquer custos diretos iniciais incorridas e uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo subjacente ou para restaurar o ativo subjacente ou o local no qual está localizado, menos quaisquer incentivos de locação recebidos.

   Posteriormente o ativo de direito de uso é depreciado usando o método linear, desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo da locação. Adicionalmente, o ativo do direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, se aplicável, e ajustado caso sejam efetuadas remensurações ao passivo de locação.

Expedientes práticos – Locações de curto prazo, baixo valor e separação de componentes

Estão previstos na norma um conjunto de expedientes práticos, nomeadamente para locações de baixo valor ou de curto prazo (até 1 ano), os quais não implicam o reconhecimento do respetivo passivo de locação e direito de uso. A Caixa reconhece diretamente ao custo (rendas) um aluguer de um espaço no valor de 7 mCve mensal, como locação de baixo custo.

Como Locador

Como locador, as operações de locação são classificadas entre financeiras e operacionais com base na avaliação quanto à transferência, ou não, dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente.

h) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Esta rubrica inclui as participações em empresas em que a Caixa tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão ("associadas"). Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Caixa se situa entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto ou, se inferior a 20%, a Caixa faça parte do órgão de gestão e tenha influência direta na definição das políticas relevantes da empresa.

Estes ativos são registados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo custo de aquisição, o qual é posteriormente ajustado com base na percentagem efetiva da Caixa nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Estes ativos são sujeitos a testes periódicos de imparidade. As perdas por imparidade são registadas na rubrica "Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações" da demonstração de resultados.

i) Impostos sobre lucros

A Caixa está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC) à taxa de 21% e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 21,42%.

Impostos correntes
O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Impostos diferidos
O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Apesar disto, não são registados impostos diferidos relativos a diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de ativos e passivos em transações que não afetem o resultado contabilístico ou o lucro tributável.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

j) Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de relato.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a contingências fiscais e outras resultantes da atividade da Caixa.

k) Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – "Benefícios dos empregados".

Os benefícios de curto prazo, incluindo os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

Adicionalmente, a Caixa não assumiu quaisquer responsabilidades quanto ao pagamento de pensões de reforma ou outros benefícios pós-emprego aos seus empregados, os quais se encontram abrangidos pelo regime geral da Segurança Social.

l) Valores recebidos em depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

m) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, a Caixa considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IFRS estabelecem diversos tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Caixa são discutidos nesta Nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Caixa é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras.

Considerando que, em algumas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Caixa poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Caixa e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

a) Instrumentos Financeiros – IFRS 9

- *Classificação e mensuração*

  A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste *SPPI* (análise das características dos fluxos de caixa contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do teste do modelo de negócio.

  A Caixa determina o modelo de negócio tendo em consideração a forma como os grupos de ativos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objetivo de negócio específico. Esta avaliação requer julgamento, na medida em que têm de ser considerados, entre outros, os seguintes aspetos: (i) a forma como o desempenho dos ativos é avaliada; e os riscos que afetam o desempenho dos ativos e a forma como esses riscos são geridos.

  A Caixa monitoriza os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral que sejam desreconhecidos antes da sua maturidade, para perceber os motivos subjacentes à sua alienação e determinar se são consistentes com o objetivo do modelo de negócio definido para esses ativos. Esta monitorização insere-se no processo de avaliação contínua da Caixa do modelo de negócio dos ativos financeiros que permanecem em carteira, para determinar se o mesmo é adequado e, caso não seja, se houve uma alteração do modelo de negócio e consequentemente uma alteração prospetiva da classificação desses ativos financeiros

- *Determinação de perdas por imparidade em crédito concedido*

  As perdas por imparidade em crédito concedido são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. d). Deste modo, a determinação da imparidade em ativos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica efetuada pela Caixa com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

  A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurado ao justo valor através de outro rendimento integral. Encontram-se também abrangidos pelo conceito de perdas esperadas da IFRS 9 os ativos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, locações financeiras, outros valores a receber, garantias financeiras e

compromissos de crédito não valorizados ao justo valor.

Os ativos financeiros sujeitos as imparidades são classificadas por diferentes *stages* consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial e não em função do risco de crédito à data de reporte:

- *Stage 1*: os ativos financeiros são classificados em *stage 1* sempre que não se verifique um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos é reconhecida a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses posteriores à data de relato;
- *Stage 2*: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos financeiros são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos ("lifetime");
- *Stage 3*: os ativos classificados neste *stage 3* apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, em resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, a perda esperada de imparidade de crédito é reconhecida em resultados do exercício durante a vida residual expetável dos ativos financeiros.

b) Imparidade de imóveis recebidos em recuperação de crédito

As perdas por imparidade em ativos recebidos em recuperação de crédito são determinadas de acordo com a metodologia descrita na Nota 2.2. f). Deste modo, a determinação da imparidade nestes ativos resulta de uma avaliação efetuada pela Caixa com base no conhecimento do mercado imobiliário e na informação prestada por peritos avaliadores internos e externos.

4. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Caixa	3 005 246	2 491 225
Depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde	15 737 286	6 500 669
	18 742 532	**8 991 894**

As disponibilidades incluem os saldos de caixa e os depósitos à ordem mantidos no Banco de Cabo Verde. Em 31 de dezembro de 2025, o total das disponibilidades ascendia a mcve 18.742.532, comparativamente a mcve 8.991.894 em 31 de dezembro de 2024.

A variação verificada no período resulta essencialmente do aumento dos depósitos à ordem no Banco de Cabo Verde que passaram de mcve 6.500.669 em 2024 para mcve 15.737.286 em 2025, resultado da reorientação dos fundos para o mercado interno e o excesso de liquidez verificado. O saldo de caixa registou igualmente um aumento moderado, passando de mcve 2.491.225 em 2024 para mcve 3.005.246 em 2025.

Os depósitos à ordem junto do Banco de Cabo Verde não são remunerados.

5. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rúbrica apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Em instituições de crédito no estrangeiro		
. Novo Banco SA	307 693	343 630
. Montepio Geral	900 983	1 904 869
. Caixa Geral de Depósitos	146 555	986 951
. Natexis Banques Populaires	336 750	374 795
. Banck of China, Macau Branch	10 121	10 378
. BPI	473 075	217 836
. Outras	106 240	23 597
	2 281 417	3 862 055
Sobre o país	37 265	131 599
Sobre o estrangeiro	1 269	1 631
	38 535	133 230
	2 319 952	3 995 285

Em 2025, as Disponibilidades em Instituições Financeiras no exterior registaram um decréscimo de 41,9% face ao registo de 3 995 285 mCve de 2024.

Os Depósitos à Ordem em Instituições de Crédito no Estrangeiro, representando a fatia maior das disponibilidades em moeda estrangeira, sofreram uma queda de 40,92%, passando de 3 862 055 mCve para 2 281 417 mCve.

Esse decréscimo foi provocado essencialmente pela redução dos depósitos no Montepio Geral, em 47,3%, passando de 1 904 869 mCve para 900 983 mCve e na Caixa Geral de Depósitos, que no mesmo sentido, teve um decréscimo de 14,8%, caindo de 986 951 mCve para 146 555 mCve; O BPI, em sentido inverso, com um aumento de 217%, evoluiu de 217 836 mCve para 473 075 mCve, refletindo uma clara realocação estratégica de fundos.

Na Natixis Banques Populaires, os depósitos à ordem se situaram em 336 750 mCve, representando uma redução de 10,2% em relação a 2024. Com um desempenho similar, e uma redução de 10,5% relativamente a 2024, o Novo Banco SA, alcançou o montante de 307 693 mCve.

O comportamento dos depósitos à ordem nos restantes correspondentes, que não têm uma representatividade tão expressiva, manteve-se relativamente equilibrado com os números do exercício anterior.

A rúbrica Valores a Cobrar, que se refere aos cheques a cobrar, também regista um recuo de 71,1%, passando de 133 230 mCve para 38 511 mCve, causado pela retração de 71,7% dos cheques a cobrar sobre o país e 24% dos cheques a cobrar sobre o estrangeiro.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as disponibilidades em instituições de créditos, por moeda, têm a seguinte de composição:

	2025	2024
Dólares Norte-Americanos	433 689	141 600
Libras esterlinas	17 631	5 609
Coroa Sueca	35 616	24 138
Dolar Canadiano	14 990	7 089
Franco Suiço	164 120	53 615
Euros	1 611 098	3 625 313
Outras divisas	4 273	4 692
	2 281 417	3 862 055
Valores a cobrar e outras disponibilidades:		
Escudos de Cabo Verde	37 265	131 599
Euros	883	1 114
Dólares Norte-Americanos	281	409
Outras divisas	105	108
	38 535	133 230
	2 319 952	3 995 285

A redução das disponibilidades em Instituições de Crédito no Estrangeiro, justifica-se por uma mudança estratégica que visou a otimização da exposição existente. Se em 2024 a conjuntura era vantajosa para aplicações em EUR, com taxas em média de 3,50%. No entanto, em 2025, a partir de junho o panorama mudou, e tornou-se mais profícua a canalização de fundos para investimentos nacionais.
Outro fator que impacta no decréscimo das disponibilidades no exterior é a fixação pelos correspondentes do 'maximum threshold limite' - limite máximo de disponibilidades acima do qual são cobradas comissões.
As ordens recebidas mostram um crescimento, em número e valor, superior a 11%, em relação ao exercício anterior, enquanto os outfluxos apresentam uma variação positiva de 5%, em termos de montante, apesar do número de ordens ter diminuído.
O EUR continua sendo a moeda mais transacionada, com uma representatividade superior a 80% nos pagamentos ao exterior e nos recebimentos.

6. ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os instrumentos de capital e de dívida classificados na categoria de ativos ao justo valor através de outro rendimento integral apresentam a seguinte composição:

Título	Custo de aquisição	Valor de balanço (líquido)
Instrumentos de capital valorizados ao custo histórico		
Fundo de Garantia Regional para a África Ocidental (Fundo G.A.R.I.)	3 823	3 823
	3 823	3 823

7. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Aplicações em instituições de crédito no país:		
No Banco de Cabo Verde		
A Prazo	9 600 000	3 000 000
Títulos de Intervenção monetária	3 151 000	6 515 000
Mercado Monetário Interbancário	950 000	-
Aplica**ções em instituições de crédito no estrangeiro:**		
Depósitos a Prazo	470 582	6 297 045
Depósitos para caução	85 159	53 679
Juros acrescidos	2 151	24 179
Proveitos diferidos	(22 747)	(17 426)
	14 236 145	15 872 477

As aplicações em instituições de crédito totalizaram 14.236.145 mcve em 2025, registando uma redução face ao ano 2024 que ascendia os 15.872.477 mcve.
Esta evolução resulta, sobretudo, da redução significativa das aplicações no estrangeiro, em particular dos depósitos a prazo em euros devido a baixa atratividade das taxas de juros em detrimento das taxas de juros nacionais, parcialmente compensada pelo aumento dos depósitos a prazo no Banco de Cabo Verde e uma contratação de cedencia de fundos no mercado monetário interbancário.

Em 2025, as aplicações no estrangeiro concentram-se essencialmente na CGD e no Banco BPI, em dólares norte-americanos.
Globalmente, teve uma reorientação da carteira para o mercado interno, com redução da exposição ao exterior.

8. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO – CRÉDITOS A CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rúbrica tem a seguinte composição:

		2025	2024
Crédito interno a curto prazo:			
	Descontos comerciais	1 009 616	509 643
	Empréstimos	1 901 494	813 372
	Descobertos em depósitos à ordem	144 638	332 070
Crédito interno a médio e longo prazo:			
	Empréstimos	39 442 471	37 262 791
	Outros créditos	1 071 283	1 980 279
	Crédito ao Pessoal	1 342 167	1 312 942
		44 911 668	42 211 098
	Crédito Não Residente	349 413	380 806
		45 261 081	42 591 904
Juros a receber			
	Juros Crédito	326 702	111 271
	Custos diferidos	362	502
	Receitas diferidas Crédito	(370 326)	(341 817)
	Crédito Vencido	3 184 095	3 413 376
	Juros Vencidos	72 872	95 260
		3 213 705	3 278 593
		48 474 787	**45 870 495**
Imparidade			
	Crédito a Clientes	(3 800 877)	(4 049 200)
		44 673 909	**41 821 297**

Em 2025 podemos observar um aumento do Crédito Total em mCVE 2.852.614. O crédito não titulado normal aumentou mCVE 2.669.178 face ao ano 2024, justificado essencialmente pelo aumento do crédito a residentes, com destaque para o crédito habitação emigrantes, conta caucionada investimento e tesouraria rendas. De notar que o crédito interno a curto prazo registou um aumento na ordem dos 85% face ao ano anterior.

O crédito não titulado vencido, reduziu 6,7% (-229.281 mCVE), evolução justificada pela redução das carteiras das agências devido, em parte, ao abate de crédito em dezembro de 2025 no valor de 322.128 mCve.

A imparidade acumulada de crédito a clientes, ascendeu os 3.800.877 mCVE, uma redução de 248.323 mCVE face a 2024 (nota 19). Em 2025, as dotações para a imparidade do crédito não titulado (líquidas de reposições) ascendeu os 73.806 mCVE, o que corresponde a um custo do risco de 0,16%.

A rúbrica Crédito ao Pessoal refere-se aos empréstimos concedidos aos colaboradores da instituição em 31 de dezembro de 2025 e 2024 que são remunerados a taxas de juro reduzidas, de acordo com a política de empréstimos a colaboradores da Caixa.

Crédito às Empresas e aos Particulares

Créditos	2025		2024		Variação 2024	
	Valor	%	Valor	%	Absoluta	Relativa
Particulares	**24 135 354**	**49,82%**	**21 096 248**	**49,53%**	**3 039 106**	**14,41%**
Habitação	17 841 441	36,83%	15 324 154	35,98%	2 517 288	16,43%
Outros Fins	6 293 912	12,99%	5 772 094	13,55%	521 818	9,04%
Empresas	**24 309 822**	**50,18%**	**21 495 656**	**50,47%**	**2 814 166**	**13,09%**
Investimento	16 253 501	33,55%	15 108 265	35,47%	1 145 236	7,58%
Tesouraria	8 056 321	16,63%	6 387 391	15,00%	1 668 930	26,13%
Total Créditos	**48 445 176**	**100,00%**	**42 591 904**	**100,00%**	**5 853 271**	**13,74%**

O total de crédito concedido às Empresas e Particulares em 2025, o qual não inclui juros e comissões diferidas, totaliza mCve 48.445.176, representando um aumento de 13,74% em relação a 2024, destacando-se os seguintes efeitos:
As empresas representam 50,18% do total de créditos em 2025, mais (13,09%) do que o ano 2024, com maior contributo para os créditos à tesouraria que representam uma variação positiva de 26,13% (mCVE1.668.930) em relação a 2024.

Os créditos a particulares representam 49,82% do total de créditos em 2025, mais (14,41%) comparado com 2024, com maior peso para o Crédito Habitação, com 36,83%, mais (16,43%) do que o ano 2024, seguido do Crédito Outros Fins com 12,99% mais (9,04%) do que o ano transato.

Rácio Crédito Vencido (sem Títulos)

Créditos	2025				2024			
	Normal	Vencido	Total	% Vencido	Normal	Vencido	Total	% Vencido
Particulares	**22 034 360**	**2 100 994**	**24 135 354**	**8,71%**	**21 096 248**	**2 159 821**	**23 256 069**	**9,29%**
Habitação	16 239 878	1 601 563	17 841 441	8,98%	15 324 154	1 565 148	16 889 302	9,27%
Outros Fins	5 794 482	499 431	6 293 912	7,94%	5 772 094	594 672	6 366 767	9,34%
Empresas	**23 226 721**	**1 083 101**	**24 309 822**	**4,46%**	**21 495 656**	**1 252 938**	**22 748 594**	**5,51%**
Investimento	15 572 501	680 999	16 253 501	4,19%	15 108 265	791 905	15 900 170	4,98%
Tesouraria	7 654 220	402 101	8 056 321	4,99%	6 387 391	461 033	6 848 424	6,73%
Total Créditos	**45 261 081**	**3 184 095**	**48 445 176**	**6,57%**	**42 591 904**	**3 412 758**	**46 004 663**	**7,42%**

O total de Crédito Vencido concedido a Empresas e Particulares em 2025, o qual não inclui juros e comissões diferidas, totaliza mCve 3.184.095, representando uma redução de 7,42% em relação a 2024. O segmento empresas com maior volume de crédito vencido, mCve 24.309.822, aumentou 5,51% face ao ano 2024.

Créditos por Segmento

Créditos	2025	2024	Var 2024/2025	%
Particulares Residentes				
Habitação	12 533 570	12 183 257	350 313	2,88%
Outros fins	5 777 952	5 811 691	-33 739	-0,58%
Total Residentes	**18 311 521**	**17 994 947**	**316 574**	**1,76%**
Particulares Não Residentes				
Habitação	176 027	170 393	5 634	3,31%
Outros fins	123 278	155 763	-32 485	-20,86%
Total Não Residentes	**299 305**	**326 156**	**-26 851**	**-8,23%**
Particulares Emigrantes				
Habitação	5 131 845	4 535 653	596 192	13,14%
Outros fins	392 683	399 313	-6 630	-1,66%
Total Emigrantes	**5 524 528**	**4 934 966**	**589 562**	**11,95%**
Total Particulares				
Habitação	17 841 441	16 889 302	952 139	5,64%
Outros fins	6 293 912	6 366 767	-72 854	-1,14%
Total Particulares (1)	**24 135 354**	**23 256 069**	**879 285**	**3,78%**
Empresas Residentes				
Investimento	15 788 377	15 395 798	392 579	2,55%
Tesouraria	7 707 563	6 468 699	1 238 863	19,15%
Total Empresas Residentes	**23 495 940**	**21 864 497**	**1 631 443**	**7,46%**
Empresas Não Residentes				
Investimento	465 124	504 372	-39 248	-7,78%
Tesouraria	348 759	379 725	-30 966	-8,15%
Total Empresas Não Residentes	**813 882**	**884 097**	**-70 214**	**-7,94%**
Empresas				
Investimento	16 253 501	15 900 170	353 331	2,22%
Tesouraria	8 056 321	6 848 424	1 207 897	17,64%
Total Empresas (2)	**24 309 822**	**22 748 594**	**1 561 228**	**6,86%**
Total Créditos (1+2)=3	**48 445 176**	**46 004 663**	**2 440 513**	**5,30%**
Crédito Titulado				
Bilhetes Tesouro	1 093 454	1 754 545	-661 091	-37,68%
Obrigações Tesouro	20 315 724	17 430 262	2 885 462	16,55%
Obrigações Corporate	1 343 554	1 657 505	-313 951	-18,94%
Total Crédito Titulado (4)	**22 752 732**	**20 842 312**	**1 910 420**	**9,17%**
Total Créditos (3+4)	**71 197 907**	**66 846 974**	**4 350 933**	**6,51%**

O crédito habitação residentes aumentou em 2,88% em 2025 em comparação com 2024, totalizando mCve 12.533.570. Enquanto isso, o crédito para outros fins dos residentes diminuiu em 0,58%, totalizando mCve 5.777.952.

Para os não residentes, o crédito habitação aumentou em 3,31%, atingindo mCve 176.027, enquanto o crédito para outros fins diminuiu em 20,86%, totalizando mcve 123.278.

Para os emigrantes, o crédito habitação aumentou em 13,14%, atingindo mCve 5.131.845, enquanto o crédito para outros fins diminuiu em 1,66%, totalizando mcve 302.683.

No segmento do crédito a particulares, o crédito habitação aumentou em 5,64% e os créditos para outros fins diminuíram em 1,14%, contribuindo para um total de mCve 24.135.354 em 2025.

No caso das empresas, o crédito a tesouraria empresas residentes aumentou em 19,15%, totalizando mCve 7.707.563, enquanto o crédito investimento aumentou em 2,55%, totalizando mCve 15.788.377. Para as empresas não residentes, o crédito investimento diminuiu em 7,78%, totalizando mCve 465.124, enquanto o crédito tesouraria diminuiu em 8,15%, totalizando mCve 348.759. No total, o crédito investimento empresas aumentou em 2,22% e o crédito tesouraria aumentou em 17,64%, totalizando mCve 24.309.822.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe da exposição patrimonial de crédito a qual inclui exposição de crédito e juros corridos e Juros e despesas vencidas) e respetiva imparidade constituída por segmento é a seguinte:

(em milhares de escudos)

	Exposição 31.12.2025								Imparidade 31.12.2025					
Segmento	**Exposição Total Patrimonial**	**Exposição Total Extra Patrimonial**	**EAD**	**Stage 1**	**Stage 2**	Do qual reestruturado	**Stage 3**	Do qual reestruturado	**Imparidade Total**	**Stage 1**	**Stage 2**	Do qual reestruturado	**Stage 3**	Do qual reestruturado
Habitação	17 893 277	1 181 312	17 893 277	14 761 390	1 355 305	75 562	1 776 582	136 343	805 588	18 442	31 539	2 358	755 606	52 568
Outros Particulares	5 852 844	445 394	5 853 454	4 743 130	682 577	5 922	427 137	4 107	251 451	14 219	9 030	99	228 202	2 042
Corporate	16 165 985	4 359 977	16 429 309	9 600 949	490 076	161 008	6 074 960	665 216	1 522 987	388 317	22 448	7 629	1 112 222	124 041
Construção e CRE	3 593 430	4 589 702	4 163 775	1 109 443	130 918	80 059	2 353 068	1 441 299	1 026 056	43 963	4 392	2 797	977 700	591 767
Produtores Individuais	457 502	154	457 502	176 681	130 020	47 102	150 801	34 116	74 888	2 531	7 285	2 953	65 072	20 610
Setor Público	4 832 088	2 739 262	4 841 467	4 832 088	-	-	-	-	70 734	70 734	-	-	-	-
Outros	49 398	675	49 398	225	898	-	48 275	-	49 173	-	898	-	48 275	-
Total	48 844 523	13 316 477	49 688 181	35 223 906	2 789 794	369 654	10 830 823	2 281 081	3 800 877	538 206	75 592	15 836	3 187 078	791 028

(em milhares de escudos)

	Exposição 31.12.2024								Imparidade 31.12.2024					
Segmento	**Exposição Total Patrimonial**	**Exposição Total Extra Patrimonial**	**EAD**	**Stage 1**	**Stage 2**	Do qual reestruturado	**Stage 3**	**Do qual reestruturado**	**Imparidade Total**	**Stage 1**	**Stage 2**	**Do qual reestruturado**	**Stage 3**	**Do qual reestruturado**
Habitação	16 951 807	927 503	16 951 807	13 951 701	1 168 526	99 200	1 831 580	194 978	727 008	31 575	27 859	2 735	667 574	74 088
Outros Particulares	5 852 563	620 515	5 852 563	4 617 794	765 374	9 442	469 395	25 210	312 510	24 734	19 356	295	268 420	21 198
Corporate	16 601 582	4 562 486	16 846 225	8 859 478	710 792	404 546	7 031 313	2 341 815	2 284 151	396 813	97 739	58 303	1 789 599	644 865
Construção e CRE	2 189 109	1 447 101	2 356 425	576 649	496 668	84 993	1 115 792	397 356	533 443	8 346	57 914	18 045	467 184	163 282
Produtores Individuais	515 365	11 122	515 365	102 862	231 660	48 295	180 844	35 243	81 031	701	17 469	9 387	62 862	19 043
Setor Público	4 048 997	1 559 829	4 059 563	4 048 997	-	-	-	-	59 310	59 310	-	-	-	-
Outros	52 073	457	52 073	-	1 277	-	50 796	-	51 745	-	949	-	50 796	-
Total	46 211 496	9 129 012	46 634 021	32 157 480	3 374 297	646 475	10 679 720	2 994 602	4 049 199	521 478	221 286	88 765	3 306 435	922 475

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o detalhe por stage e dias de atraso da exposição patrimonial de crédito (a qual inclui exposição de crédito e juros corridos e Juros e despesas vencidas) e respetiva imparidade constituída por segmento é a seguinte:

(em milhares de escudos)

Segmento	Exposição Total	Stage 1	Stage 2			Stage 3			Imparidade Total	Stage 1	Stage 2			Stage 3		
			Dias de atraso ≤ 30	Dias de atraso > 30	Sub-total	Dias de atraso ≤ 90	Dias de atraso > 90	Sub-total			Dias de atraso ≤ 30	Dias de atraso > 30	Sub-total	Dias de atraso ≤ 90	Dias de atraso > 90	Sub-total
Habitação	17 893 277	14 761 390	1 237 971	117 334	1 355 305	379 093	1 397 489	1 776 582	805 588	18 442	26 528	5 011	31 539	79 030	676 576	755 606
Outros Particulares	5 852 844	4 743 130	629 133	53 444	682 577	130 880	296 257	427 137	251 448	14 216	7 215	1 815	9 030	54 434	173 768	228 202
Corporate	16 165 985	9 600 949	431 164	58 912	490 076	5 475 689	599 271	6 074 960	1 501 896	373 219	15 861	6 587	22 448	795 262	310 966	1 106 228
Construção e CRE	3 593 430	1 109 443	120 911	10 007	130 918	1 964 504	388 564	2 353 068	989 977	37 561	3 666	708	4 373	753 235	194 808	948 043
Produtores Individuais	457 502	176 681	127 332	2 688	130 020	25 322	125 479	150 801	74 888	2 531	7 171	114	7 285	19 440	45 633	65 072
Setor Público	4 832 088	4 832 088	-	-	-	-	-	-	70 597	70 597	-	-	-	-	-	-
Outros	49 398	225	898	-	898	48 275	-	48 275	49 173	-	898	-	898	48 275	-	48 275
Total	48 844 523	35 223 906	2 547 410	242 384	2 789 794	8 023 763	2 807 060	10 830 823	3 743 568	516 567	61 338	14 235	75 574	1 749 676	1 401 751	3 151 428

(em milhares de escudos)

2024			Stage 2			Stage 3					Stage 2			Stage 3		
Segmento	Exposição Total	Stage 1	Dias de atraso ≤ 30	Dias de atraso > 30	Sub-total	Dias de atraso ≤ 90	Dias de atraso > 90	Sub-total	Imparidade Total	Stage 1	Dias de atraso ≤ 30	Dias de atraso > 30	Sub-total	Dias de atraso ≤ 90	Dias de atraso > 90	Sub-total
Habitação	16 951 807	13 951 701	1 129 327	39 199	1 168 526	374 675	1 456 905	1 831 580	727 008	31 575	26 100	1 759	27 859	57 171	610 403	667 574
Outros Particulares	5 852 563	4 617 794	703 346	62 028	765 374	109 529	359 866	469 395	312 510	24 734	16 092	3 264	19 356	28 295	240 125	268 420
Corporate	16 601 582	8 859 478	703 168	7 623	710 792	4 426 567	2 604 745	7 031 313	2 250 296	380 865	91 001	685	91 686	712 181	1 065 564	1 777 745
Construção e CRE	2 189 109	576 649	467 272	29 396	496 668	744 784	371 008	1 115 792	485 475	8 335	52 573	2 493	55 066	255 787	166 288	422 075
Produtores Individuais	515 365	102 862	228 587	3 073	231 660	38 106	142 738	180 844	81 031	701	17 391	77	17 469	11 794	51 069	62 862
Setor Público	4 048 997	4 048 997	-	-	-	-	-	-	59 156	59 156	-	-	-	-	-	-
Outros	52 073	-	1 277	-	1 277	50 796	-	50 796	51 745	-	949	-	949	50 796	-	50 796
Total	46 211 496	32 157 480	3 232 977	141 320	3 374 297	5 744 457	4 935 262	10 679 720	3 967 222	505 365	204 106	8 279	212 384	1 116 024	2 133 448	3 249 473

Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção (a qual inclui exposição de crédito e juros corridos e Juros e despesas vencidas) no ano de 2025 é a seguinte:

(em milhares de escudos)

Ano de produção	Habitação			Outros Particulares			Corporate			Construção e CRE		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
2009 e anos anteriores	901	1 258 214	183 746	2 725	88 484	23 701	28	75 394	19 565	8	21 852	9 107
2010	194	501 722	77 503	302	27 042	2 506	12	30 965	18 065	3	2 288	748
2011	240	576 727	73 414	268	5 279	337	13	27 620	13 316	1	50 000	22 335
2012	197	467 904	32 323	199	3 135	269	3	11 473	5 707	-	-	-
2013	137	328 224	18 112	186	3 687	1 091	5	39 063	1 243	1	1 900	1 900
2014	158	422 231	35 423	169	8 545	6 385	9	29 590	5 042	1	8 090	3 557
2015	171	511 663	24 740	195	79 625	58 182	12	88 599	22 127	4	11 016	789
2016	230	617 797	32 455	184	39 716	11 475	14	48 603	14 384	6	202 632	81 717
2017	304	974 270	80 651	288	78 178	17 541	30	111 664	24 008	6	26 699	11 041
2018	334	1 000 259	37 075	285	84 340	31 224	25	64 398	11 354	5	94 086	27 030
2019	320	1 024 292	26 668	238	22 538	4 033	51	3 378 124	146 403	7	123 095	61 329
2020	275	931 610	23 895	328	44 947	2 513	92	247 801	9 522	14	1 338 690	520 600
2021	358	1 263 271	20 055	1 652	189 462	5 862	941	1 247 445	174 229	59	90 436	38 739
2022	391	1 530 887	83 264	2 541	521 535	18 007	215	717 268	41 497	12	369 880	128 428
2023	388	1 820 101	30 052	3 470	917 153	42 193	229	2 199 310	263 819	18	228 798	27 070
2024	405	2 059 382	12 669	4 674	1 626 354	16 596	611	3 016 869	438 604	23	262 280	10 039
2025	485	2 604 724	13 541	4 556	2 112 823	9 534	1 981	4 831 801	293 011	37	761 688	45 548
Total	5 488	17 893 277	805 588	22 260	5 852 844	251 448	4 271	16 165 985	1 501 896	205	3 593 430	989 977

Ano de produção	Produtores Individuais			Setor Público			Outros			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
2009 e anos anteriores	26	4 339	4 261	2	3 032	44	21	6 076	6 076	3 711	1 457 391	246 502
2010	2	10	0	-	-	-	11	2 075	2 075	524	564 101	100 897
2011	6	7 086	4 208	3	53 011	774	7	1 692	1 692	538	721 414	116 076
2012	2	1	0	-	-	-	39	4 345	4 345	440	486 857	42 644
2013	1	1	1	1	43 861	641	30	8 559	8 559	361	425 294	31 546
2014	-	-	-	-	-	-	19	2 434	2 356	356	470 890	52 764
2015	2	38 580	2 205	-	-	-	22	2 892	2 800	406	732 374	110 842
2016	4	12 710	5 583	1	14 164	207	37	3 497	3 497	476	939 119	149 319
2017	21	3 515	1 547	2	74 761	1 092	66	5 558	5 503	717	1 274 645	141 383
2018	11	53 481	25 507	-	-	-	31	2 287	2 287	691	1 298 851	134 477
2019	7	4 377	2 182	1	180 858	2 642	20	1 998	1 998	644	4 735 283	245 255
2020	13	20 947	11 637	1	37 500	548	12	977	977	735	2 622 472	569 693
2021	18	7 318	908	5	294 418	4 301	3	454	454	3 036	3 092 804	244 549
2022	21	126 295	9 434	2	108 442	1 584	17	1 250	1 250	3 199	3 375 557	283 465
2023	38	128 748	4 161	2	687 485	10 044	45	2 519	2 519	4 190	5 984 112	379 858
2024	37	20 773	2 571	5	539 477	7 882	20	1 351	1 351	5 775	7 526 487	489 713
2025	37	29 322	683	10	2 795 080	40 836	20	1 433	1 433	7 126	13 136 871	404 586
Total	246	457 502	74 888	35	4 832 088	70 597	420	49 398	49 173	32 925	48 844 523	3 743 568

Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção (a qual inclui exposição de crédito e juros corridos e Juros e despesas vencidas) no ano de 2024 é o seguinte:

(em milhares de escudos)

	2024											
	Habitação			Outros Particulares			Corporate			Construção e CRE		2024
Ano de produção	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
2009 e anos anteriores	1 026	1 480 633	183 297	3 062	92 551	23 701	36	288 461	37 432	7	24 207	9 181
2010	253	562 778	74 213	369	44 264	14 096	13	44 428	25 305	2	1 754	745
2011	248	635 924	67 412	302	6 474	555	16	29 711	12 280	1	50 000	19 505
2012	209	544 281	32 148	207	3 230	299	4	582 908	49 272	3	1 363	614
2013	146	373 803	17 076	213	5 372	1 190	10	47 492	3 190	1	1 900	892
2014	168	477 513	42 780	172	8 450	6 274	13	229 661	63 752	3	20 106	8 085
2015	208	560 197	25 598	227	83 008	52 305	11	107 560	23 766	4	13 020	1 055
2016	235	678 108	31 323	206	44 312	11 810	15	64 321	16 584	5	216 740	85 266
2017	320	1 081 327	93 836	369	124 753	47 199	41	567 314	112 650	6	29 334	11 115
2018	347	1 084 792	34 088	344	94 225	32 148	32	111 264	17 442	6	103 219	29 836
2019	334	1 110 141	17 381	444	55 034	6 507	69	4 027 374	386 414	10	227 381	57 169
2020	286	993 036	23 084	1 398	181 273	12 877	129	1 511 131	474 572	17	185 081	54 216
2021	369	1 348 908	17 407	2 792	547 936	14 245	761	1 453 529	184 665	43	158 158	58 158
2022	399	1 625 738	39 982	3 736	1 027 424	21 261	282	1 149 653	57 116	18	361 478	109 570
2023	394	1 958 981	17 975	4 406	1 355 478	47 566	313	2 583 574	300 892	27	280 038	25 966
2024	489	2 435 645	9 409	5 127	2 178 781	20 478	512	3 803 205	484 963	45	515 330	14 104
Total	5 431	16 951 807	727 008	23 374	5 852 563	312 510	2 257	16 601 582	2 250 296	198	2 189 109	485 475

	Produtores Individuais			Setor Público			Outros			Total		
Ano de produção	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
2009 e anos anteriores	25	4 392	4 266	6	35 319	516	21	6 076	6 076	4 183	1 931 639	264 470
2010	9	490	19	2	7 475	109	11	2 031	2 031	659	663 219	116 518
2011	5	9 420	3 035	4	96 054	1 403	7	1 692	1 692	583	829 276	105 883
2012	1	1	0	-	-	-	39	4 345	4 345	463	1 136 127	86 678
2013	1	30	6	1	46 865	685	30	8 538	8 538	402	484 000	31 578
2014	1	3 246	3 246	-	-	-	20	2 573	2 515	377	741 549	126 651
2015	9	44 787	6 520	-	-	-	21	2 856	2 800	480	811 427	112 044
2016	6	14 832	9 442	1	20 124	294	38	3 454	3 454	506	1 041 892	158 173
2017	27	5 107	1 324	2	82 055	1 199	68	5 520	5 306	833	1 895 410	272 628
2018	19	59 311	23 854	1	16 239	237	34	2 338	2 338	783	1 471 387	139 943
2019	13	7 745	2 245	2	265 879	3 884	21	2 019	2 019	893	5 695 573	475 619
2020	30	32 467	2 619	2	55 249	807	11	959	959	1 873	2 959 195	569 133
2021	28	15 350	2 624	5	411 600	6 013	4	664	664	4 002	3 936 144	283 776
2022	44	136 896	14 077	5	655 768	9 581	17	1 253	1 253	4 501	4 958 210	252 840
2023	71	146 931	6 677	6	1 128 331	16 485	91	5 321	5 321	5 308	7 458 653	420 882
2024	40	34 361	1 077	9	1 228 037	17 942	38	2 435	2 435	6 260	10 197 794	550 406
Total	329	515 365	81 031	46	4 048 997	59 156	471	52 073	51 745	32 106	46 211 496	3 967 222

Detalhe do valor de exposição bruta de crédito (a qual inclui exposição de crédito e juros corridos e Juros e despesas vencidas) e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento e setor:

2025 (em milhares de escudos)

	Avaliação individual		Avaliação coletiva		Total	
Segmento	**Exposição**	**Imparidade**	**Exposição**	**Imparidade**	**Exposição**	**Imparidade**
Habitação	138 821	84 597	17 754 456	720 991	17 893 277	805 588
Outros Particulares	224 554	150 340	5 628 289	101 109	5 852 844	251 448
Corporate	6 129 671	1 089 122	10 036 314	412 774	16 165 985	1 501 896
Construção e CRE	2 437 228	937 652	1 156 201	52 326	3 593 430	989 977
Produtores Individuais	95 549	19 195	361 953	55 694	457 502	74 888
Setor Público	-	-	4 832 088	70 597	4 832 088	70 597
Outros	-	-	49 398	49 173	49 398	49 173
Total	9 025 823	2 280 905	39 818 700	1 462 663	48 844 523	3 743 568

2024 (em milhares de escudos)

	Avaliação individual		Avaliação coletiva		Total	
Segmento	**Exposição**	**Imparidade**	**Exposição**	**Imparidade**	**Exposição**	**Imparidade**
Habitação	151 902	80 457	16 799 905	646 551	16 951 807	727 008
Outros Particulares	252 564	166 906	5 600 000	145 603	5 852 563	312 510
Corporate	7 819 085	1 837 558	8 782 497	412 737	16 601 582	2 250 296
Construção e CRE	1 214 313	429 084	974 795	56 391	2 189 109	485 475
Produtores Individuais	84 634	23 759	430 731	57 272	515 365	81 031
Setor Público	-	-	4 048 997	59 156	4 048 997	59 156
Outros	-	-	52 073	51 745	52 073	51 745
Total	9 522 499	2 537 766	36 688 997	1 429 456	46 211 496	3 967 222

Detalhe por segmento e colateralização (a qual inclui exposição de crédito e juros corridos e Juros e despesas vencidas)

(em milhares de escudos)

	Exposição 31.12.2025				Imparidade 31.12.2025			
Segmento	**Stage 1**	**Stage 2**	**Stage 3**	**Total**	**Stage 1**	**Stage 2**	**Stage 3**	**Total**
Habitação								
Com cola	14 680 839	1 354 400	1 731 225	17 766 464	18 393	31 519	730 395	780 307
Sem colat	80 551	905	45 356	126 812	49	20	25 211	25 281
Outros Particulares								
Com cola	4 597 869	657 990	416 111	5 671 970	11 503	7 769	220 651	239 923
Sem colat	145 261	24 587	11 026	180 873	2 713	1 261	7 552	11 526
Corporate								
Com cola	9 418 576	487 169	6 061 457	15 967 203	339 017	22 124	1 100 290	1 461 431
Sem colat	182 373	2 906	13 503	198 782	34 202	324	5 938	40 464
Construção e CRE								
Com cola	1 107 900	130 779	2 351 639	3 590 317	37 505	4 365	946 644	988 514
Sem colat	1 544	139	1 429	3 112	57	8	1 399	1 463
Produtores Individuais								
Com cola	176 615	130 008	150 739	457 361	2 529	7 284	65 042	74 855
Sem colat	66	12	62	140	2	1	30	34
Sector Público								
Com cola	4 822 145	-	-	4 822 145	70 452	-	-	70 452
Sem colat	9 943	-	-	9 943	145	-	-	145
Outros								
Com cola	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem colat	225	898	48 275	49 398	-	898	48 275	49 173
Total	35 223 906	2 789 794	10 830 823	48 844 523	516 567	75 574	3 151 428	3 743 568

(em milhares de escudos)

	Exposição 31.12.2024				Imparidade 31.12.2024			
Segmento	**Stage 1**	**Stage 2**	**Stage 3**	**Total**	**Stage 1**	**Stage 2**	**Stage 3**	**Total**
Habitação								
Com colateral associado	13 923 730	1 168 028	1 783 171	16 874 929	31 542	27 856	650 209	709 607
Sem colateral associado	27 971	498	48 408	76 878	33	3	17 365	17 401
Outros Particulares								
Com colateral associado	4 480 296	739 458	458 177	5 677 930	22 936	18 684	260 004	301 623
Sem colateral associado	137 499	25 917	11 218	174 633	1 798	672	8 416	10 886
Corporate								
Com colateral associado	8 839 962	685 979	6 843 037	16 368 978	380 313	89 634	1 760 607	2 230 553
Sem colateral associado	19 516	24 813	188 276	232 604	552	2 052	17 138	19 742
Construção e CRE								
Com colateral associado	576 266	496 608	1 114 500	2 187 374	8 318	55 060	420 967	484 345
Sem colateral associado	383	60	1 292	1 735	17	6	1 108	1 130
Produtores Individuais								
Com colateral associado	102 808	231 524	180 748	515 080	700	17 462	62 804	80 966
Sem colateral associado	54	136	96	286	1	7	58	66
Sector Público								
Com colateral associado	4 016 850	-	-	4 016 850	58 686	-	-	58 686
Sem colateral associado	32 146	-	-	32 146	470	-	-	470
Outros								
Com colateral associado	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem colateral associado	-	1 277	50 796	52 073	-	949	50 796	51 745
Total	32 157 480	3 374 297	10 679 720	46 211 496	505 365	212 384	3 249 473	3 967 222

Colaterais

	Empresas (exc. Const e CRE)				Construção e CRE				Habitação			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
Justo valor	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
0,5 MCVE	5	1 680	2 158	592 508	-	-	11	2 705	35	11 418	-	-
>=0,5 MCVE e < 1MCVE	18	13 665	330	188 987	-	-	12	7 043	136	96 220	-	-
>=1 MCVE e < 5MCVE	459	1 051 181	303	597 270	30	73 646	37	64 911	2 800	8 553 272	6	15 120
>=5 MCVE e < 10MCVE	95	658 144	30	207 020	16	98 832	4	23 733	1 970	13 381 232	2	11 000
>=10 MCVE e < 20MCVE	68	966 761	16	225 403	18	247 835	5	71 959	501	6 173 038	2	23 000
>=20 MCVE e < 50MCVE	53	1 756 043	6	158 678	18	534 240	13	437 383	53	1 431 958	-	-
>= 50MCVE	42	12 687 065	32	13 218 616	29	4 843 823	8	1 312 825	5	332 326	-	-
Total	740	17 134 539	2 875	15 188 482	111	5 798 376	90	1 920 559	5 500	29 979 464	10	49 120

	Empresas (exc. Const e CRE)				Construção e CRE				Habitação			
	Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais		Imóveis		Outros Colaterais Reais	
Justo valor	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante	Número	Montante
0,5 MCVE	6	1 970	512	142 165	-	-	17	4 847	39	12 918	-	-
>=0,5 MCVE e < 1MCVE	25	19 260	246	149 254	1	500	11	6 030	141	98 461	-	-
>=1 MCVE e < 5MCVE	435	991 185	295	565 426	38	86 269	34	57 432	2 881	8 677 943	6	15 120
>=5 MCVE e < 10MCVE	98	665 064	31	213 422	14	87 990	4	22 672	1 883	12 759 768	2	11 000
>=10 MCVE e < 20MCVE	66	928 572	15	206 760	20	263 953	3	42 100	434	5 343 037	2	23 000
>=20 MCVE e < 50MCVE	52	1 672 756	8	223 340	18	570 278	6	139 500	50	1 374 955	-	-
>= 50MCVE	48	13 427 682	31	12 820 748	28	3 867 906	1	61 305	2	117 997	-	-
Total	730	17 706 489	1 138	14 321 115	119	4 876 896	76	333 886	5 430	28 385 079	10	49 120

Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento

(em milhares de escudos)

	Exposição 31.12.2025				Imparidade 31.12.2025			
Segmento	**Exposição Total**	**Stage 1**	**Stage 2**	**Stage 3**	**Imparidade Total**	**Stage 1**	**Stage 2**	**Stage 3**
Habitação	1 181 312	1 002 342	149 373	29 598	-	-	-	-
Outros Particulares	445 394	394 841	40 455	10 098	3	3	-	-
Corporate	4 359 977	3 647 971	51 729	660 277	21 091	15 098	-	5 994
Construção e CRE	4 589 702	2 877 695	2 675	1 709 332	36 078	6 402	19	29 657
Produtores Individuais	154	140	-	14	-	-	-	-
Setor Público	2 739 262	2 739 262	-	-	137	137	-	-
Outros	675	675	-	-	-	-	-	-
Total	13 316 477	10 662 927	244 232	2 409 318	57 309	21 640	19	35 650

(em milhares de escudos)

	Exposição 31.12.2024				Imparidade 31.12.2024			
Segmento	**Exposição Total**	**Stage 1**	**Stage 2**	**Stage 3**	**Imparidade Total**	**Stage 1**	**Stage 2**	**Stage 3**
Habitação	927 503	841 325	64 113	22 064	-	-	-	-
Outros Particulares	620 515	528 580	29 629	62 305	-	-	-	-
Corporate	4 562 486	3 964 241	44 486	553 758	33 855	15 949	6 053	11 854
Construção e CRE	1 447 101	223 951	359 742	863 407	47 968	11	2 848	45 109
Produtores Individuais	11 122	10 108	1 000	14	-	-	-	-
Setor Público	1 559 829	1 559 829	-	-	154	154	-	-
Outros	457	-	457	-	-	-	-	-
Total	9 129 012	7 128 034	499 428	1 501 549	81 978	16 114	8 901	56 963

Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado

	31.12.2025
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	3 641 077
Créditos reestruturados no periodo	879 927
Juros corridos da carteira reestruturada	226 673
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	46 159
Créditos reclassificados de reestruturado para "normal"	- 249 840
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	4 543 996

,	**31.12.2024**
Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	3 449 387
Créditos reestruturados no periodo	2 378 888
Juros corridos da carteira reestruturada	2 683
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	282 309
Créditos reclassificados de reestruturado para "normal"	- 1 085 885
Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade)	5 027 382

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o crédito concedido a clientes (o qual não inclui juros e comissões diferidas), apresentava a seguinte estrutura por setores de atividade:

	2025			2024		
	Crédito Normal	**Crédito Vencido**	**Total**	**Crédito Normal**	**Crédito Vencido**	**Total**
Empresas:						
Comércio	1 144 820	328 802	1 473 622	1 081 242	262 740	1 343 981
Construção e obras públicas	2 801 088	166 625	2 967 713	2 357 134	173 136	2 530 270
Transportes	6 353 169	57 900	6 411 069	5 892 308	50 709	5 943 017
Indústria	405 576	158 680	564 256	277 115	162 082	439 197
Hotelaria	1 818 363	127 140	1 945 503	1 522 851	345 719	1 868 570
Energia	4 562 200	5 823	4 568 023	4 258 040	-	4 258 040
Outros	6 141 505	238 132	6 379 637	6 106 967	258 551	6 365 518
	23 226 721	1 083 102	24 309 823	21 495 657	1 252 937	22 748 593
Particulares:						
Habitação	16 245 331	1 601 563	17 846 894	15 344 688	1 565 148	16 909 836
Outros	5 789 029	499 431	6 288 460	5 751 561	594 671	6 346 232
	22 034 360	2 100 994	24 135 354	21 096 249	2 159 819	23 256 068
	45 261 081	3 184 096	48 445 177	42 591 906	3 412 756	46 004 661

Os créditos por sector de atividade são distribuídos por Empresas e Particulares, e em 2025 a carteira de crédito atingiu mCve 48.445.177, o que representa um crescimento de 5,31% em comparação com os 46.004.661 mCve registados em 2024.

Relativamente aos créditos concedidos a Empresas, o setor de Transportes continua a destacar-se, atingindo mCve 6.411.069 em 2025 (face aos mCve 5.943.017 de 2024), reafirmando a importância estratégica deste sector na carteira de crédito da instituição. O setor de Habitação (Particulares) representa cerca de 36,84% e 36,76% do total geral das carteiras de 2025 e 2024, respetivamente, mantendo uma expressão significativa e reproduzindo a continuidade da procura por financiamento imobiliário.

Em relação ao crédito vencido, registou-se uma diminuição favorável em 2025 para mCve 3.184.096 (em comparação aos mCve 3.412.756 de 2024). Este valor representa agora cerca de 6,57% do total geral da carteira de crédito, uma melhoria face aos 7,42% observados no ano anterior.

Setores com maior destaque em crédito vencido e que representam as áreas de maior risco em 2025: Comércio (10,33% face a 7,70% em 2024); Construção (5,23% face a 5,07% em 2024); Indústria (4,98% face a 4,75% em 2024); Hotelaria (3,99% face a 10,13% em 2024); e o crédito Habitação, que representa 50,30% do total de créditos vencidos em 2025 (comparado com os 45,85% em 2024).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento e setor, apresentam a seguinte composição:

2025

(em milhares de escudos)

		Avaliação individual		Avaliação coletiva		Total	
	Setor	**Exposição**	**Imparidade**	**Exposição**	**Imparidade**	**Exposição**	**Imparidade**
Empresas	Comércio	418 123	137 529	1 070 999	153 068	1 489 122	290 597
	Construção e obras públicas	2 223 892	833 492	972 210	41 409	3 196 102	874 901
	Transportes	-	-	3 959 276	59 747	3 959 276	59 747
	Indústria	101 504	57 799	435 239	34 679	536 744	92 478
	Hotelaria	397 877	76 620	1 555 167	66 901	1 953 044	143 522
	Energia	2 556 150	389 465	1 038 415	9 995	3 594 565	399 461
	Outros setores	2 869 354	531 868	2 161 209	99 300	5 030 562	631 168
Particulares	Habitação	138 821	84 597	17 754 456	720 991	17 893 277	805 588
	Outros Particulares	224 554	150 340	5 628 289	101 109	5 852 844	251 448
	Produtores Individuais	95 549	19 195	361 953	55 694	457 502	74 888
	Setor Público	-	-	4 832 088	70 597	4 832 088	70 597
	Outros	-	-	49 398	49 173	49 398	49 173
	Total	9 025 823	2 280 905	39 818 700	1 462 663	48 844 523	3 743 568

2024

(em milhares de escudos)

		Avaliação individual		Avaliação coletiva		Total	
	Setor	**Exposição**	**Imparidade**	**Exposição**	**Imparidade**	**Exposição**	**Imparidade**
Empresas	Comércio	401 663	129 639	956 980	154 124	1 358 642	283 764
	Construção e obras públicas	1 949 315	711 768	586 365	36 441	2 535 680	748 209
	Transportes	-	-	3 763 207	87 053	3 763 207	87 053
	Indústria	101 504	58 264	312 239	30 826	413 743	89 090
	Hotelaria	1 193 055	452 378	679 947	35 639	1 873 002	488 018
	Energia	2 559 475	379 403	858 568	13 889	3 418 043	393 292
	Outros setores	2 828 387	535 190	2 599 987	111 155	5 428 374	646 345
Particulares	Habitação	151 902	80 457	16 799 905	646 551	16 951 807	727 008
	Outros Particulares	252 564	166 906	5 600 000	145 603	5 852 563	312 510
	Produtores Individuais	84 634	23 759	430 731	57 272	515 365	81 031
	Setor Público	-	-	4 048 997	59 156	4 048 997	59 156
	Outros	-	-	52 073	51 745	52 073	51 745
	Total	9 522 499	2 537 766	36 688 997	1 429 456	46 211 496	3 967 222

9. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO – TÍTULOS DE DIVIDA

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rúbrica tem a seguinte composição:

		2025	2024
Capital			
	Obrigações Corporate	1 310 211	1 657 505
	Bilhetes do Tesouro	1 093 454	1 754 545
	Obrigações do Tesouro	20 315 724	17 430 262
		22 719 389	20 842 312
	Crédito Vencido	33 343	-
Juros a receber			
	Obrigações Corporate	13 963	26 616
	Bilhetes do Tesouro	(1 499)	(11 257)
	Obrigações do Tesouro	155 393	137 885
	Juros Vencidos	16 612	-
		22 937 200	20 995 556
	Imparidade	(372 972)	(352 647)
		22 564 227	**20 642 908**

À data de 31 de dezembro de 2025, o montante de obrigações do tesouro apresenta o seguinte detalhe:

2025

Maturidade residual	Valor nominal	Rentabilidade média
Até 1 ano	2 933 673 667	1,95%
Até 2 anos	1 771 366 000	3,32%
> 2 anos	16 704 138 000	3,00%
	21 409 177 667	**2,75%**

Em 2025, verificamos um aumento na ordem de 1.921.318 mCVE, face ao registado em 2024, com particular enfoque nos títulos da divida pública. Relativamente às obrigações corporate, verificou-se uma diminuição do crédito vivo, com a passagem de uma parcela do valor afeto às obrigações da CVFF e Sogei, para a rúbrica de crédito vencido.
Os juros a receber aumentaram em 31.225 mCVE, comparativamente com o ano 2024, assim como a imparidade, com um aumento na ordem dos 20.325 mCVE.

À data de 31 de dezembro de 2025, o valor de obrigações de empresas nacionais, apresentam o seguinte detalhe:

	Título					
Outros títulos de rendimento fixo	Valor Bruto	Juros	Imparidade	%	Valor Liquido	Maturidade
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L. - Tranche C	630 227	1 160	9 201	1,46%	622 186	14/06/2027
Electra - Empresa de Electricidade e Águas, S.A.R.L - Tranche G	364 590	9 682	5 323	1,46%	368 949	14/06/2035
Sociedade de Gestão de Investimentos, Lda.	13 343	1 987	15 301	114,67%	29	18/02/2017
CVFF - Cabo Verde Fast Ferry, S.A.	20 000	14 625	25 969	129,84%	8 656	14/10/2024
ASA - Agência de Segurança Aeronautica - Tranche D	74 628	1 298	1 090	1,46%	74 836	25/08/2027
ANMCV	46 373	390	677	1,46%	46 086	02/11/2026
RTC- Radio-Televisão de Cabo Verde	48 889	54	714	1,46%	48 229	23/12/2029
ACE SUST. BOND SERIE A 3,5% 2022/2027	145 505	1 379	2 124	1%	144 759	23/03/2027
	1 343 554	**30 575**	**60 398**		**1 313 730**	

As obrigações emitidas pela Electra – Empresa de Eletricidade e Águas, S.A.R.L. e a RTC – Rádio Televisão de Cabo Verde, S.A. têm aval do Estado de Cabo Verde. A Caixa Económica de Cabo Verde subscreveu em julho de 2025 obrigações da Electra serie 'G', no montante de mCve 364.590 com maturidade em julho de 2035, e detém em carteira desde junho de 2007 um total de mCve 630.227 da Electra C, com vencimento em junho do ano 2027.

As obrigações da CVFF – Cabo Verde Fast Ferry (CVFF) e Sociedade Gestão de Investimentos, Lda. encontram-se com algumas prestações em incumprimento desde julho de 2021 e fevereiro de 2014, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2025, os juros vencidos e não pagos das obrigações da CVFF – Cabo Verde Fast Ferry e Sociedade Gestão de Investimentos, Lda. ascendiam a mCVE. 15.725 e mCVE. 2.982, respetivamente. A CVFF em finais de novembro de 2025, efetuou a liquidação de duas tranches de capital no valor de mCVE 10.000 diminuindo dessa forma a divida para com a Caixa Económica de Cabo Verde, situando-se neste momento em mCVE 19.999. No entanto o capital em divida, tanto da CVFF como da Sogei foram reclassificados como créditos vencidos (divida subordinada no valor de 33.342 mCVE) durante o ano 2025.

Para as obrigações corporate com Aval do Estado, bem como para os títulos de dívida pública a taxa de imparidade utilizada é a taxa do risco do Estado (1,46%). Para as obrigações corporate sem aval do estado o critério utilizado é a taxa da carteira de crédito utilizada de acordo com a análise do risco de crédito.

10. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

O movimento ocorrido nesta rubrica nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é apresentado como se segue:

Custo Aquisição	**Imoveis**	**Total**
Saldo em 31-12-2023	3 589	3 589
Saldo em 31-12-2024	3 589	3 589
Transferências	(256)	(256)
Saldo em 31-12-2025	3 333	3 333

Amortizações	**Imoveis**	**Total**
Saldo em 31-12-2023	2 638	2 638
Amortizações do exercício	28	28
Saldo em 31-12-2024	2 666	2 666
Amortizações do exercício	25	25
Abates/Regularizações	(144)	(144)
Saldo em 31-12-2025	2 548	2 548
Saldo Líquido em 31-12-2024	923	923
Saldo Líquido em 31-12-2025	786	786

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o justo valor das propriedades de investimento foi determinado com base em avaliações preparadas pelo Gabinete de Instalações e Avaliação Imobiliária da Caixa sendo:

	2025		**2024**	
	Valor Líquido	Valor de Avaliação	Valor Líquido	Valor de Avaliação
Edifícios	3 333	8 299	3 589	8 299
	3 333	8 299	3 589	8 299

11. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Os movimentos nas rubricas de "Outros ativos tangíveis" durante os exercícios de 2025 e 2024 foram o seguinte:

	Saldos em 31-12-2024			Adições	Vendas / Abates		Amortizações do exercicio	Saldos em 31-12-2025		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido		Valor Bruto	Amortizações		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Imóveis	1 889 543	(347 783)	1 541 760	64 483	-	-	(37 427)	1 954 026	(385 211)	1 568 816
Obras em ec	52 894	(44 240)	8 654	-	-	-	(305)	52 894	(44 545)	8 349
Património a	4 884	-	4 884	-	(69)	-	-	4 815	-	4 815
Equipamento:		-	-						-	
Mobiliári	259 925	(234 635)	25 290	5 087	(1 714)	1 714	(6 716)	263 298	(239 637)	23 661
Máquina	307 345	(273 441)	33 904	32 811	(31 986)	31 692	(16 185)	308 170	(257 934)	50 236
Equipam	367 653	(327 040)	40 613	12 954	(1 729)	1 729	(14 361)	378 879	(339 673)	39 206
Instalaçć	591 353	(569 638)	21 715	44 326	(1 679)	1 667	(6 496)	634 000	(574 467)	59 533
Material	193 208	(115 868)	77 340	11 600	(7 000)	5 600	(20 699)	197 808	(130 967)	66 841
Equipam	157 174	(151 838)	5 337	2 451	(1 947)	1 947	(2 709)	157 679	(152 600)	5 079
Outro eq	6 484	(5 058)	1 426	650	(183)	183	(297)	6 950	(5 171)	1 779
Ativos sob direiro de uso:		-	-						-	
Imóveis	98 113	(34 643)	63 470	-	-	-	(14 299)	98 113	(48 941)	49 171
	3 928 576	(2 104 185)	1 824 391	174 363	(46 308)	44 533	(119 494)	4 056 631	(2 179 146)	1 877 485
Imoblilizado	139 226	-	139 226	27 641	(85 192)	-	-	81 675	-	81 675
	4 067 802	(2 104 185)	1 963 617	202 005	(131 500)	44 533	(119 494)	4 138 306	(2 179 146)	**1 959 160**

Em 31 de Dezembro de 2025 o valor para Outros Ativos Tangíveis é de mCve 1.959.160 menos 0,23% em relação aos 1.963.617 registados em 2024.
As rúbricas com maiores variações foram: Instalações de interiores com aumento de 174% e Máquina e ferramentas com aumento de 48%, tendo registado investimentos de mCve 32.811.

	Saldos em 31-12-2023			Adições	Vendas / Abates		Amortizações do exercicio	Saldos em 31-12-2024		
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido		Valor Bruto	Amortizações		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Líquido
Imóveis	1 889 055	(310 587)	1 578 468	487	-	-	(37 197)	1 889 542	(347 784)	1 541 759
Obras em edifícios arrendados	52 894	(43 935)	8 959	-	-	-	(305)	52 894	(44 240)	8 654
Património artístico	5 127	-	5 127	120	(363)	-	-	4 884	-	4 884
Equipamento:									-	
Mobiliário e material	267 329	(240 400)	26 929	5 563	(12 966)	12 966	(7 201)	259 926	(234 635)	25 291
Máquinas e ferramentas	329 562	(289 134)	40 428	6 160	(28 377)	28 377	(12 684)	307 344	(273 441)	33 903
Equipamento informático	421 687	(374 904)	46 783	7 112	(61 145)	61 145	(13 281)	367 653	(327 040)	40 613
Instalações interiores	595 312	(569 680)	25 632	1 937	(5 897)	5 897	(5 855)	591 353	(569 639)	21 714
Material de transporte	184 568	(128 237)	56 331	40 930	(32 290)	29 880	(17 511)	193 208	(115 868)	77 340
Equipamento de segurança	163 701	(155 034)	8 667	641	(7 167)	7 167	(3 970)	157 175	(151 838)	5 338
Outro equipamento	7 486	(6 234)	1 252	423	(1 425)	1 425	(248)	6 484	(5 058)	1 426
Ativos sob direiro de uso									-	
Imóveis	151 819	(65 297)	86 522	3 980	(57 686)	45 174	(14 519)	98 113	(34 643)	63 470
	4 068 540	(2 183 442)	1 885 098	67 352	(207 316)	192 029	(112 772)	3 928 576	(2 104 185)	1 824 391
Imoblilizado em curso	100 592	-	100 592	41 155	(2 522)	-	-	139 225	-	139 226
	4 169 132	(2 183 442)	1 985 690	108 507	(209 838)	192 029	(112 772)	4 067 801	(2 104 185)	1 963 617

A rúbrica Ativos sob direito de uso é composta basicamente por imóveis (edifícios arrendados), sendo depreciados de acordo com o prazo de locação de cada contrato, decorrente da aplicação da IFRS 16.

A rúbrica Imobilizado em curso com diminuição de 41% o que indica conclusão dos projetos em construção no ano anterior.
Ativos sob direito de uso - Imóveis registou uma diminuição de 22% apenas por via das amortizações, sem novas

adições tendo em conta que a empresa não celebrou novos contratos de leasing/aluguer de longo prazo durante este ano.
No panorama global, observamos um ligeiro decréscimo no valor líquido total dos ativos, apesar do investimento bruto realizado (mCve 202.005)

Decomposição de Ativos por Locação e Passivos por Locação, dos anos 2025 e 2024:

		2025					
		Ativo por Locação			Passivo por Locação		
Contratos	**Maturidade**	**Valor Bruto**	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**	**Valor Bruto**	**Valor Liquidado**	**Valor líquido**
Contrato 1	4 Anos	3 958	1 979	1 979	4 017	1 994	2 024
Contrato 2	4 Anos	1 164	582	582	1 182	586	595
Contrato 3	4 Anos	699	349	349	709	352	357
Contrato 4	4 Anos	2 678	1 339	1 339	2 718	1 349	1 369
Contrato 5	4 Anos	2 825	1 413	1 413	2 867	1 423	1 444
Contrato 6	4 Anos	2 631	1 315	1 315	2 670	1 325	1 345
Contrato 7	4 Anos	792	396	396	803	399	405
Contrato 8	4 Anos	699	349	349	709	352	357
Contrato 9	4 Anos	815	407	407	827	410	417
Contrato 10	4 Anos	1 078	539	539	1 094	543	551
Contrato 11	4 Anos	2 401	1 201	1 201	2 437	1 209	1 228
Contrato 12	27 Anos	4 335	206	4 128	4 688	163	4 524
Contrato 13	4 Anos	2 212	1 106	1 106	2 245	1 114	1 131
Contrato 14	4 Anos	1 397	699	699	1 418	704	714
Contrato 16	34 Anos	17 339	826	16 513	18 751	654	18 097
Contrato 17	27 Anos	14 872	783	14 089	16 005	641	15 364
Contrato 18	5 Anos	3 575	809	2 766	3 588	792	2 796
Total		**63 470**	**14 299**	**49 171**	**66 728**	**14 010**	**52 718**

		2024					
		Ativo por Locação			Passivo por Locação		
Contratos	**Maturidade**	**Valor Bruto**	**Amortização acumulada**	**Valor líquido**	**Valor Bruto**	**Valor Liquidado**	**Valor líquido**
Contrato 1	4 Anos	7 917	3 958	3 958	5 982	1 964	4 017
Contrato 2	4 Anos	2 328	1 164	1 164	1 759	578	1 182
Contrato 3	4 Anos	1 397	699	699	1 056	347	709
Contrato 4	4 Anos	5 356	2 678	2 678	4 046	1 329	2 718
Contrato 5	4 Anos	5 650	2 825	2 825	4 269	1 402	2 867
Contrato 6	4 Anos	5 262	2 631	2 631	3 976	1 306	2 670
Contrato 7	4 Anos	1 583	792	792	1 196	393	803
Contrato 8	4 Anos	1 397	699	699	1 056	347	709
Contrato 9	4 Anos	1 630	815	815	1 232	404	827
Contrato 10	4 Anos	2 157	1 078	1 078	1 629	535	1 094
Contrato 11	4 Anos	4 803	2 401	2 401	3 629	1 192	2 437
Contrato 12	27 Anos	5 573	1 239	4 335	4 846	159	4 688
Contrato 13	4 Anos	4 424	2 212	2 212	3 343	1 098	2 245
Contrato 14	4 Anos	2 794	1 397	1 397	2 111	693	1 418
Contrato 16	34 Anos	22 293	4 954	17 339	19 386	635	18 751
Contrato 17	27 Anos	19 569	4 696	14 872	16 627	622	16 005
Contrato 18	5 Anos	3 980	405	3 575	3 980	392	3 588
Total		**98 113**	**34 643**	**63 470**	**80 122**	**13 394**	**66 728**

A rúbrica Ativos sob direito de uso é composta basicamente por imóveis (edifícios arrendados), sendo depreciados de acordo com o prazo de locação de cada contrato, decorrente da aplicação da IFRS16.

12. ATIVOS INTANGÍVEIS

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, a rúbrica de ativos intangíveis regista os *softwares* da Caixa. Os movimentos ocorridos nos "Ativos intangíveis" nos exercícios de 2025 e 2024 foram os seguintes:

Custo Aquisição	**Software**	**Total**
Saldo em 31-12-2023	335 133	335 133
Saldo em 31-12-2024	335 133	335 133
Adições	25 464	25 464
Saldo em 31-12-2025	360 597	360 597
Amortizações	**Software**	**Total**
Saldo em 31-12-2023	325 135	325 135
Amortizações do exercício	5 025	5 025
Saldo em 31-12-2024	330 160	330 160
Amortizações do exercício	6 684	6 684
Saldo em 31-12-2025	336 844	336 844
Saldo Líquido em 31-12-2024	4 973	4 973
Saldo Líquido em 31-12-2025	23 753	23 753

13. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025				
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Lucro / Prejuízo	Capitais próprios	Valor de Balanço
IMOTUR - Imobiliária e Turística de Cabo Verde, SA	17,86%	12 500	(33 755)	5 820	1 039
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL	9,52%	10 000	252 734	1 736 965	165 359
		22 500			166 399

	2024				
Entidade	% de participação	Custo de aquisição	Lucro / Prejuízo	Capitais próprios	Valor de Balanço
IMOTUR - Imobiliária e Turística de Cabo Verde, SA	17,86%	12 500	(33 755)	5 820	1 039
SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL	9,52%	10 000	356 248	1 769 974	168 502
		22 500			**169 541**

A Caixa classificou as participações na SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SARL (SISP) e Imotur – Imobiliária e Turística de Cabo Verde, S.A. (Imotur) como Investimentos em associadas, não obstante a sua participação ser inferior a 20%, dado que a Caixa faz parte do órgão de direção, o que no entender do Conselho de Administração lhe confere influência significativa na atividade destas entidades, enquadrando-se deste modo nas disposições da Norma IAS 28 – Investimentos em Associadas.

Decorrente da entrada da participação financeira do BAI Cabo Verde na SISP, ocorreu a diluição da percentagem de participação da Caixa na SISP, justificando assim que a percentagem de participação tivesse sido alterada de 2022 para 2023, a qual passou de 10% para 9,52%.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2025 e 2024 e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras da Caixa pode ser demonstrado da seguinte forma:

	2025		
	IMOTUR	**SISP**	**TOTAL**
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	1 039	168 501	169 540
Dividendos		(26 859)	
Resultados em participadas		23 718	
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	1 039	165 359	166 399

	2024		
	IMOTUR	**SISP**	**TOTAL**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1 039	166 269	167 308
Dividendos		(31 695)	
Resultados em participadas		33 927	
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1 039	168 502	169 541

Em 2025, a Caixa registou como pagamento dos dividendos da SISP, referente ao ano 2024, o valor de mCve 26.859.

14. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de dezembro de 2025, a Caixa está sujeita ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRPC) à taxa de 21% e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 21,42%.

Os saldos de ativos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2025 e 2024 eram os seguintes:

	2025	**2024**
Passivos por impostos correntes		
. Estimativa de imposto do exercício	382 843	279 784
. Tributação autónoma	9 492	556
. IRPC a recuperar	(258 592)	(211 990)
	133 743	68 380
Ativos por imposto diferidos		
. Imparidade de Crédito	197 051	172 632
	197 051	172 632

A rubrica "Ativos por impostos correntes – IRPC a recuperar" corresponde aos pagamentos fracionados efetuados no exercício de 2025.
O movimento dos ativos por impostos diferidos nos exercícios de 2025 e 2024 foi o seguinte:

	2025		
	Saldo em 31-12-2024	Variação em resultados	Saldo em 31-12-2025
Imparidade de Crédito	172 632	24 419	197 051
	172 632	24 419	197 051

	2024		
	Saldo em 31-12-2023	Variação em resultados	Saldo em 31-12-2024
Imparidade de Crédito	131 489	41 142	172 631
	131 489	41 142	172 631

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto, nos exercícios de 2025 e 2024 pode ser demonstrada como se segue:

	2025		2024	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes do imposto		2 287 812		2 063 611
Imposto apurado com base na taxa nominal	21,42%	490 049	21,42%	442 025
Benefícios Fiscais:				
. Rendimentos de títulos Corporate	-3%	-13 950	-4%	-18 942
. Rendimentos de obrigações	-25,0%	-122 731	-27,4%	-121 026
. Outros	-0,2%	-1 041	-1,3%	-5 607
Imparidade e provisões não aceites como custo fiscal	1,5%	7 317	8,3%	36 580
Reversão de provisões tributadas	-0,7%	-3 206	-5,7%	-25 250
Aplicação do método de equivalência patrimonial	-1,0%	-5 080	-1,6%	-7 267
Encargos não aceites fiscalmente	1,2%	5 942	1,4%	6 206
Tributação Autónoma	0,0%	9 492	0,0%	556
Menos-valias contabilístico	0,0%	80	0,0%	497
Mais valias contabilísticas	-1,0%	-4 734	-1,6%	-6 984
Correção relativas a exercícios anteriores	0,0%	0	0,0%	0
Perdas por imparidade seguradoras ou instituições bancárias	6,2%	30 396	9,3%	41 142
Outros	0,0%	0	0,0%	0
Diferença positiva entre as Mais-valias e as Menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento expressa	0,0%	-200	1,5%	6 649
Imposto sobre o lucro do exercício	17%	392 335	17%	348 580
Incentivo direto aos estágios Profissionais - Art. 37º		600		0
Isenção para Lucros Retido	20%	75 067	20%	68 240
Imposto sobre o lucro do exercício		316 668		280 340
Correção impostos relativos a exercícios anteriores				
Isenção para Lucros Retido ano 2023		0		59 675
Liquidação adicional IRPC ano 2019		0		-70 212
Imposto sobre o lucro do exercício	14%	316 668	14%	290 877

Os rendimentos das obrigações ou produtos de natureza análoga, incluindo os títulos de dívida pública, com colocação pública e cotados na Bolsa de Valores de Cabo Verde, são tributados em sede de imposto sobre o rendimento a uma taxa liberatória de 5% e 10%, respetivamente. A taxa só se aplica relativamente aos rendimentos auferidos até 31 de dezembro de 2025.

Em julho de 2011, a Caixa recebeu uma notificação da DGCI fixando o imposto sobre o rendimento do exercício de 2010 em mCve. 74.640. Esta notificação tinha implícito um conjunto de correções ao imposto apurado pela Caixa que foram objeto de reclamação. Em janeiro de 2012, a Caixa recebeu uma nova notificação corrigindo os valores anteriormente fixados e apurando um montante de imposto de mCve. 40.644. A Caixa procedeu à liquidação do montante de mCve. 16.145 e à reclamação do valor remanescente, encontrando-se a aguardar a conclusão do processo pela DGCI.

A 31 de dezembro de 2020 a Caixa foi notificada, através da nota n.º 262/DGCI-REGC/2020 e a nota n.º 263/DGCI-REGC/2020, datada de 30 de dezembro de 2020, da confirmação da matéria tributável relativo ao exercício de 2015 e da consequente liquidação adicional de IRPC para ano de 2020 no valor de mCve 90.812.
A Caixa discordou das correções feitas pela REGC na determinação da matéria coletável e liquidação corretiva, nas rúbricas: (i) Correções de deduções do rendimento de títulos colocados no mercado secundário e, (ii) Retenção na fonte sobre Juros de Obrigações pagos.

A Caixa enviou uma nota de reclamação ref. DFI.030.2021, datada de 18 de fevereiro de 2021 onde concorda em pagar somente o valor de mCve 24.578.

A 24 de junho de 2021, através da nota n. º110/DGCI-REGC/2021 de 23 de junho de 2021, a Caixa foi notificada para exercer o direito de audição às conclusões do projeto de relatório ao exercício de 2015, em que a Administração Fiscal discorda da alegação da Caixa, indeferindo a pretensão da Caixa relativamente a correção da dedução do rendimento de títulos do primário colocado no mercado secundário.
A 09 de julho de 2021, através da nota N/ref.CE.015.2021, a Caixa exerceu o direito de audição onde continua defendendo o direito à dedução do rendimento de títulos colocados no mercado secundário.
A 06 de Setembro de 2021, através da nota n.º ref. nº206/DGDC/REGC/2021, a AF indeferiu a reclamação feita pela Caixa.
A Caixa em 06 de outubro de 2021 sob. n/Ref.CE.027.2021, interpôs o recurso hierárquico do indeferimento da reclamação ao procedimento de inspeção referente ao exercício económico de 2015.
A Caixa está aguardando o despacho deste processo.

A 12 de Dezembro de 2025, através da nota n.º 232/DCI/REGC/IT /2025 de 11/12/2025, a Caixa foi notificada para exercer o direito de audição em relação às conclusões do projeto de relatório de procedimento de análise interna, relativo ao exercício económico de 2020, em que a Administração Fiscal (AF) discorda da alegação da Caixa, quanto a outros resultados de exploração, bem como em relação aos rendimentos de obrigações de tesouro colocados no mercado secundário.
A Caixa aceitou a correção referente aos rendimentos de obrigações de tesouro colocados no mercado secundário e outros resultados de exploração, e fez a liquidação adicional de IRPC em 17.541.303$00 (dezassete milhões, quatrocentos e quarenta e um mil, trezentos e três).

Nos termos do Código Geral Tributário, aprovado pela Lei 47/VIII/2013, de 20 de dezembro, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do contribuinte durante um período de cinco anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correções ao lucro tributável. Na opinião do Conselho de Administração, não é previsível que qualquer correção seja significativa para as demonstrações financeiras da Caixa em 31 de dezembro de 2025.

Em 31 de Dezembro de 2025, encontra-se reconhecida na conta provisão para contingências fiscais o montante de mCve. 75.620, sujo valores alocados aos processos respeitantes aos exercícios de 2010, 2015, 2020 e 2021 a aguardar conclusão pela REGC.

15. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Outros ativos:		
Bens arrematados	1 829 007	1 843 287
Numismática e medalhística	86	86
	1 829 094	1 843 373
Devedores:		
Valores a receber do Estado de Cabo Verde		
. Bonificações	236 007	407 843
. Outros	48	48
Devedores por remessas cambiais	15 742	6 311
Devedores diversos	135 617	40 820
	387 415	455 023
Despesas com encargo diferido:		
Seguros	654	523
Outros	39 049	43 110
	39 702	43 633
Operações ativas a regularizar:	0	256 769
Ativo Bruto	2 256 213	2 598 798
Imparidade de outros ativos (Nota 18):		
Ativos recebidos por recuperação de crédito	1 093 443	1 063 341
Outros ativos	-	-
Imparidade Acumulada	(1 093 443)	(1 063 341)
Ativo Líquido	1 162 770	1 535 457

Os outros ativos diminuíram 24,27% (-372.687 mCve) face a dezembro de 2025, sobretudo devido à redução das operações ativas a regularizar e dos valores a receber do Estado de Cabo Verde, resultante do recebimento de bonificações relacionadas com créditos à habitação e outros créditos bonificados.

Os bens recebidos em recuperação de crédito também reduziram (-14.279 mCve), principalmente pela venda de três imóveis em 2025. Em sentido contrário, as imparidades desses bens aumentaram 2,8% (+30.102 mCve), atenuando a redução global dos outros ativos.

Por sua vez, a rubrica de devedores diversos registou um aumento expressivo de 232,2% (+94.797 mCve), impulsionado sobretudo por adiantamentos para investimentos (135.617 mCve), relacionados com projetos em curso, como softwares, construção de uma nova agência e aquisição de equipamentos de segurança e gerador.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os ativos recebidos por recuperação de crédito correspondem a imóveis recebidos em dação e apresentam a seguinte composição de acordo com a data da dação/arrematação feita pela Caixa:

	2025					2024				
Ano de aquisição	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	%	Avaliações	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	%	Avaliações
Anteriores a 2012	4 682	(4 682)	-	100%	8 051	4 682	(4 682)	-	100%	8 051
2013	251 348	(134 638)	116 710	54%	241 092	251 348	(134 638)	116 710	54%	232 028
2014	628 771	(249 259)	379 512	40%	1 124 291	628 771	(215 793)	412 978	34%	851 878
2015	97 219	(63 892)	33 327	66%	92 952	97 219	(63 892)	33 327	66%	99 153
2016	314 884	(178 584)	136 300	57%	736 435	321 279	(184 980)	136 299	58%	706 630
2017	76 246	(41 935)	34 311	55%	129 187	76 246	(41 935)	34 311	55%	124 717
2018	15 606	(15 606)	-	100%	15 606	15 606	(15 606)	-	100%	15 606
2019	19 071	(10 489)	8 582	55%	13 307	19 071	(10 489)	8 582	55%	13 515
2022	141 406	(134 985)	6 421	95%	212 598	141 406	(134 762)	6 644	95%	216 022
2023	111 103	(95 255)	15 848	86%	119 587	111 103	(95 255)	15 848	86%	119 802
2024	157 292	(152 738)	4 554	97%	140 776	160 973	(152 738)	8 235	95%	148 956
2025	11 379	(11 379)	-	100%	16 547	-	-	-	-	-
Total	1 829 007	(1 093 442)	735 564	60%	2 850 430	1 843 287	(1 063 341)	772 934	58%	2 587 055

A Caixa no ano de 2025 recebeu em recuperação de crédito um imóvel, no montante de mCve 11.379, referente ao cliente Manuel Eduíno Aleixo e vendeu três imóveis (Siprac, Liliana e Luis Cabral Correia) no valor de 25.483 mcve. Em 2025 os imóveis estão valorizados no valor de mCve 2.850.430.

16. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

	2025	2024
Recursos de Bancos Centrais	700 000	-
Juros de Recursos de Banco Central	53	-
	700 053	-

Durante o exercício de 2025, a Caixa recorreu a financiamento overnight junto do Banco Central de Cabo Verde (BCV), no montante de 700.000 mcve, com um custo de 53 mcve em juros.

Esta operação visou suprir um défice temporário e inesperado de liquidez diária, decorrente de um desalinhamento pontual na gestão de tesouraria, apesar da existência de disponibilidades globais suficientes.
A posição foi regularizada no dia útil seguinte, sendo considerada uma situação pontual, sem impacto na liquidez estrutural da Instituição.

17. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025	2024
Depósitos à ordem de instituições de Crédito no Pais	238 077	65 540
Depósitos a prazo de instituições de Crédito no Pais	158 252	156 886
Empréstimos obtidos	1 693	2 830
	398 023	225 256

Os depósitos de instituições de crédito no país totalizaram 398.023 mcve em 2025, registando um aumento significativo face a 2024 que foi de 225.256 mcve.

Esta evolução resulta, principalmente, do crescimento expressivo dos depósitos à ordem, que mais do que triplicaram no período, enquanto os depósitos a prazo se mantiveram relativamente estáveis. Globalmente, observa-se um reforço dos recursos captados junto de instituições de crédito, assente sobretudo em depósitos à ordem.

18. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Depósitos de poupança		
Particulares - cadernetas	18 929 776	16 662 009
Depósitos à ordem		
De residentes	32 851 995	28 499 406
De emigrantes	1 656 482	1 504 478
	34 508 477	30 003 884
Depósitos a prazo		
De residentes	20 924 238	19 614 878
De emigrantes	17 631 739	17 664 011
	38 555 977	37 278 888
Outros recursos		
Empréstimos obtidos de residentes	257 241	298 451
Cheques e ordens a pagar	(7 946)	6 786
	249 295	305 237
Juros		
De depósitos	389 499	363 250
De empréstimos obtidos de residentes	2 129	2 660
	391 628	365 910
	92 635 152	84 615 928

Os recursos de clientes e outros empréstimos totalizaram 92.635.152 mcve em 2025, registando um aumento face a 2024 de 6.019.224 mcve, (+9.5%).

Os Depósitos de poupança de Particulares - cadernetas totalizaram mCve 18.929.779 em 2025, mais 2.267.767 (+14%) do que o ano 2024.

Os depósitos à ordem de residentes representam a maior parte dos recursos captados, totalizando mCVE 32.851.995 em 2025, representando um aumento de mCve 4.352.589 (+15%) em relação ao ano 2025. Os depósitos à vista de emigrantes totalizam mCVE 1.656.482, superior ao registado no período homologo.

Os depósitos a prazo de residentes e emigrantes representam uma parcela menor dos recursos captados, totalizando mCVE 20.924.238 e mCVE 17.621.739, respetivamente.

Os recursos obtidos por meio de empréstimos de residentes são relativamente baixos, totalizando mCve 257.241. Nesta rubrica está incluída a linha de crédito obtida junto do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), sendo que a 7ª e 8ª tranches vencem juros a uma taxa fixa de 2,5% ao ano e serão reembolsados em 15 prestações anuais. Estas linhas de crédito, visam a concessão de créditos aos trabalhadores do INPS para aquisição de habitação própria.

Em dezembro de 2023 foi atribuída pelo Instituto Nacional de Previdência Social a 8ª linha de crédito, no montante de 118.150 mCve, desta feita a uma taxa de juro de 0,5% e com maturidade até 2039.

Os cheques e ordens a pagar representam uma pequena parte dos recursos captados, esta rubrica inclui as transferências recebidas via Western Union cuja compensação financeira apenas ocorre nos primeiros dias de 2025 e 2024.

Os juros provenientes de depósitos e empréstimos obtidos de residentes totalizam mCve 391.628, representando a principal fonte de recursos. Concluindo, os depósitos à ordem de residentes são a principal fonte de recursos captados pela instituição financeira, seguidos pelos depósitos a prazo e outros recursos como empréstimos e juros.

19. PROVISÕES, IMPARIDADE E CONTINGÊNCIAS

O movimento ocorrido nas provisões e imparidade da Caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é o seguinte:

	2025					
	Saldos em 31/12/2024	Dotações	Utilizações	Transferências	Anulações e Reposições	Saldos em 31/12/2025
Instrumentos financeiros classificados ao custo amortizado						
Imparidade de crédito a clientes	4 049 200	2 334 016	(322 128)		(2 260 209)	3 800 878
Imparidade de títulos	352 646	64 683			(44 358)	372 972
	4 401 846	2 398 699	(322 128)		(2 304 567)	4 173 850
Imparidade de bens Arrematados	1 063 341	34 162	(14 966)	10 906		1 093 443
	5 465187	2 432 861	(337 094)	10 906	(2 304 567)	5 267 293
Contingências fiscais	75 620					75 620
	5 540 807	2 432 861	(337 094)	10 906	(2 304 567)	5 342 913

A tabela acima representa os saldos de imparidade e contingências fiscais da empresa ao longo do ano de 2025. No final do ano de 2025, os saldos em imparidade totalizaram mCve 5.342.913, sendo que houve dotações de mCve 2.398.699, utilizações de mCve 322.128 (abates) e reposições de mCve 2.304.567. Os saldos específicos incluem:

Imparidade de crédito a clientes: o saldo inicial era de mCve 4.409.200, com dotações de mCve 2.334.016, utilizações de mCve 322.128, reposições de mCve 2.260.209, resultando em um saldo de mCve 3.800.878 ao final do ano, o que podemos concluir que houve uma variação negativa da imparidade de crédito na ordem dos mCve 248.322, -6.13%, justificado essencialmente pelo abate efetuado pela Caixa.

Imparidade de títulos: o saldo inicial era de mCve 352.646, com dotação de mCve 64.683 e reposição de mCve 44.358, resultando em um saldo de mCve 372.972 ao final do ano, concluindo tivemos um aumento de mCve 20.326, +5,45% do que o ano transato.

Imparidade de bens arrematados: o saldo inicial era de mCve 1.063.341 e houve uma dotação de mCve 34.162 (reforço imparidade dos imóveis Ana Lopes Martins mCve 223, Tecnicil mCve 33.466, referente ao adiantamento da venda dos terrenos feito em 2025, e Manuel Aleixo mCve 473) e reposição de mCve 14.966 (reversão da imparidade dos imóveis vendidos de Luís Cabral Correis mCve 8.570 e Siprac mCve 6.395), resultando em um saldo de mCve 1.093.443 no final do ano.

Contingências fiscais: o saldo de contingências fiscais era de mCve 75.620 ao final do ano e diz respeito aos processos referente aos exercícios de 2010, 2015, 2020 e 2021 que continuam a aguardar a conclusão da REGC,

As provisões e as imparidades líquidas do exercício atingiram em 2025 e em 2024 os valores de mCve 128.294 e mCve 7.777, respetivamente. Houve um decréscimo de mCve 197.894 (3,6%) comparado ao ano de 2024.

No geral, a Caixa manteve seus saldos de imparidade e contingências fiscais dentro de um controle adequado ao longo do ano de 2025.

	2024					
	Saldos em 31/12/2023	Dotações	Utilizações	Transferências	Anulações e Reposições	Saldos em 31/12/2024
Instrumentos financeiros classificados ao custo amortizado						
Imparidade de crédito a clientes	4 096 995	1 481 253	(108 375)		(1 420 673)	4 049 200
Imparidade de títulos	320 677	51 493			(19 524)	352 646
	4 417 672	1 532 746	(108 375)		(1 440 197)	4 401 846
Imparidade de bens Arrematados	1 024 954	1 506	(14 604)	152 272	(100 787)	1 063 341
Devedores, Outras Aplicações	2 489				(2 489)	0
	5 445 115	1 534 252	(122 979)	152 272	(1 543 473)	5 465 187
Contingências fiscais	58 622	16 998				75 620
	5 503 737	1 551 250	(122 979)	152 272	(1 543 473)	5 540 807

20. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Recursos:		
SPA - retenção na fonte impostos	97 837	97 190
Passivo de Locação (IFRS 16)	50 575	66 728
Outros	227 501	113 247
	375 913	277 165
Custos com pessoal:		
Férias e subsídio de férias	78 954	76 836
Prémio de produtividade	56 463	55 682
Subsídio de falha	11 690	16 237
Outros	277	241
	147 384	148 996
Outros custos administrativos:		
Encargos com ATM	15 262	13 766
Água, gás e eletricidade	11 409	11 897
Comunicações	51 260	32 277
SPA	50 244	-
Outros	37 901	43 680
	166 076	101 620
Receitas com proveitos diferidos:		
De operações extrapatrimoniais	3 085	2 107
Outras contas de regularização	945 707	202 314
Outros Passivos	1 638 165	732 203

Em 2025 a rubrica "Outros Passivos" aumentou para mCve 1.638.165 em comparação com os mCve 732.202 de 2024, confirmando o aumento nas obrigações e compromissos da Instituição nos últimos anos.
A rubrica de "Outras contas de regularização" se destaca com o maior total dos compromissos adicionais entre os anos de 2024 (mCve 202.314) e de 2025 (mCve 945.707), com destaque para as operações com cartões VISA a regulariza, transferências de clientes da Instituição para outros Bancos nacionais e juros a regularização durante o ano 2026.
Destaque também para rubrica Retenção na fonte de Impostos e SPA, com os totais de mCve 97.190 em 2024 e de mCve 97.837 em 2025, com realce para os Impostos sobre rendimentos de trabalhadores, Impostos sobre rendimentos de capitais e Contribuições para segurança social.
O Passivo de Locação decresceu de mCve 66.728 para mCve 50.575 entre os anos de 2024 e 2025. Os valores de Passivos de locação são reconhecidos no âmbito do IFRS 16 desde 2019, e consideram os contratos de locação de bens imóveis (agências/edifícios centrais).
Houve uma redução geral nos custos com pessoal de mCve 1.612 de 2024 para 2025. Com destaque para a

rubrica de Subsídio de falhas que decreceu em mCve 4.547.
Em 2025 os "Outros custos administrativos" aumentaram para mCve 115.832, em relação aos mCve 101.620 registados em 2024. Os destaques são para as rubricas de "Comunicações" e "Outros", com os maiores totais em 2025, mCve 51.260 e mCve 37.901 respetivamente. A rubrica "Outros" é composta essencialmente pelos encargos com serviços especializados de Auditoria externa (mCve 13.150), serviços especializados de segurança (mCve 4.919) e serviço interbancário da Rede 24 (mCve 3.929).

21. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital da Caixa encontra-se representado por 1.392.000 ações com um valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada, integralmente subscritas e realizadas.

Em 31 de Dezembro de 2025, constam como acionistas da Caixa, o INPS, os Correios de Cabo Verde e outros subscritores e trabalhadores.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a estrutura acionista da Caixa é a seguinte:

	2025		2024	
Entidade	Número de ações	%	Número de ações	%
Instituto Nacional de Previdência Social	657 200	47,21%	657 200	47,21%
Correios de Cabo Verde	210 749	15,14%	210 749	15,14%
Outros subscritores e trabalhadores	524 051	37,65%	524 051	37,65%
	1 392 000	**100,00%**	**1 392 000**	**100,00%**

22. RESERVAS, RESULTADOS TRANSITADOS E LUCRO DO EXERCÍCIO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

Nos termos da legislação em vigor em Cabo Verde (Lei nº 3/V/96), um mínimo de 10% do resultado líquido anual deve ser destinado ao reforço da reserva legal. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da entidade, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos, depois de esgotadas as outras reservas.

	2024	Incorporação Reservas	Dividendos	Resultado do Exercício	2025
Outras reservas e resultados transitados					
. Reserva legal	1 155 404	181 388			1 336 792
. Outras reservas	5 096 159	724 904			5 821 064
. Dividendos	-				-
Total	6 251 563	906 292			7 157 856
Lucro do exercício	1 813 876			1 919 896	1 919 896
	8 065 439	**906 292**		**1 919 896**	**9 077 752**

Na reunião da Assembleia Geral realizada em 25 de junho de 2025, foi deliberada a distribuição de resultado do ano 2024 de seguinte forma: incorporação em reserva legal mCve. 181.388, outras reservas no valor de mCve. 724.904 e dividendos no montante de mCve 907.584.

23. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Juros de crédito de clientes		
Crédito interno	3 405 347	2 961 311
Recuperação de juros anulados	95 554	131 589
Juros de outros créditos e valores a receber (titulados)		
Obrigações do Tesouro	572 976	565 012
Outros títulos de rendimento fixo	65 125	88 431
Juros de aplicações no Banco de Cabo Verde		
A Prazo	176 953	-
Títulos de regularização monetária	264	215
Títulos de intervenção monetária	102 831	60 409
Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito	17 366	216 944
Juros de aplicações em instituições de crédito no país	-	37 850
Juros de Ativos Financeiros - Títulos	53 289	42 639
Juros Mercado monetário interbancário	65	3 880
Juros Aplicações Instituições Crédito estrangeiro	109 109	-
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	270 360	221 557
	4 869 237	4 329 837

Registamos um aumento de mCve 539.400 nos juros e rendimentos similares obtidos no ano 2025, quando comparado ao ano 2024, passando de mCve 4.329.837, para mCVE 4.869.237. Os juros de créditos a cliente registaram um ligeiro aumento na ordem de mCVE 444.036 em 2025, e o valor de juros anulados recuperados, por sua vez registou uma diminuição de mCVE 36.035 face ao ano 2024.

Os juros de outros créditos e valores a receber (titulados) diminuiu em mCVE 15.342 em 2025, passando, portanto, de mCVE 653.443 em 2024, para mCVE 638.101 em 2025.

Verificamos um aumento exponencial dos juros recebidos com as aplicações junto ao BCV, sendo em 2025 de mCve 280.048 contra os mCve 60.624 registados em 2024.

Por outro lado, os juros de aplicações em instituições de crédito no estrangeiro diminuíram de forma significativa, quando comparado ao obtido em 2024, passando de mCve 216.944 em 2024 para mCve 17.366 em 2025.

No geral, o aumento registado em 2025 é determinado pelo aumento dos juros recebidos com o crédito interno, e aplicações a curto prazo junto ao BCV, sendo que as comissões recebidas associadas ao custo amortizado contribuíram positivamente para esse resultado.

24. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Depósitos de poupança		
Cadernetas	238 073	214 954
Depósitos à ordem		
Emigrantes	39 232	35 389
Depósitos a prazo		
De emigrantes	263 915	260 875
De residentes	375 720	368 777
Empréstimos		
De não residentes	-	126
De residentes	4 226	5 050
Juros anulados de crédito de Clientes		
Crédito Interno	33 550	40 132
Juros por compromissos de locação (aplicação IFRS 16)	1 469	1 883
Outros	140	140
	956 326	927 324

Os juros e encargos similares aumentaram 3,13%, +29.001 mCve, determinada pelos juros de recursos de clientes (a ordem e a prazo) +36.947 mCve, principalmente os juros do INPS +8.380 mCVE e Outros Residentes Particulares +16.614 mCVE.
Os empréstimos de residentes diminuíram de mCve 5.050 em 2024, para mCve 4.226 em 2024, justificado essencialmente pelos juros da linha de crédito do IPS.
Os juros anulados de crédito de clientes diminuíram face ao verificado em 2024. Registamos uma diminuição para mCve 33.550 em 2025, comparativamente aos mCve 40.132 registamos em 2024.
Os juros por compromissos de locação (aplicação IFRS 16) foram de mCve 1.469 em 2025 e mCve 1.883 em 2024, e outros juros foram de mCve 140 em ambos os anos.

25. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Rendimentos de serviços e comissões:		
Comissões Western Union	48 530	54 423
Comissões sobre operações cambiais	110 086	106 089
Garantias e avales prestados	20 150	18 630
Comissões VISA	87 347	64 466
Comissões de manutenção de contas	22 131	21 145
Outros serviços bancários prestados	17 416	16 444
Outras comissões	54 299	45 494
	359 957	326 691
Encargos com serviços e comissões:		
Comissões sobre operações cambiais	(34 781)	(29 755)
Comissões VISA	(176 862)	(136 828)
Outras comissões e encargos	(59 926)	(60 968)
	(271 569)	(227 551)

No exercício de 2025, os Rendimentos de Serviços e Comissões da Caixa Económica totalizaram mCve 359.957, representando um crescimento de 10,2% (+mCve 33.266) face aos mCve 326.691 registados em 2024. O motor deste crescimento foi claramente o segmento VISA.
Comissões VISA: Tiveram o maior crescimento absoluto de mCve 22.880 (+35,5%), sendo responsável por 69% de todo o crescimento das receitas do ano 2025.
Outras Comissões: Também apresentaram um desempenho sólido (+19,4%), em relação ao ano transato.
As Comissões Western Union que caíram mCve 5 893 (10,8%), verificamos que é o único segmento em queda, causado por perda de mercado, pois existe oferta de produtos similares, ou mudança no comportamento dos clientes para este serviço específico.
Mas, embora o rendimento bruto tenha aumentado, os encargos para gerar esse rendimento também aumentaram numa proporção maior em mCve 44.018 (19,3%).

O aumento dos custos é dominado pela operação de cartões:
Comissões VISA (Encargos): Este é o dado mais crítico. O custo subiu 29,3% (+40.034). Note-se que o custo (40 mCve) foi quase o dobro do rendimento gerado (22 mCve) no mesmo segmento.
Operações Cambiais: Os custos subiram 16,9%, superando o crescimento da receita deste segmento, que foi de apenas 3,8%.
Em resumo, a empresa está a conseguir mais volume de negócio (especialmente em VISA e operações cambiais), mas está a "pagar" muito caro por estes serviços. O modelo de negócio parece estar a tornar-se mais dependente de parceiros externos (VISA) cujas taxas de serviço poderão estar a corroer o lucro bruto das comissões.

26. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025			2024		
	Lucros	Prejuízos	Líquido	Lucros	Prejuízos	Líquido
Resultados em divisas	147 796	63 587	84 210	134 966	65 779	69 187
Resultados em notas e moedas	80 447	67 770	12 677	93 185	51 944	41 241
	228 243	131 356	96 887	228 151	117 723	110 428

No presente exercício, verifica-se que o resultado líquido nas operações financeiras atingiu o montante de mCve 96.887, contra mCve 110.428 do exercício anterior, representando comparativamente um decréscimo de 12%. Essa diferença explica-se muito pela redução em 69% dos resultados no cambio de notas e moedas, apesar da variação positiva dos resultados em operações cambiais com divisas de 17%.
O resultado Líquido resume-se em ganhos brutos no valor de mCve 228 243, contra perdas no valor de mCve 131.356.
Maio foi o mês em que se realizou o maior ganho do ano, com um total de mCve 15 124, representando 15,61% do resultado total anual. Por outro lado, o mês de março, novamente foi o mês com menor resultado do ano, com uma representação de 1,83%, que em termos de valor foi de mCve 1 772.
Mantendo-se, de longe, a moeda com o maior volume representativo, a nossa carteira em dólares (USD) registou, em 2025, um total de mCve 80 915 para o resultado líquido anual realizado, equivalente a 83,51% deste resultado. A carteira em francos suíços (CHF), cresceu 47,25% em relação ao período homologo, com o montante acumulado de mCve 11 757, representando assim 12,13% dos resultados. Outro marco a assinalar foi a performance da carteira de Coroa Sueca (SEK), que passa da pior carteira de 2024, para uma das melhores de 2025, representando 1,7% do resultado, atingindo o valor de mCve 1 691, portanto, apenas atrás das carteiras em USD, CHF e GBP.
Por outro lado, a carteira em dólares Canadianos (CAD), foi a que registou maiores perdas, acumulando o valor de mCve 709, que se pode explicar grandemente pelo crescimento paulatino da posição cambial em CAD e a desvalorização permanente da moeda durante todo o ano. As demais moedas (DKK, JPY, NOK e ZAR) apresentam volumes significativamente menores ou negativos no acumulado total.

27. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica pode ser analisada como segue:

Resultados de alienação de outros ativos	**2025**
Ganhos e perdas na alienação de ativos não correntes detidos para venda	23 545
	23 545

Em 2025, a rúbrica "Ganhos e perdas na alienação de ativos não correntes detidas para venda" correspondem ao ganho na alienação de 3 imóveis, Siprac, Liliana Silva e Luis Cabral Correia.

Resultados de alienação de outros ativos	**2024**
Ganhos e perdas na alienação de ativos não correntes detidas para venda	26 621
	26 621

Em 2024, a rúbrica "Ganhos e perdas na alienação de ativos não correntes detidas para venda" correspondem á alienação de 2 lotes de terreno do cliente Sociedade Luso Africana e venda um imóvel Maria Veiga Moreira.

28. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2025	**2024**
Outros proveitos de exploração:		
Prestação de serviços		
Taxas de serviço	57 038	49 947
Cartões de crédito	1 808	1 302
Venda de cheques e cadernetas	5 249	4 774
Locação de imóveis (Nota 8)	2 854	8 338
Recuperação de créditos incobráveis	63 875	69 098
Outros proveitos de exploração	68 004	61 180
	198 828	194 639
Outros custos de exploração:		
Outros impostos	(38 838)	(45 429)
Donativos	(96)	(270)
Quotizações	(1 672)	(1 705)
Fundo Garantia Depósitos	(7 416)	(5 993)
Outros	(11 047)	(9 411)
	(59 069)	(62 808)
Outros Resultados de exploração	139 759	131 832

Em 2025 os Outros Resultados de Exploração aumentaram para mCve 139.759, em relação aos mCve 131.831 registados em 2024, refletindo uma variação positiva das operações comerciais após considerar os proveitos e custos adicionais. Ao contrário do que havia sucedido em 2024, diminuição de mCve 261.110 em comparação ao ano anterior.

Os Outros Proveitos de Exploração registaram uma variação positiva em 2025 de mCve 198.828 em comparação ao ano anterior.

A receita com Taxas de serviço registou em 2025 um total de mCve 57.038, resultado do aumento em mCve 7.091 comparativamente ao ano de 2024, confirmando a tendência positiva desses proveitos nos últimos anos.

A rúbrica de Outros proveitos de exploração destaca-se com o maior total de proveitos em 2025 (mCve 68.004), com destaque para os proveitos com os serviços com a rede de terminais de pagamento e com o tarifário interbancário da rede vinti4, indicando a importância desses proveitos nos resultados adicionais.

Quanto aos Outros Custos de Exploração, em 2025 houve uma diminuição para mCve 59.069, em relação aos mCve 62.808 registados em 2024, refletindo a redução desses custos adicionais nos últimos dois anos.

Os custos com Outros Impostos, embora as diminuições registadas em 2025 e 2024 (em mCve 6.591 e mCve 5.866 respetivamente) representam o maior total dos Outros custos de Exploração entre os anos de 2024 (mCve 45.429) e 2025 (mCve 38.838), com pesos percentuais de 72% e 66% respetivamente.

29. CUSTOS COM PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Remunerações de empregados	808 333	772 204
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	27 120	24 554
Encargos sociais		
Previdência social	122 746	120 072
Despesas médicas	8 956	9 199
Outros	13 762	12 409
Prémios de produtividade (Nota 20)	56 463	55 682
Outros	5 762	6 247
	1 043 143	**1 000 367**

A empresa registou um aumento de 4% nos custos com pessoal (+42.776), sendo que as remunerações dos empregados representaram 84% dessa variação, com crescimento de 5% impulsionado por contratações e aumentos salariais. As remunerações dos Órgãos de Gestão subiram 10%, enquanto os encargos sociais cresceram cerca de 2%. Por outro lado, outros gastos diminuíram 8%.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Caixa dispunha do seguinte quadro de colaboradores:

	2025	2024
Administradores executivos	3	3
Direção Geral e Coordenação	31	30
Gerência e chefias	37	36
Técnicos	150	154
Administrativos	122	106
Apoio Geral e auxiliar	52	54
	395	383

A empresa cresceu de 383 para 395 colaboradores (+12 colaboradores) em 2025. Este aumento é explicado basicamente pela contratação de novos colaboradores administrativos.

30. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2025	2024
Serviços especializados	240 392	206 621
Encargos com ATM	157 437	144 848
Água, gás e eletricidade	45 813	54 903
Publicidade	42 998	23 875
Comunicações	37 500	34 842
Deslocações, estadas e representação	22 384	21 607
Material de consumo corrente	48 863	42 661
Seguros	17 664	15 874
Conservação e reparação	23 794	29 971
Rendas e alugueres	2 386	1 956
Combustíveis	10 549	10 603
Transportes	10 295	6 617
Encargos com formação do pessoal	8 958	9 283
Material informático	701	855
Contencioso e notariado	15 127	1 260
Outros	14 657	8 992
	699 518	**614 769**

Os serviços especializados e fornecimentos aumentaram 13,8%, passando de mCVE 614.769 para mCVE 699.518.
Destacam-se os crescimentos nas rubricas Serviços Especializados (+16%), Publicidade (+80%) e Contencioso e Notariado, bem como o aumento dos encargos com assistência técnica (+28%), associado à manutenção de equipamentos e sistemas.
Em contrapartida, registaram-se reduções nas rubricas Água, Gás e Eletricidade (-16,5%) e Conservação e Reparação (-20%), indicando possíveis ganhos de eficiência e menor necessidade de intervenções estruturais.

31. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os passivos contingentes associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2025	2024
Passivos eventuais		
Garantias e avales prestados	1 687 315	845 050
	1 687 315	845 050
Depósito e guarda de valores	78 174 875	70 030 152
Crédito gerido p/conta terceiros	842 307	836 460
	79 017 182	**70 866 612**

Em 2025, os Passivos Contingentes e Compromissos da Caixa Económica registaram um crescimento significativo, refletindo um aumento na exposição a garantias e compromissos financeiros.

As Garantias e Avales Prestados, que representam responsabilidades futuras da instituição, aumentaram 69%, passando de 845.050 mCve em 2024 para 1.687.315 mCve em 2025. Este aumento indica uma maior concessão de garantias a clientes e parceiros, reforçando o suporte da instituição às suas operações.

Relativamente ao Depósito e Guarda de Valores, registou-se um crescimento expressivo de 11,56%, atingindo 78.174.875 mCve em 2025, face aos 70.030.152 mCve do ano anterior.
O Crédito Gerido por Conta de Terceiros também apresentou um ligeiro crescimento de 0,7%, passando de 836.460 para 842.307 mCve.

No total, o volume agregado dos passivos contingentes e compromissos subiu de 70.866.612 mCve em 2024 para 79.017.182 mCve em 2025, um acréscimo de 11,5%, evidenciando um aumento da atividade financeira da instituição e da sua exposição a compromissos futuros.

Na sequência da Resolução do Novo Banco e da passagem de ativos financeiros deste para o INPS e BCV, a Caixa assinou com estas duas instituições acordos de cessão e gestão das respetivas carteiras de crédito, nomeadamente:
Com o INPS – Contrato de 06/07/2017 entre Novo Banco, INPS e Caixa, de cessão à Caixa para efeitos de gestão de carteira de crédito proveniente do Novo Banco, cujo saldo em 31/12/2025 era de 414.464 mCve.
Com o BCV – Contrato de 26/09/2017 entre o BCV e Caixa, onde a Caixa adquire para efeitos de gestão uma carteira de crédito, cujo saldo em 31/12/2025 era de 15.739 mCve.
No âmbito desses acordos, as atribuições aquisições da Caixa consistem mais concretamente na recuperação das carteiras, ou seja, na gestão e cobrança das prestações, devendo para o efeito desenvolver todas as diligências de forma criteriosa que caracteriza a atividade de acompanhamento, cobrança e recuperação, típicas dos bancos, no âmbito da sua atividade creditícia.
Em compensação à Caixa pelos serviços prestados, ambos os contratos preveem um success fee mensal de 20% sobre os juros cobrados, bem como uma comissão anual de gestão de 2% do valor de capital em dívida apurado a 31/12 do ano anterior, sendo que o total dos valores recebidos pela Caixa, (juros mensais + comissão anual de gestão) não deverá ultrapassar 50% do total dos juros efetivamente cobrados no ano em questão.

32. RELATO POR SEGMENTOS

Para finalidade de gestão, a Caixa está organizada em dois segmentos, designados de "Negociação e Vendas" e "Banca Comercial".

O segmento de Negociação e Vendas está relacionado com a gestão de tesouraria, gestão de carteira de títulos e outras operações de mercados. No segmento de Banca Comercial, destaca-se a atividade de crédito e depósitos, de prestações de serviços a clientes e outros.

Em 31 de dezembro de 2025, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada da Caixa pode ser resumida da seguinte forma:

	2025		
	Negociação e Vendas	Banca Comercial	Negociação Total
Juros e rendimentos similares	1 080 611	3 788 626	4 869 237
Juros e encargos similares		(956 326)	(956 326)
MARGEM FINANCEIRA	1 080 611	2 832 301	3 912 912
Rendimentos de Instrumentos de capital		23 718	23 718
Rendimentos com serviços e comissões		359 957	359 957
Encargos com serviços e comissões		(271 569)	(271 569)
Resultados de reavaliação cambial		96 887	96 887
Resultados de alienação de outros ativos	23 545		23 545
Outros resultados de exploração	139 521		139 521
PRODUTO BANCÁRIO	1 243 678	3 041 293	4 284 971
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações			(128 294)
	1 243 678	3 041 293	4 156 677
Outros custos e proveitos			(2 236 781)
Resultado após impostos			**1 919 896**
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais		18 742 532	18 742 532
Disponibilidades em outras instituições de Crédito		2 319 952	2 319 952
Ativos Financeiros disponíveis para Venda	3 823		3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	557 235	13 678 910	14 236 145
Crédito a Clientes	22 564 227	44 673 909	67 238 137
Recursos de Outras Instituições de Crédito		398 023	398 023
Recursos de Clientes e outros empréstimos	259 369	92 375 783	92 635 152

Em 31 de dezembro de 2024, a informação relativa aos segmentos operacionais utilizada da Caixa pode ser resumida da seguinte forma:

	2024		
	Negociação e Vendas	Banca Comercial	Negociação Total
Juros e rendimentos similares	1 015 380	3 314 456	4 329 837
Juros e encargos similares		(927 324)	(927 324)
MARGEM FINANCEIRA	1 015 380	2 387 132	3 402 512
Rendimentos de Instrumentos de capital		33 928	33 928
Rendimentos com serviços e comissões		326 691	326 691
Encargos com serviços e comissões		(227 551)	(227 551)
Resultado ativos financeiros JV através rend. Integral		(110)	(110)
Resultados de reavaliação cambial		110 428	110 428
Resultados de alienação de outros ativos	30 285		30 285
Outros resultados de exploração	128 167		128 167
PRODUTO BANCÁRIO	1 173 833	2 630 517	3 804 350
Provisões e imparidade líquida de reversões e recuperações			(7 777)
	1 173 833	2 630 517	3 796 573
Outros custos e proveitos		-	(1 982 697)
Resultado após impostos			**1 813 876**
Caixa e Disponibilidades em bancos centrais		8 991 894	8 991 894
Disponibilidades em outras instituições de Crédito		3 995 285	3 995 285
Ativos Financeiros disponíveis para Venda	3 823		3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	6 374 804	9 497 673	15 872 477
Crédito a Clientes	20 642 908	41 821 297	62 464 206
Recursos de Outras Instituições de Crédito		225 256	225 256
Recursos de Clientes e outros empréstimos	301 111	84 314 817	84 615 928

A totalidade da atividade da Caixa é desenvolvida na República de Cabo Verde.

33. ENTIDADES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas da Caixa os seus acionistas, empresas associadas e os órgãos sociais. O Estado deixou de ser uma entidade relacionada desde Maio de 2024, no entanto, por exercer ainda uma grande influência, consta no mapa para efeitos comparativos ao ano 2024. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as demonstrações financeiras da Caixa incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão

	2024			
	Accionistas			
	Estado de Cabo Verde	Instituto Nacional de Previdência Social	CORREIOS CV	Associadas
Ativos:				
Aplicações em instituições de crédito	12 751 000			
Crédito a clientes	21 409 178		35 743	53 096
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				166 399
Imparidade			717	25 431
Outros ativos	236 056			
Passivos:				
Recursos de outras instituições de crédito	700 000			
Recursos de clientes e outros empréstimos		20 860 462	22 729	157 471
Extrapatrimoniais:				
Garantias recebidas				
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	886 905			
Custos:				
Juros e encargos similares	2 409	320 323		

	2024			
	Acionistas			
	Estado de Cabo Verde	Instituto Nacional de Previdência Social	CORREIOS CV	Associadas
Ativos:				
Aplicações em instituições de crédito	9 515 000	-	-	-
Crédito a clientes	19 184 807		9 938	67 686
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	169 541
Imparidade	-	-	-	27 287
Outros ativos	407 892	-	-	-
Passivos:				
Recursos de outras instituições de crédito	200 882	-	-	117 428
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	16 979 448	60 538	-
Extrapatrimoniais:				
Garantias recebidas	-	-	-	-
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	683 009	-	-	-
Custos:				
Juros e encargos similares	2 380	5 050	-	-

Órgãos Sociais

Em 31-12-2025, não se regista crédito concedido aos Membros do Conselho de Administração, enquanto em 2024 o valor concedido de crédito aos membros do Conselho de Administração foi de mCve500.

34. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade da Caixa Económica de Cabo Verde

A Caixa Económica de Cabo Verde está sujeita a riscos diversos no âmbito do desenvolvimento da sua atividade. A gestão de riscos apoia na constante identificação e análise da exposição aos diferentes riscos, tais como o risco de mercado, risco de liquidez, risco de crédito, risco operacional, e na adoção da estratégia de controlo, dentro dos parâmetros previamente definidos.

A gestão é complementada pela análise *a posteriori* dos indicadores de performance.

Risco cambial

O risco cambial é calculado sobre a posição global em divisas da instituição, determinada conforme definido no Aviso nº 3/2000, do Banco de Cabo Verde e respetivas instruções técnicas. Considerando o acordo juridicamente vinculativo que estabelece a paridade do escudo cabo-verdiano com o euro, a posição em euros não é computada para o efeito do cálculo do total das posições abertas longas e curtas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de ocorrência de incapacidade de cumprir com as obrigações e compromissos financeiros assumidos bem como de obter recursos e fazer aplicações a taxas e prazos apropriados.

A avaliação do risco na Caixa é feita tendo em consideração os indicadores estabelecidos pela entidade de supervisão e pelo Conselho de Administração e consiste no respeito permanente do rácio de cobertura das responsabilidades.

O acompanhamento nos diferentes prazos é feito com base nas projeções de entradas e saídas de fundos, permitindo a gestão eficiente das necessidades.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição:

	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Ativo:							
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	18 742 532						18 742 532
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	2 319 952						2 319 952
Aplicações em Instituições de crédito	11 292 271	1 178 712	1 785 757			-20 595	14 236 145
Crédito a Clientes	1 119 304	2 235 028	4 460 142	22 039 933	38 126 063	-742 333	67 238 137
	33 474 059	**3 413 739**	**6 245 899**	**22 039 933**	**38 126 063**	**-762 929**	**102 536 766**
Passivo:							
Recursos de Bancos Centrais	-700 000	0	0	0	0	-53	-700 053
Recursos de outras instituições de crédito	-238 077	0	-158 252	0	0	-1 693	-398 023
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-58 193 570	-5 793 935	-24 133 836	-4 122 184	0	-391 628	-92 635 152
	-58 431 647	**-5 793 935**	**-24 292 088**	**-4 122 184**	**0**	**-393 321**	**-93 733 227**
Gap de Liquidez	**-24 957 589**	**-2 380 196**	**-18 046 188**	**17 917 750**	**38 126 063**	**-1 156 250**	**8 803 538**

	2024						
	Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
Activo:							
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	8 991 894						8 991 894
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	3 995 285						3 995 285
Aplicações em Instituições de crédito	9 426 908	4 517 682	1 921 134			6 753	15 872 477
Crédito a Clientes	2 139 007	1 562 980	6 176 135	19 691 160	33 864 934	3 431 836	66 866 052
	24 553 095	**6 080 662**	**8 097 268**	**19 691 160**	**33 864 934**	**3 438 589**	**95 725 709**
Passivo:							
Recursos de Bancos Centrais	0	0	0	0	0	0	0
Recursos de outras instituições de crédito	-70 601	0	-151 825	0	0	-2 830	-225 256
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-50 190 117	-6 064 583	-20 427 042	-7 329 825	-224 817	-379 544	-84 615 928
	-50 260 717	**-6 064 583**	**-20 578 867**	**-7 329 825**	**-224 817**	**-382 374**	**-84 841 184**
Gap de Liquidez	**-25 707 622**	**16 079**	**-12 481 599**	**12 361 335**	**33 640 117**	**3 056 215**	**10 884 525**

Apesar do GAP de liquidez a curto prazo apresentar-se negativo, isso não será um problema, uma vez que os recursos de clientes são estáveis e com um histórico de pouca volatilidade ao longos dos anos. Existe liquidez no mercado e grande percentagem dos depósitos são de entidades, que demonstram interesse na capitalização dos seus recursos.

Os prazos apresentados são contratuais, mas na realidade os Depósitos à ordem incluídos na rubrica Recursos de clientes e outros empréstimos apresentam um carácter de estabilidade e prazos mais alargados, permitindo à Caixa cumprir os rácios de liquidez exigidos pelo Banco de Cabo Verde.
A coluna "Indeterminado" inclui juros a receber e a pagar e valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos e o crédito vencido.

Podemos concluir que, a Caixa apresenta uma posição de liquidez equilibrada no longo prazo, apesar do descompasso significativo no curto prazo, conseguindo dessa forma honrar os seus compromissos.

Risco de taxa de juro

A gestão do risco de taxa de juro visa proteger o valor patrimonial, assim como a otimizar a margem financeira da Caixa.

A Caixa assume o risco de taxa de juro sempre que nas operações contratadas existem fluxos financeiros futuros sensíveis a variações de taxas de juro.

A metodologia adotada para a medição deste risco consiste no agrupamento dos ativos e passivos sensíveis em intervalos de tempo, de acordo com as respetivas datas de revisão de taxas de juro. São calculados, em cada intervalo, os cash flows ativos e passivos assim como o correspondente gap de risco de taxa de juro.

Risco de mercado

O risco de mercado é definido como o risco de perda nas contas extrapatrimoniais em decorrência de uma variação nos preços do mercado, como os instrumentos relativos a riscos de taxas de câmbio em todos os elementos patrimoniais e extrapatrimoniais e instrumentos relativos a riscos de taxas de juro que compõem a carteira de negociação.

O risco de taxas de câmbio é calculado sobre a posição global em divisas em conformidade com a Lei nº 3/V/96 de 1 de julho e com o Decreto-Lei nº 12/2005 de 7 de fevereiro.

O valor dos fundos próprios mínimos afetos a cobertura do risco de mercado relativo a taxas de câmbio é de 10% da posição global em divisas.

Risco de crédito

O risco de crédito traduz a possibilidade de ocorrências de perdas caso a contraparte ou seu garante não consiga cumprir com as suas obrigações financeiras, nomeadamente o reembolso do empréstimo.

A Caixa aplica uma estratégia de gestão de risco que se apoia em normas e procedimentos e numa política de provisionamento tendo por base a análise coletiva e individual dos créditos. Para o efeito são definidos os conceitos, princípios e regras a serem observadas durante a vida do crédito, incluindo na fase de recuperação. A avaliação de risco das operações ativas e extrapatrimoniais está suportada na análise da qualidade de operação proposta, nomeadamente da sua finalidade, prazo, garantia, entre outros. São ainda considerados na avaliação específica do risco a concentração da exposição, os limites aos grandes riscos na perspetiva prudencial.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o valor de balanço bruto de crédito concedido a clientes, excluindo "Outros créditos e valores a receber titulados", juros corridos ou garantias prestadas e créditos documentários a empresas, apresentava a seguinte decomposição:

	2025	**2024**
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	18 742 532	8 991 894
Disponibilidades em outras instit.de crédito	2 319 952	3 995 285
Aplicações em Instituições de crédito	14 236 145	15 872 477
Crédito a Clientes (Líquido de Imparidade e Provisões)	67 238 137	62 464 206
	102 536 766	**91 323 862**
Outros Compromissos:		
Garantias e avales (líquido de provisões)	1 687 315	845 050
Créditos documentários abertos	0	0
Crédito Gerido por Conta de Terceiros	842 307	836 460
	2 529 623	**1 681 510**
Exposição Máxima a Risco de Crédito	**105 066 388**	**93 005 372**

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, o crédito concedido a clientes por stage apresenta-se como segue:

Qualidade de crédito concedido a clientes

Elaborado e Produzido pela DGR

	31-12-2025			
	Créditos Staging 1	**Créditos Staging 2**	**Créditos Staging 3**	**Total Crédito**
Retalho				
Particulares - Habitação				
Vincendo	14 778 663 540	1 348 470 340	1 246 380 767	17 373 514 647
Vencido*	4 653 038	4 969 674	510 136 945	519 759 657
	14 783 316 578	1 353 440 014	1 756 517 712	**17 893 274 304**
Particulares - Consumo_Rendas				
Vincendo	4 431 627 022	647 999 800	306 815 519	5 386 442 341
Vencido*	2 685 244	6 166 522	102 635 063	111 486 828
	4 434 312 266	654 166 322	409 450 582	**5 497 929 169**
Particulares - Revolving				
Vincendo	308 516 017	24 946 351	9 267 153	342 729 521
Vencido*	1 966 886	2 075 151	8 136 442	12 178 479
	310 482 903	27 021 502	17 403 595	**354 908 000**
Corporate |Empresas				
Empresas				
Vincendo	12 396 944 396	4 243 440 711	2 464 315 137	19 104 700 244
Vencido*	5 365 580	8 200 943	641 146 402	654 712 924
	12 402 309 976	4 251 641 654	3 105 461 539	**19 759 413 168**
Produtores Individuais				
Vincendo	183 451 753	122 028 208	121 687 288	427 167 249
Vencido*	30 516	1 190 404	29 113 520	30 334 440
	183 482 269	123 218 612	150 800 808	**457 501 689**
Instituições_Financeiras				
Vincendo	224 528	0	0	224 528
Vencido*	0	0	0	0
	224 528	0	0	**224 528**
Sector_Público				
Vincendo	4 832 066 716	0	0	4 832 066 716
Vencido*	21 573	0	0	21 573
	4 832 088 289	0	0	**4 832 088 289**
Despesas Credito Vencido				
Vincendo	0	0	0	0
Vencido*	0	897 837	48 275 459	49 173 296
	0	897 837	48 275 459	**49 173 296**
Total crédito vincendo	36 931 493 972	6 386 885 410	4 148 465 864	47 466 845 246
Total crédito vencido	14 722 836	23 500 530	1 339 443 832	1 377 667 198
Total de crédito	36 946 216 808	6 410 385 940	5 487 909 696	**48 844 512 444**

* - Capital e juros com atraso igual ou superior a 1 dia

	31-12-2024			
	Créditos Staging 1	**Créditos Staging 2**	**Créditos Staging 3**	**Total Crédito**
Particulares - Habitação				
Vincendo	13 948 195 000	1 162 919 755	1 326 425 645	16 437 540 400
Vencido*	3 504 028	5 605 914	505 153 951	514 263 893
	13 951 699 028	1 168 525 669	1 831 579 596	16 951 804 293
Particulares - Consumo_Rendas				
Vincendo	4 232 561 832	730 688 355	334 416 296	5 297 666 483
Vencido*	2 304 551	7 402 608	110 435 473	120 142 632
	4 234 866 383	738 090 963	444 851 769	5 417 809 115
Particulares - Revolving				
Vincendo	382 213 500	23 600 431	5 723 637	411 537 568
Vencido*	707 561	3 681 812	18 819 144	23 208 516
	382 921 061	27 282 243	24 542 781	434 746 084
Empresas				
Vincendo	9 433 129 006	1 181 189 630	7 504 244 380	18 118 563 016
Vencido*	2 997 023	26 269 998	642 860 386	672 127 408
	9 436 126 029	1 207 459 628	8 147 104 766	18 790 690 424
Produtores Individuais				
Vincendo	102 826 258	230 092 179	144 124 061	477 042 498
Vencido*	35 187	1 567 395	36 720 177	38 322 759
	102 861 445	231 659 574	180 844 238	**515 365 257**
Instituições_Financeiras				
Vincendo	0	142 877	0	142 877
Vencido*	0	184 886	0	184 886
	0	327 763	0	327 763
Sector_Público				
Vincendo	4 048 066 309	0	0	4 048 066 309
Vencido*	930 219	0	0	930 219
	4 048 996 528	0	0	4 048 996 528
Despesas Crédito Vencido				
Vincendo	0	0	0	0
Vencido*	0	949 337	50 796 074	51 745 411
	0	949 337	50 796 074	51 745 411
Total crédito vincendo	32 146 991 905	3 328 633 227	9 314 934 019	44 790 559 151
Total crédito vencido	10 478 568	45 661 950	1 364 785 206	1 420 925 724
Total de crédito	32 157 470 473	3 374 295 177	10 679 719 225	46 211 484 875

* - Capital e juros com atraso igual ou superior a 1 dia

A Caixa ao adotar a IFRS 9 define que os ativos financeiros sujeitos à imparidade sejam classificados por diferentes stages consoante a evolução do seu risco de crédito desde a data de reconhecimento inicial e não em função do risco de crédito à data de reporte. Assim sendo:

- Stage 1, agrega os ativos financeiros que são classificados em stage 1 sempre que não se verifique um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos é reconhecida a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses posteriores à data de reporte;
- Stage 2: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde a data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos financeiros são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos ativos ("lifetime");
- Stage 3: os ativos classificados neste stage 3 apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, em resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, a perda esperada de imparidade de crédito é reconhecida em resultados do exercício durante a vida residual expetável dos ativos financeiros.

Os indicadores de qualidade do crédito em 31 de dezembro de 2025 e 2024 calculados de acordo com os critérios definidos na Circular Série A, n.º 199 de 01 de janeiro de 2019, com referência a 31-12-2019, emitida pelo Banco Central de Cabo Verde, são apresentados da seguinte forma:

	2025	2024
Crédito em incumprimento/crédito total	4,11%	4,75%
Crédito em incumprimento líquido/crédito total	1,22%	-1,82%

Justo valor

No quadro seguinte é apresentada a comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais ativos e passivos financeiros mantidos ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	2025				
	Saldos Analisados			**Saldos Não Analisados**	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença	Valor de Balanço	Valor de Balanço Total
Ativo:					
Caixa e Disponibilidades e Bancos Centrais	18 742 532	18 742 532	0	0	18 742 532
Disponibilidades em outras instituições de crédito	2 319 952	2 319 952	0	0	2 319 952
Activos Financeiros Disponiveis para Venda	3 823	3 823	0	0	3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	14 236 145	14 236 145	0	0	14 236 145
Crédito a Clientes	67 238 137	59 528 784	-7 709 353	4 173 850	71 411 986
	102 540 588	**94 831 236**	**-7 709 353**	**4 173 850**	**106 714 438**
Passivo:					
Recursos de Bancos Centrais	-700 053	-700 053	0	0	-700 053
Recursos de Outras instituições de crédito	-398 023	-398 038	15	0	-398 023
Recursos de clientes e outros emprestimos	-92 635 152	-92 968 871	-333 719	0	-92 635 152
	-93 733 227	**-94 066 962**	**-333 704**		**-93 733 227**

	2024				
	Saldos Analisados			Saldos Não Analisados	
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença	Valor de Balanço	Valor de Balanço Total
Ativo:					
Caixa e Disponibilidades e Bancos Centrais	8 991 894	8 991 894	0	0	8 991 894
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3 995 285	3 995 285	0	0	3 995 285
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	3 823	3 823	0	0	3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	15 872 477	15 872 477	0	0	15 872 477
Crédito a Clientes	62 464 206	56 762 927	-5 701 279	4 401 846	66 866 052
	91 327 685	**85 626 406**	**-5 701 279**	**4 401 846**	**95 729 531**
Passivo:					
Recursos de Bancos Centrais	0	0	0	0	0
Recursos de Outras instituições de crédito	-225 256	-159 750	-65 505	0	-225 256
Recursos de clientes e outros empréstimos	-84 615 928	-84 934 878	-318 950	0	-84 615 928
	-84 841 184	**-85 094 628**	**-253 445**		**-84 841 184**

No apuramento do justo valor, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Relativamente aos saldos à vista e às aplicações em instituições de crédito, de curto prazo, o valor de balanço corresponde ao justo valor;

- Relativamente aos ativos financeiros disponíveis para venda:

  - As obrigações de dívida pública portuguesa foram registadas ao custo histórico, encontrando-se registada imparidade no valor total da aplicação, mCve. 200, para reduzir o valor de balanço ao seu valor estimado de realização.

  - A participação no Fundo G.A.R.I, face ao seu reduzido valor de balanço, foi registada ao custo histórico.

- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pela Caixa com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento e taxas praticadas em instrumentos semelhantes emitidos ou contratados perto do final do exercício.

- A coluna “Saldos não analisados” inclui essencialmente o crédito vencido de créditos e títulos.

Análise de sensibilidade – Taxa de juro

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o impacto no justo valor dos instrumentos financeiros sensíveis a risco de taxa de juro, excluindo instrumentos financeiros derivados, de deslocações paralelas na curva de taxas de juro de referência de 50, 100 e 200 "basis points" (bps), respetivamente, pode ser demonstrado pelos seguintes quadros:

	-200bp	**-100bp**	**-50bp**	**+50bp**	**+100bp**	**+200bp**
Ativo	1 420 586	692 175	353 449	-278 343	-573 287	-1 125 444
Total	**1 420 586**	**692 175**	**353 449**	**-278 343**	**-573 287**	**-1 125 444**
Passivo	-878	-11	423	1 290	1 724	2 592
Total	-878	-11	423	1 290	1 724	2 592
Total Ganho/Perda	**1 421 465**	**692 186**	**353 026**	**-279 633**	**-575 011**	**-1 128 036**

	2024					
	-200bp	**-100bp**	**-50bp**	**+50bp**	**+100bp**	**+200bp**
Ativo	3 782 461	1 605 843	760 765	-609 970	-1 175 790	-2 133 725
Total	**3 782 461**	**1 605 843**	**760 765**	**-609 970**	**-1 175 790**	**-2 133 725**
Passivo	60	793	1 159	1 893	2 259	2 992
Total	60	793	1 159	1 893	2 259	2 992
Total Ganho/Perda	**3 782 402**	**1 605 051**	**759 606**	**-611 862**	**-1 178 049**	**-2 136 718**

No quadro seguinte é apresentado o efeito na margem financeira projetada para os exercícios de 2025 e 2024, respetivamente, de uma deslocação paralela das curvas de taxas de juro de 50, 100 e 200 bps que indexam os instrumentos financeiros sensíveis a variações na taxa de juro:

PROJECÇÃO MARGEM FINANCEIRA

	2025					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Exercicio 2024	-25 398,12	-13 462,07	2 050,47	15 091,51	21 612,03	22 346,07
Exercicio 2025	-26 981,16	-13 490,58	-6 745,29	6 745,29	13 490,58	26 981,16

PROJECÇÃO MARGEM FINANCEIRA

	2024					
	-200 bp	-100 bp	-50 bp	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Exercício 2023	-26 598,98	-14 272,77	-8 109,66	4 216,66	10 379,65	22 705,86
Exercício 2024	-25 398,12	-13 462,07	2 050,47	15 091,51	21 612,03	22 346,07

No apuramento dos impactos apresentados no quadro acima, foi considerado que os ativos e passivos sensíveis a taxa de juro em balanço nas datas de referência do cálculo se manteriam estáveis ao longo dos exercícios de 2025 e 2024, respetivamente, procedendo-se à sua renovação, sempre que aplicável, considerando as condições de mercado vigentes nas referidas datas de renovação e o "*spread*" médio das operações vivas em 31 de dezembro de 2025 e 2024. Esses impactos correspondem a obrigações *corporate* detidas pela Caixa, e a créditos e depósitos a prazo, com taxas variáveis (spreads) embutidas.
De referir que a informação contida nos quadros anteriores diz respeito a um cenário estático, não tendo em consideração alterações na estratégia e políticas de gestão do risco de taxa de juro que a Caixa possa adotar em consequência de variações nas taxas de juro de referência. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o crédito a clientes foi maioritariamente concedido a taxa fixa, o qual ascendia a mCVE 57.491.553 e a mCVE. 52.206.639, respetivamente.

Decomposição de instrumentos financeiros por moeda

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

	2025				
	Moeda				
	CVE	Euros	Dolar USD	Outras	Total
Ativo:					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	16 886 143	1 683 596	105 760	67 033	18 742 532
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	37 265	1 611 981	433 971	236 735	2 319 952
Activos Financeiros Disponiveis para Venda	0	3 823	0	0	3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	13 678 910	0	557 235	0	14 236 145
Crédito a Clientes (Saldo Bruto)	67 238 135	2	0,08	0	67 238 137
Outros Activos (valor Líquido)	1 324 486	8 729	33 325	0	1 366 540
	99 164 939	**3 308 130**	**1 130 291**	**303 768**	**103 907 128**
Passivo					
Recursos de Bancos Centrais	-700 053	0	0	0	-700 053
Recursos de Outras Instituições de crédito	-395 403	-1 866	-754	0	-398 023
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-90 064 890	-1 434 327	-1 120 072	-15 863	-92 635 152
Outros Passivos	323 550	-1 868 114	-9 464	-287 906	-1 841 935
Outras reservas e resultados transitados	-7 154 033	-3 823	0	0	-7 157 856
	-96 895 374	**-3 306 264**	**-1 130 291**	**-303 768**	**-102 733 018**
Exposição Líquida	**2 269 565**	**1 866**	**0**	**0**	**2 271 431**

	2024				
	Moeda				
	CVE	Euros	Dólar USD	Outras	Total
Altivo:					
Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais	7 671 746	1 094 493	161 375	64 280	8 991 894
Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito	131 599	3 626 426	142 009	95 251	3 995 285
Activos Financeiros Disponíveis para Venda	0	3 823	0	0	3 823
Aplicações em Instituições de Crédito	9 497 304	6 085 945	289 228	0	15 872 477
Crédito a Clientes (Saldo Bruto)	62 464 204	2	0	0	62 464 206
Outros Activos (valor Líquido)	3 838 825	5 208	3 263	0	3 847 296
	83 603 678	**10 815 897**	**595 875**	**159 532**	**95 174 981**
Passivo					
Recursos de Outras Instituições de crédito	-222 538	-1 867	-851	0	-225 256
Recursos de Clientes e outros empréstimos	-82 995 311	-1 109 115	-496 187	-15 315	-84 615 928
Outros Passivos	-724 312	0	0	0	-724 312
	-83 942 161	**-1 110 982**	**-497 038**	**-15 315**	**-85 565 496**
Exposição Líquida	**-338 483**	**9 704 915**	**98 837**	**144 217**	**9 609 485**

35. Gestão de Capital

Em conformidade com as regras prudenciais, a Caixa está sujeita ao cumprimento do rácio de solvabilidade, dos rácios de liquidez, a divisão de riscos e do equilíbrio do balanço.

A gestão dos Fundos Próprios da Caixa é conduzida de forma a respeitar os níveis de Fundos Próprios prudenciais nos termos do Aviso nº 3/2007 de 19 de novembro do Banco de Cabo Verde "Fundos Próprios das Instituições de Crédito, Instituições Parabancárias e Instituições Financeiras Internacionais", a fim de dar cobertura aos riscos ponderados de crédito, aos riscos operacionais e aos riscos de mercado.

O Aviso nº 3/2007 do Banco de Cabo Verde define as exigências de Fundos Próprios aplicáveis às Instituições de Crédito e as modalidades do cálculo do rácio de solvabilidade.

Os Fundos Próprios encontram-se divididos em duas categorias:

- Os Fundos Próprios de base determinados a partir dos capitais próprios deduzidos dos ganhos e perdas latentes; e

- Os Fundos próprios complementares que são limitados a 100% do montante dos fundos próprios de base e compostos principalmente por empréstimos subordinados.

As deduções relativas às participações em outras instituições de crédito diminuem o total dos fundos próprios.

Em aplicação da regulamentação, a Caixa deve respeitar em permanência um rácio de solvabilidade de 10%.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Caixa cumpriu as exigências regulamentares, tal como segue:

	Fundos próprios	Solvabilidade	Limite imobilizações
2025	9 737 691	26,34%	451,36%
2024	8 710 888	24,85%	407,63%

35. Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2025:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda à IAS 21 – Os efeitos de alterações em taxas de câmbio – *Lack of exchangeability*	1-jan-25	Esta emenda publicada pelo IASB em agosto de 2023 define a abordagem para avaliar se uma moeda pode ou não ser trocada por outra moeda. Caso se conclua que a moeda não pode ser trocada por outra, indica como se determina a taxa de câmbio a aplicar e as divulgações adicionais necessárias.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

36. Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emenda a IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1-jan-26	Estas emendas publicadas pelo IASB em maio de 2024 incluem alterações decorrentes dos resultados do processo de revisão de pós-implementação da IFRS 9 efetuado pelo IASB.
Emenda à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos relacionados com eletricidade dependente da natureza	1-jan-26	Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2024 inclui *guidance* e divulgações adicionais relacionadas com contratos de fornecimento de eletricidade provenientes de energias renováveis, bem como possibilidade de designar esses contratos como instrumentos de cobertura se cumprirem determinados requisitos.
Melhoramentos anuais das normas internacionais de relato financeiro (volume 11)	1-jan-26	Corresponde essencialmente a emendas nas normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7.

Estas emendas apesar de aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia, não foram adotadas pela Caixa em 2025, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

37. Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras	1-jan-27	Esta norma substitui a norma IAS 1, inclui requisitos de apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras para as entidades que reportam de acordo com IFRS.
IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	1-jan-27	Esta norma permite que uma subsidiária elegível possa optar por divulgações reduzidas nas suas demonstrações financeiras preparadas em IFRS.
Emendas à IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	1-jan-27	Emenda publicada em agosto de 2025 inclui alterações às divulgações requeridas pela norma IFRS 19 devido a alterações posteriores a outras normas IFRS que não existiam ainda à data de publicação da IFRS 19.
Emenda à IAS 21 – Efeito de alterações em taxas de câmbio – conversão para moeda de apresentação de economia hiperinflacionária	1-jan-27	Esta emenda publicada em novembro de 2025 clarifica que quando seja necessário converter demonstrações financeiras com uma moeda funcional de uma economia não hiperinflacionária para uma moeda de apresentação de uma economia hiperinflacionária sejam convertidos todos os ativos, passivos, rubricas de capital, proveitos e custos à taxa de câmbio de fecho do reporte (incluindo comparativos).

Estas normas não foram ainda adotadas ("endorsed") pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo (*Empresa*) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas ("*endorsed*") pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexa.

38. Eventos Subsequentes

Não ocorreram quaisquer factos subsequentes a 31 de dezembro de 2025, que requeiram registo ou divulgação nas demonstrações financeiras.